



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Ciências Sociais e Humanas

Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia para a paz

David Gonçalves Faustino

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Relações Internacionais

(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutora Liliana Domingues Reis

Covilhã, Abril de 2015

Resumo

A presente investigação têm como objetivo efetuar uma análise da *Nova Ordem Mundial*, que se constituiu após o fim do mundo bipolar entre os blocos soviético e norte-americano, de modo a responder à questão: Qual é o papel do Estado e as consequências da difusão da democracia liberal sobre a paz numa nova ordem mundial?

Assim, descreve-se não apenas uma ordem baseada na força militar, mas também política e sobretudo económica. Para uma melhor compreensão da investigação é elaborada uma análise aos conceitos de ordem, ordem internacional ou mundial.

A abordagem teórica das doutrinas liberal, neoliberal, funcionalista e construtivista ajuda a compreender as principais dinâmicas do atual sistema internacional e a possibilidade de existência atual de uma ordem unipolar ou multipolar e o papel do Estado nesta ordem mundial, as consequências da globalização para o mesmo e as consequências da democracia liberal para paz.

Conclui-se que o Estado se mantém como ator relevante nas relações internacionais, desempenhando um papel fundamental na difusão da democracia liberal, e consequentemente da preservação da paz mundial. Contudo, e devido aos avanços do processo da Globalização, o papel do Estado na ordem mundial ficou reduzido. A reconciliação da soberania do Estado com as lógicas de governança globais representa um dos principais desafios dos próximos anos no sistema internacional.

Palavras-chaves: Ordem Mundial; Estado; Democracia Liberal; Guerra

Fria; Globalização

Abstract

The aim of this research project is to develop an analysis of the New World Order that has risen after the collapse of the bipolar system that characterized the period of rivalry between the Soviet Union and the United States. Our research question is the following: what is the role of the state in, and the consequences of the diffusion of liberal democracy upon, the establishment of international peace after the Cold War?

The notion of a new world order describes a peace settlement that is grounded in military force but also has a political and essentially economic nature. For a better understanding of the research we also offer a profound reflection on the notions of international and global order.

The theoretical approach of such known doctrines as liberalism, neoliberalism, functionalism and constructivism helps us to understand the main dynamics of the current international system and the possibility of the actual existence of a unipolar or multipolar world and of the role of the Sovereign State in it. It also enlightens us about the consequences of globalization for Sovereignty as well as the potential of liberal democracies to constitute the sort of regime that promotes peace worldwide.

We hence conclude that the State remains the dominant actor in international relations performing a fundamental role in the diffusion of liberal democracy and subsequently in the preservation of world peace. However, and due to recent developments in the process of globalization, the role of the State becomes more and more limited. The reconciliation of State sovereignty with the logic of global governance represents one of the major challenges posed to the future of the international system.

Keywords: Global Order; Sovereign State; Liberal Democracy; Cold War;

Globalization

Índice

Lista de Acrónimos.....	V
Introdução.....	1
1. Contextualização teórica.....	4
1.1 Análise Conceptual.....	4
1.2 Ordem.....	5
1.3. Ordem Internacional ou Mundial.....	7
1.4.Ordem ou Desordem Mundial.....	13
1.5 O conceito de ator das Relações Internacionais.....	15
1.6. Os atores das Relações Internacionais.....	16
2.Análise teórica.....	18
2.1.Teoria liberal.....	18
2.2. Teoria neoliberal.....	21
2.3. Funcionalismo.....	26
2.4. Construtivismo.....	28
3. O Fim da Guerra Fria e a Nova ordem Mundial.....	35
3.1. Antecedentes: o mundo bipolar.....	35
3.2. O Fim da Guerra Fria: o jogo EUA-URSS.....	38
3.3. O mundo após a Guerra Fria.....	42
4. A Nova Ordem Mundial.....	44
4.1. Fatores originários da Nova Ordem Mundial.....	44
4.2. Futuras configurações do poder.....	45
4.4. Ordem Económica Mundial.....	49
5. Estado e a Democracia liberal.....	52
5.1. O Papel do Estado na Nova Ordem Mundial.....	52
5.2. As consequências da globalização para atuação do Estado.....	55
5.3. O Estado e a democracia liberal.....	57
5.4. O Estado, a difusão da democracia liberal e a paz mundial.....	62
Conclusão.....	66
Bibliografia.....	71
Web grafia.....	77

Lista de Acrónimos

- EUA - Estados Unidos da América
- FMI - Fundo Monetário Internacional
- GATT - General Agreement on Tariffs and Trade
- OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
- OMC - Organização Mundial de Comércio
- ONG - Organização Não Governamental
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PCUS - Partido Comunista da União Soviética
- UE - União Europeia
- URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução

Após o término da Guerra Fria inaugurou-se um período de relativo otimismo no sistema internacional, perspetivando-se um clima de pacificação entre os Estados. Esta nova deixava, também, adivinhar a entrada de novos atores para as relações internacionais ou a reconfiguração dos papéis dos atores existentes, nomeadamente das organizações internacionais e dos estados.

Contudo, e volvidos aproximadamente vinte e cinco anos deste período, alguns dos modelos antecipados no ordenamento do sistema internacional não puderam ser confirmados; e alguns dos cenários que nem se colocavam em 1991, aquando da queda do Império Soviético, voltaram a estar na agenda quer dos Estados, quer das Organizações internacionais.

Esta situação dilemática abriu, ela própria alguns desafios à concetualização da *nova ordem* internacional. Se por um lado, o Estado é, ainda, considerado como o ator principal das Relações Internacionais, por outro lado, o peso das organizações internacionais, e de outros atores subiu consideravelmente neste período. Assim, considero importante que aconteça uma reflexão teórica sobre o papel do Estado, numa ordem mundial onde os conflitos armados, ao contrário do expectável, se têm multiplicado. Não podemos negligenciar que na política internacional ainda subsistem sinais de alianças, bem como de auto-ajuda, onde os Estados enfrentam dilemas relacionados com a segurança e o poder. Na verdade, existem mecanismos como o equilíbrio de poder e o direito internacional público, mas que não conseguiram evitar todos os conflitos armados. Por outro lado, também se vislumbra, que a lógica de alianças descrita por Tucídides, relativamente aos conflitos internacionais se mantém.

Assim, questionamo-nos como entendem as Relações Internacionais, o papel do Estado e as consequências da difusão da democracia liberal sobre a paz numa nova ordem mundial, no período entre 1991 e 2015? Estaremos perante uma diluição do papel do Estado? Quais serão as consequências da difusão da democracia liberal sobre a paz numa nova ordem mundial?

Em torno desta problemática, estabelecemos duas hipóteses, nomeadamente:

- O Estado, sendo considerado o ator principal das Relações internacionais, tem o principal papel na difusão da democracia liberal, e conseqüentemente da preservação da paz mundial.

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

- Com o avanço da Globalização, o papel do Estado na ordem mundial é reduzido, já que com o avanço da globalização o Estado tende a perder algum do seu poder e parte da sua soberania, emergindo novos atores na governança internacional.

O objetivo ao qual me proponho nesta investigação não é apresentar quadros estruturais sobre a atual ordem internacional, ainda que isso possa acontecer ao longo da investigação. Pretende-se, sobretudo, contribuir para o debate sobre os principais desafios que se colocam ao Estado-Nação num contexto de globalização e simultaneamente quais as toponímias que se poderão estabelecer relativamente à ordem internacional dos últimos vinte anos.

Apesar dos inúmeros artigos e monografias publicados, nos últimos anos, sobre o atual papel do Estado e da Ordem Internacional, uma grande parte concentra-se na descrição dos acontecimentos durante este período, e não tanto numa tentativa de explicação global por detrás das dinâmicas dos atores. O estudo do tema e a sua complexidade requerem porém uma análise a vários níveis.

Com fim da Guerra Fria, iniciou-se a discussão acerca das perspetivas para uma nova ordem mundial. O debate aconteceu porque, e ao contrário das ordens mundiais que antecederam, a nova ordem mundial atual não teve um conflito como momento fundador. Senão, vejamos nas ordens internacionais que precederam a Nova Ordem Mundial, a República Christiana, a Paz de Vestefália de 1648, o Congresso de Viena de 1815 ou a ordem vigente a seguir à segunda guerra mundial, verificamos que resultaram de um conflito precedente. O que verdadeiramente parece inovador é que esta Nova Ordem Internacional, não teve um conflito como momento fundador. Não se traduziu numa conferência internacional ou processo negocial como até aqui se verificava. Nesse sentido, é comumente aceite, que a queda do Muro de Berlim em 1989 e o colapso da União Soviética em 1991 marcaram o fim da Ordem Internacional até então vigente.

Pelo que, e dado as questões que colocamos, propomos refletir sobre o que determinou essa Nova Ordem Mundial, na medida em que foram libertadas forças até aqui aprisionadas e que agora encontram um aliado no fenómeno mais marcante do final do século XX, que é a Globalização.

O papel e às consequências que a globalização têm em relação a atuação do Estado na ordem mundial, e conseqüentemente o papel da difusão da democracia liberal sobre a paz são enormes, visto que o fenómeno da globalização põe em questão a teoria da soberania moderna, porque o Estado que é moldado a partir da autonomia soberana e não consegue mais controlar e proteger o seu território e assim também já não consegue legitimar junto ao povo a suas decisões políticas e conseqüentemente fomentar um projeto político, defender um sistema baseado na democracia liberal e a paz.

Em primeiro lugar, início com uma definição de três conceitos essenciais para a compreensão do desenvolver da dissertação de Mestrado relativa ao tema “A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

mundial”. Assim os conceitos que irei definir em seguida são os de Ordem Internacional ou Mundial, Estado, globalização e democracia liberal. No conceito de Ordem Internacional ou Mundial podemos facilmente verificar que a realidade de uma ordem da sociedade é complexa que abrange os múltiplos aspetos da existência social do homem.

Ou seja, a grande discussão atual, é a perda da soberania causada pelo fenómeno da globalização numa ordem mundial onde o Estado tem vindo a perder a sua influência e a soberania que tanto o caracteriza. A apreensão desta nova manifestação do conceito, na figuração do contexto da globalização, é a soberania pós-moderna segundo a A.Negri e M. Hardt. Segundo a esta determinação de organização, esta põe o peso de decisão dos Estados, na soberania externa, põe em desequilíbrio a autodeterminação soberana dos Estados nacionais, isto é, eles perdem o poder de tomar decisões internas.

Da investigação em torno da problemática resultam cinco capítulos.

No primeiro capítulo é feito o enquadramento conceptual em torno dos conceitos de Ordem e de atores de relações internacionais. No segundo capítulo é realizada uma abordagem teórica das doutrinas liberal, neoliberal, funcionalista e construtivista. No terceiro capítulo elabora-se uma análise sobre a evolução da Guerra Fria e as consequências do seu término. No quarto capítulo é efetuada uma investigação em torno da nova Ordem Mundial, nomeadamente das futuras configurações do poder e do impacto económico na governação global. Por fim, no quinto capítulo, procura-se elencar o papel do estado na nova Ordem Mundial, as consequências da globalização para atuação do Estado e a difusão da democracia liberal e a paz mundial.

Em termos metodológicos esta investigação obedeceu a uma análise qualitativa, de um ponto de vista dedutivo e descritivo, efetuada pela realização de pesquisa bibliográfica, quer monografias, quer artigos científicos. Esta revisão da literatura, permitirá elaborar também uma análise dos conceitos importantes para a análise do tema através de obras de referência e relatórios que transmitam informação relevante para o alcance da resposta à pergunta de partida. Foi ainda realizada uma análise qualitativa, de um ponto de vista dedutivo e descritivo relativamente dos atores das relações internacionais na nova ordem mundial, quer a emergência de novos atores internacionais.

O fim da Guerra Fria veio certamente alterar o sistema internacional, mas as reivindicações de que a década de 1990 marcaria o início de uma nova ordem mundial foram, em parte, forçadas. Especulando-se mais recentemente em torno do regresso ao realismo clássico e às *high politics*.

Num enquadramento teórico, podemos considerar que, e para os liberais e os construtivistas o equilíbrio do poder é defendido através da estrutura interna dos estados, isto é, através dos seus valores, identidades e culturas como forma de prevenir e resolução de conflitos, incluindo através das instituições como as Nações Unidas. Portanto, segundo o paradigma liberal a ordem esta ligada a valores como democracia e os direitos humanos, assentes nas instituições.

1. Contextualização teórica

1.1 Análise Conceptual

A comunidade epistémica das Relações Internacionais há muito que se tem debruçado em relação a uma possível *nova ordem mundial*, tendo sido, entretanto, antecipados vários modelos alternativos de organização da nova ordem mundial (Fukuyama, 1992, 2012; Huntington, 1996). Apesar do enorme grau de incerteza, existe um aparente consenso relativo ao fim do sistema bipolar, inaugurado após a Segunda Guerra Mundial. Ora, essa era uma ordem no interior da estrutura visivelmente anárquica do sistema internacional. O estado assumiria, durante todo o período da Guerra Fria, o papel de principal ator no seio das relações internacionais, enquanto principal unidade analítica. A queda do muro de Berlim parecia inaugurar uma nova ordem com um novo papel para o estado e com novos atores para o sistema internacional, especulando-se inclusive na própria diluição da soberania estatal confirmadas pelos novos sistemas de governança do sistema internacional, o qual envolve estruturas que ultrapassam o dilema da anarquia. Mas os sistemas de estados fragmentados já tinham sido relatados na história da guerra do Peloponense Colocar a referencia e o estado territorial baseado na política internacional só se desenvolveu, em boa verdade, após a Renascença. O estado territorial como hoje conhecemos, tornou-se o ator dominante da política mundial moderna há apenas quatro séculos. Desde Tucídides, têm relatado as rápidas transições de poder que são uma das principais causas de conflito entre grandes potências. Existe, ainda, um relativo consenso de que o período após a Guerra Fria é marcado por rápidas transições de poder.

No entanto, tem-se debatido (ORGANSKI, Abramo; 1958, WITTKOPF, Eugene; 1997, TAMMEN, Ronald; 2000) relativamente à direção e a magnitude dessas transições de poder, se constituem um indicador da imprevisibilidade que poderá tornar essas transições numa fonte de potencial de conflito.

Entre os re-desenhos possíveis, a multipolaridade apresenta-se como a mais verossímil no atual quadro de distribuição de poder. Segundo o modelo da multipolaridade, datado já do séc. XIX, a ordem era baseada no equilíbrio de forças entre cinco potências sensivelmente iguais, enquanto as potências após a Guerra Fria estão longe de serem equiparáveis. A Rússia com o desmembramento da URSS, decaiu mais profundamente e rapidamente do que se previa em 1990, apesar de ainda deter um imenso arsenal nuclear. Pelo contrário a China desenvolveu-se mais rapidamente do que inicialmente se previra, tendo períodos de crescimento acima do 10%. Os Estados Unidos revelaram-se como a única superpotência, com recursos globais e transversais em todas as dimensões do poder (tangíveis e intangíveis).

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

A nova encruzilhada contemporânea conduziu ainda a outras arquiteturas, nomeadamente que mundo se encontra ordenado por uma hegemonia unipolar, sob a dominação dos Estados Unidos da América. Alguns investigadores defendem que a *Pax Americana*¹ foi acentuada pela Guerra do Golfo², na qual o próprio sistema internacional consentiria a hegemonia americana. O mundo em termos de poder bélico é visivelmente unipolar, visto que os EUA detêm um dos maiores arsenais nucleares, o maior número e mais modernas forças militares, e ainda, a capacidade de projetar para qualquer parte do mundo.³

Já no que se refere ao poder económico este encontra-se quadripartido pelos EUA, Europa e Japão, e China.

Ainda há quem defende (BRZEZINSKI;1997) que o mundo se irá ordenar em zonas económicas: América do Norte, Ásia e Europa. No entanto, existem aqui atores não-governamentais, como por exemplo as multinacionais ou grupos étnicos que poderão limitar as atividades das zonas económicas.

Perante estes cenários o Estado manter-se-á como o ator principal nas Relações Internacionais, no entanto, acredita-se (Huntington;1996) que nas próximas décadas, o futuro da política global será cada vez mais dominada por civilizações globais e sistemas de governança tendencialmente universais. O aumento das novas ameaças e de conflitos no seio de grandes civilizações é ilustrativo da incapacidade dos estados isoladamente responderem aos novos desafios e simultaneamente da possibilidade de confrontos civilizacionais (Huntington;1996) com particularidade os conflitos entre grupos no Médio Oriente ou África.

1.2 Ordem

O fim da Guerra Fria conduziu a uma metamorfose inegável no sistema internacional, mas algumas das reivindicações de que a década de 1990 apresentar-se-ia como o surgimento de uma nova ordem mundial foram sendo, de certa forma mitigadas.

No quadro epistemológico e doutrinário das Teorias das Relações Internacionais mais estabelecidas encontramos esforços contínuos de dilucidação deste novo ambiente internacional.

Assim e para os realistas, os conflitos nascem do esforço dos estados para obterem poder e segurança num mundo anárquico ou num mundo onde não existe um poder arbitrário da ordem, que não seja a autoajuda e a força das armas. Segundo esta

¹ A *Pax Americana* é um termo latino referindo-se a hegemonia norte-americana no mundo

² A Guerra do Golfo (2 de agosto de 1990 a 28 de fevereiro de 1991) foi um conflito militar travado entre o Iraque e forças da Coalizão internacional, liderada pelos Estados Unidos e patrocinada pela Nações Unidas, com a aprovação de seu Conselho de Segurança, através da Resolução 678.

³ Força Militar dos Estados Unidos da América: Disponível em:

http://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp?country_id=united-states-of-america, [Consultado a: 22-04-2015].

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

conceção, quando abordamos a estrutura ou a distribuição do poder entre estados, estamos a referenciar, também, a ordem. Já no quadro liberal e mesmo construtivista, o equilíbrio do poder ocorre através da estrutura interna dos estados, isto é, através dos seus valores, identidades e culturas como forma de prevenir e resolução de conflitos. Os liberais também se distinguem dos realistas na defesa das instituições como as Nações Unidas, pois segundo os liberais estas instituições podem ajudar a evitar conflitos e a preservar a ordem. Portanto, para os liberais, a ordem está ligada a valores como democracia e os direitos humanos, assentes nas instituições.

Estas concepções de ordem, com algumas divergências demonstram o quão difícil é definir a nova ordem mundial. Nenhuma destas escolas de pensamento é por si só suficiente para compreendermos quais são as causas dos conflitos do mundo atual, uma vez que na maior parte das vezes não conseguem isoladamente capturar todas as dinâmicas no sistema internacional.

Segundo Roque Cabral, podemos definir o conceito de ordem de seguinte forma: *“Ordem quer que haja multiplicidade ou variedade, aí se põe uma questão de ordem. Com efeito, esta é a conveniente disposição dos diversos elementos de modo a constituírem; a unidade do que é múltiplo e diverso é efeito da ordem.”* (POLIS; Vol. 4;1983-1987;835-838)

Por outro lado, torna-se necessário, mencionar que os contatos que existem socialmente constituídos entre os grupos humanos e os grupos politicamente organizados não irão determinar, forçosamente, o desenvolvimento gradual de um modelo de relacionamento da abordagem da estrutura de uma ordem. Daí que, com a identificação dos interesses e a perceção da inevitabilidade da sua satisfação através do contacto determinem a natureza conflitual da relação.

Por outro lado, a alteração do comportamento irá ser delimitada pela interação grupal, através de formas de relacionamento recíproco. Estando constituída a fase inicial de uma ordem a qual a sua evolução irá se organizar no sentido de consciencialização progressiva para esta necessidade sinalizada como interesse. Inicialmente manifestam-se através de processos de ordenação espacial, passando progressivamente a uma exigência normativa dos comportamentos.

Podemos afirmar que:

A ordem que prevalece na sociedade, e pela qual esta se auto-organiza numa adequada estruturação das relações entre os seus membros, consubstancia-se numa estrutura jurídica que, como conjunto mais ou menos sistematizado de normas válidas, constitui o seu direito” (BENTO:2004:27)

Observamos então, que a ordem tem um padrão de comportamentos de relação intergrupar possível de uma verificação regular ou sistemática, tendo um conjunto de normas ou regras integradoras que são, de forma implícita, assumidas através de referências moduladoras do relacionamento que lhes confere alguma duração e coerência.

Quanto à manutenção dessa ordem, o fenómeno do poder, tem um papel determinante, uma vez que irá influenciar a aquisição e exercício da própria ordem. “A

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

origem da ordem e do direito que a regula, não pode assim ser encontrada num fundamento legal, mas terá que ser procurada na decisão que substitui o caos, inicial ou resultante de um conflito desintegrador da ordem precedente por um poder ordenado e efetivo.” (BENTO: 2004:27).

A intenção do poder terá como objeto uma integração operacional mínima, já que é o fator condicionador da ordem. Segundo o Prof. Adriano Moreira:

(...) o poder é o produto de recursos materiais (tangible) e imateriais (intangível), que se integram à disposição da vontade política do agente, e que este usa para influenciar, condicionar, congregar, vencer, o poder de outros agentes que lutam por resultados favoráveis aos seus próprios interesses. (MOREIRA; 1997:221).

O poder destina-se assim, concludentemente, à realização de objetivos, tendo por isso um *carácter instrumental*. Discorre de uma relação que se traduz na capacidade de realizar ou não os objetivos traçados inicialmente, não sendo mensurável em termos quantitativos. Não podemos também negligenciar que existem variações de força temporais e espaciais que geram o poder.

O conceito de ordem apresentado por Bull, na *Sociedade Anárquica* apresenta-se também ele, como instrumental para a ordem internacional uma vez que constitui “*um padrão de atividade que sustenta os objetivos elementares ou primários da sociedade dos estados, ou sociedade internacional*” (BULL; 2002,13). Ou seja, para Bull, a ordem não é simplesmente uma aspiração para o futuro, mas algo que tem existido historicamente.

A ordem apresenta-se, também, como um elemento essencial para a arquitetura da segurança este propósito, Deutsch definiu comunidade de segurança como:

Um grupo de pessoas que se tornou “integrado”. Por integração, queremos dizer o alcance, em um território, de um “sentimento de comunidade” e de instituições e práticas fortes e disseminados o suficiente para assegurar, por um “longo” período de tempo, expectativas confiáveis de “mudança pacífica” entre sua população. Por “sentimento de comunidade”, nos referimos à crença de uma parte de indivíduos em um grupo que chegou a um acordo ao menos no seguinte ponto: que problemas sociais comuns devem e podem ser resolvidos por processos de “mudança pacífica”. Por “mudança pacífica”, nos referimos à resolução de problemas sociais, normalmente por procedimentos institucionalizados, sem o uso de força física em larga-escala. (DEUTSCH; 1969a; 5)

No entanto, para a presente investigação, o sentido da expressão “ordem” entende-se como o *estado ou situação que pode estar ligada em maior ou menor grau no sistema político internacional numa determinado espaço e tempo*.

1.3. Ordem Internacional ou Mundial

Ao analisáramos os ordenamentos relacionais existentes na ordem internacional podemos verificar a transição entre duas fases essenciais do processo ordenador. Assim, e

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

numa primeira fase, os objetivos da organização espacial dão sentido à defesa do território e determinam o comportamento dos atores. Relativamente a segunda fase, são examinadas questões ligadas a legitimidade e ao exercício do poder por parte de grupos sociais politicamente organizados, internamente.

Podemos então verificar que ao longo do tempo existe nestes ordenações relacionais entre os Estados uma interação entre várias modalidades de exercício de poder e princípios de direito internacional mutuamente aceites e consagrados. Logo, a ordem internacional constitui uma realidade genuinamente dinâmica e evolutiva, a que não será alheia a “*complexidade crescente das relações internacionais*”. Com o surgimento de uma multiplicidade de atores geradores de poder e com aptidão para projetar esse mesmo poder no contexto relacional do sistema onde se inserem. Sendo então razoável admitir-se que a manifestação da ordem é intrínseca à vivência coletiva e aceite pelo grupo social. Não partindo a ordem internacional de um procedimento ou de uma imposição hierárquica de uma autoridade ou por um poder objetivo, no contexto do grupo que adquiriu expressão política organizada sob a forma de Estado soberano.

Sendo assim, através da necessidade de um ordenamento das relações entre os estados, já, e anteriormente, recuperados pelo direito internacional, alguns investigadores tentam levar à prática, o desenvolvimento das noções quer de ordem internacional, quer de ordem mundial como tivemos oportunidade de sublinhar.

A aplicação desses axiomas com o conceptualização de sistema nas relações internacionais pode ser relacionada, particularmente quanto aos seus atores, conforme a perspectiva de Gonçalo Gomes:

Em sentido amplo, a noção de ordem internacional implica um certo grau de perceção comum dos interesses da sociedade de Estados e dos objetivos a prosseguir. Implica também, a aceitação generalizada de normas, regras e princípios pelos Estados. E, ainda a necessidade da existência de mecanismos e instituições que visam assegurar a prossecução dos objetivos e o respeito pelas regras e manter o equilíbrio e a estabilidade no sistema. (GOMES; 2004)

Também podemos definir ordem internacional, segundo o dicionário das Relações internacionais como:

Conjunto de normas e regras através das quais procura atingir a estabilidade internacional, o equilíbrio entre as potências e segurança do sistema internacional. A ordem internacional é composta por vários fatores: político, que é mais decisivo; o diplomático (alianças e relações entre potências); o estratégico (ameaça de guerra, dissuasão e controlo de armamento); e o ideológico (propaganda, sistema de valores). (DE SOUSA; 2008;139)

De acordo com a escola anglo-saxónica, podemos diferenciar duas perspetivas sobre o conceito de ordem internacional, a empírica e a normativa. Segundo a perspetiva empírica, que tem como base a teoria realista, a ordem internacional representa a distribuição de poder que num determinado tempo e espaço e compõe a estrutura do sistema internacional, a qual acaba, necessariamente, por refletir a hierarquia de poder

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

das distintas potências do sistema internacional, particularmente dos Estados mais poderosos, modificando-se ao longo da história. Já na perspectiva normativa, que tem subjacente a perspectiva liberal (e construtivista) a ordem internacional representa a possibilidade de uma *melhor e mais organizada* sociedade internacional.

Nesta perspectiva, a ordem internacional, relaciona-se com a justiça, com a regulação internacional através do Direito Internacional e, essencialmente, com o cruzamento da validade e universalidade dos valores democráticos e dos direitos humanos. Ou seja, neste sentido, estaríamos, atualmente próximos da revelação de uma nova ordem internacional mais justa e mais regulada com base numa possível governação democrática mundial, no sentido cosmopolita de Kant.

Portanto, é aceite de certa forma, que o fator caracterizante do fim de uma determinada ordem internacional e o início de uma nova ordem é uma alteração abrupta da relação de forças que caracterizava a ordem anterior. Sem deixarmos de considerar o carácter, por vezes, gradual durante as alterações nas relações de forças, e um *natural* seguimento evolutivo de uma ordem internacional, quando se ergue uma nova ordem internacional, poderá, ainda assim, verificar-se uma abrupta alteração da relação de forças.

Por outro lado, a questão da compatibilização entre os interesses dos Estados e o seu respeito pela normatividade jurídica internacional, deve-se ao fato da existência de uma mudança de uma *ordem internacional* para uma *ordem mundial*. Ou seja, o reconhecimento de um princípio de superioridade moral de uma *ordem mundial* no qual devem predominar os interesses da humanidade, sobre uma *ordem internacional* nos quais abordam os fatores políticos e jurídicos que a regulamentam, são os mesmos adquirem relevância, visando uma *mundial idade* desejada.

Temos como exemplo paradigmático as questões que se levantam quanto à responsabilidade coletiva de respeitar e defender os princípios da dignidade humana, da igualdade e da equidade, a nível mundial através da Declaração do Milénio das Nações Unidas de 2000.⁴

Segundo Rengger, a ordem é-nos exposta como sendo um acordo que possui uma determinada finalidade, seja ela declarada ou não, e que abre espaço para considerações normativas (RENGGER; 2000;19). O autor acrescenta, ainda, que, mesmo que não seja claro, as discussões relativamente à ordem internacional inevitavelmente acompanham alguma conceção de “bem”.

Também para Clark, a ordem internacional obedece de forma a pressupostos normativos:

The enquiry should begin by asking how states combine to produce a situation in international relations that we would term international order? Obviously, at one level, this is primarily a descriptive task. (...)

⁴ United Nations Millennium Declaration, DPI/2163 – Portuguese – 2000 – August 2001, Published by United Nations Information Centre, Lisbon

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

Equally obviously, this can only provide a partial answer, because it is necessary first of all to arrive at some conception of what is meant by international order. Moreover, such a conception is almost inevitably going to be a prescriptive one embodying certain value preferences, for the simple reason that order itself is not normatively neutral (...)(CLARK;1989;13)

Com efeito, a noção de ordem internacional não é apenas perfilhada ou distinta da noção de ordem mundial como esta subordinada à sua superioridade nata de interesses da humanidade e esta inevitavelmente incluída, cuja maior dificuldade é a sua concretização.

Em 1989, o investigador americano, Francis Fukuyama abriria um debate sobre o “fim da história”, defendendo o a imposição definitiva e à escala mundial do modelo ocidental do regime democrático e liberal.

Ou seja, segundo a interpretação de Fukuyama:

Aquilo que temos estado a testemunhar não é apenas o fim da Guerra Fria, ou a passagem de um determinado período da história do pós-guerra, mas sim o fim da história enquanto tal: ou seja, o ponto final da evolução ideológica da humanidade e universalização da democracia liberal ocidental como forma definitiva do governo humano. (FUKUYAMA; 1992)

Ou seja, para Fukuyama a nova ordem mundial coincidirá com o fim da história de conflitos cíclicos e também pela imposição de um liberalismo político e económico à escala planetária.

O desmoronamento do sistema soviético e consequentemente o avanço global da democracia vieram reforçar, em parte, a tese de Fukuyama, de modo que as suas ideias contribuíram para uma versão mais simplificada da própria política externa dos EUA durante a era do otimismo entre 1991 e 2008. Os EUA optaram por uma política externa liberal, baseada na convicção do triunfo do sistema ocidental e dos princípios democráticos e do livre comércio, de tal forma, que Al Gore⁵, o vice-presidente de Bill Clinton em 1994, numa sessão de debates na Casa Branca, resumiu de forma eloquente o novo pensamento:

A nossa civilização está-se a tornar uma civilização global (...) Há uma consciência universal que a democracia é a forma de organização política escolhida pela humanidade e que o mercado livre é forma de organização económica escolhida pela humanidade. (TALBOTT; 2008;327)

No entanto, a “consciência universal” não estava só reservada aos EUA. Nos anos noventa a promoção do estado de direito e da democracia nos países da antiga União Soviética tornaram-se, também um dos principais objetivos da política externa da União Europeia.

⁵ Vice-presidente durante a administração de Bill Clinton, entre 1993 e 2001 e é membro do Partido Democrata. Perdeu a eleição em 2000 para George W. Bush, apesar de ter tido mais votos populares.

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

Contudo, para os Estados Unidos, a tese do “fim da história” antes de encerrar definitivamente um debate, abriria fraturas ainda por reparar. De forma mais concreta, deviam os EUA esperar o triunfo da democracia em termos globais? Ou deveriam seguir uma política de incentivo da promoção ativa da democracia?

Uma das respostas era que, os americanos deviam desfrutar um repouso merecido depois da Guerra Fria, no entanto, e para alguns autores como Newt Gingrich⁶, os EUA deviam adotar uma política externa expansiva. Mas dava-se conta que o espírito otimista que se vivia nos EUA, na verdade promovia a introspecção e inevitavelmente alguma vulnerabilidade, e mais tarde até descreveu o mercado dos anos noventa como sendo “*um bocadinho como O Grande Gatsby, um período de bem-estar com ameaças relativamente modestas durante o qual a mais poderosa nação do mundo teve quase uma supremacia hegemónica*” (CHOLLET e GOLDGEIER; 2008;88).

Por outro lado, também havia quem defendesse, que os EUA deviam ter uma papel mais ativo na promoção da democracia. Anthony Lake⁷, queria que o “alargamento da democracia” fosse parte central da política externa da administração Clinton. O próprio Bill Clinton defendeu essa ideia em 1993 num discurso nas nações Unidas: “*Numa nova era de perigo e de oportunidade*”, afirmou “*a nossa intenção principal é a de expandir e fortalecer a comunidade mundial de democracias baseadas no mercado livre*” (CHOLLET e GOLDGEIGER; 2008;69).

Mais tarde o grupo de republicanos ativistas da política externa mais beligerante ganhariam destaque junto dos neoconservadores sob a liderança de George W. Bush, que faziam pressão para implementação de políticas semelhantes. Na verdade, durante a presidência de Clinton o debate era importante, mas não urgente.

Importante para a nossa investigação, é, também, o conceito de responsabilidade de proteger (R2P), que surgiu pela primeira vez no Relatório do ICISS (International Commission on Intervention State Sovereignty), intitulado “Responsibility to Protect”, publicado em 2001, o qual era fundamentado nos princípios inerentes à ingerência humanitária e ao conceito de soberania; concomitantemente com o impacto dos princípios emergentes de direitos humanos e segurança humana, e as mudanças ocorridas nas práticas estatais e intergovernamentais (ICISS, 2001).

Nesse sentido, a soberania passaria, no mundo moderno, por uma transformação, assumindo a comunidade internacional um papel de responsabilidade *para* e *com* o Estado. Quanto aos princípios emergentes, cumpre-nos sublinhar que o Relatório sustenta que a proteção e garantia dos direitos humanos dentro do Estado é responsabilidade deste, perante os acordos internacionais dos quais se fez subscritor, como é o caso da Carta da ONU. Nesse sentido, somente subsidiariamente deveria a comunidade internacional ser responsável pela promoção e proteção dos direitos humanos *dentro* dos Estados (ICISS, 2001).

⁶ O arquiteto do ressurgimento republicano do Congresso nos meados dos anos noventa.

⁷ Principal conselheiro de segurança do presidente Bill Clinton

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

Assim sendo, ao se considerar um novo ângulo analítico sobre a soberania, alterar-se, necessariamente o debate soberania/intervenção. A Responsabilidade de Proteger surgiria como resposta à questão da intervenção humanitária, já que entende a Comissão “*that the debate about intervention for human protection purposes should focus not on ‘the right to intervene’ but on ‘the responsibility to protect’*”, pois essa mudança “*helps to shift the focus of discussion where it belongs - on the requirements of those who need or seek assistance*” (ICISS, 2001, 17-18).

Inicialmente, o conceito atua a partir de dois princípios básicos: o primeiro, de que a soberania implica responsabilidade, e a responsabilidade primária pela proteção de um povo reside no seu próprio Estado; o segundo, de que, e, quando essa população sofre um atentado contra os seus direitos, resultante de guerras internas, insurgências, repressão ou falência do Estado, e que o Estado em questão é negligente com tais situações, ou não tem capacidade de detê-las ou evitá-las, o princípio da não intervenção *rende-se* à responsabilidade da comunidade internacional de proteger aquela população. Esses princípios têm por fundamento tanto as obrigações inerentes ao conceito de soberania, quanto a responsabilidade do CSNU, com base no Artigo 24 da Carta das Nações Unidas, de manter a paz e segurança internacionais, como também obrigações legais específicas assumidas em tratados, convenções e declarações que tratam de direitos humanos e proteção do indivíduo - bem como aquelas advindas do Direito Internacional Humanitário e também aquelas contidas no próprio direito interno dos Estados -, e ainda da prática costumeira dos Estados, organização regionais e do próprio CSNU. Para instrumentalizar a concretização desses princípios, a Responsabilidade de Proteger utilizar-se-ia de seus três elementos supracitados, quais sejam, a *responsabilidade de prevenir, a responsabilidade de reagir, e a responsabilidade de reconstruir*. (ICISS, 2001)

Gareth Evans, que foi o presidente da Comissão, menciona quatro principais contribuições do Relatório para o debate internacional, que teriam produzido um impacto duradouro, das quais duas conjugam, em síntese, a mudança conceitual do enfoque da soberania. (EVANS, 2008). A primeira delas (que o autor entende ser a mais efetiva, em termos políticos) foi inventar uma nova forma de abordar o problema da intervenção humanitária, afastando a perspectiva do *direito de intervir*, e caracterizando a discussão, não baseada numa argumentação acerca do direito dos Estados de fazer algo, mas sim na sua responsabilidade, no caso, de proteger aqueles indivíduos em situação de grave risco. Para tanto, o *foco* da questão foi deslocado das prerrogativas do *Estado*, e colocado nas *vítimas* das atrocidades que se procurava evitar. Conforme explica Evans, “*the relevant perspective, we argued, was not that of prospective interveners but of those needing support. If any ‘right’ was involved, it was of the victims of mass atrocity crimes to be protected*” (EVANS, 2008, 40).

No entanto, os ataques do 11 de Setembro de 2001 vieram demonstrar, que não estaríamos necessariamente no “Fim da História” mas antes mais num retorno da história

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

em que a única presença da divisão ideológica não serve como desculpa para os grandes conflitos da política internacional.

O próprio modelo do capitalismo liberal apresentava muitos opositores embora fragmentados, nomeadamente a China e a Rússia que tem alicerçado a sua diplomacia económica num modelo capitalista e o livre comércio, não poderão ser considerados estados liberais e defensores do quadro normativo de respeito dos direitos humanos que um regime liberal pressupõe. No campo das ideologias, o fundamentalismo religioso tem, também, desafiado as regras e as práticas do capitalismo liberal. Apesar de agruparmos por vezes todos os fundamentalismos religiosos, existem muitos fundamentalismos com grandes diferenças, o que tem em comum é a sua reação e resistência contra o capitalismo liberal secular, nomeadamente o fundamentalismo islâmico.

Ou seja, podemos verificar que as ideologias não desapareceram ou morreram, nem as ameaças à democracia e ao capitalismo liberal diminuíram, pelo contrário, os perigos foram se diversificando, existindo hoje ameaças mais complexas e mais diversificadas⁸.

Mesmo a evidência de que a ordem mundial continuaria sob a liderança dos EUA, a que muitos chamarão a ordem unipolar, encontra-se atualmente desafiada pela emergência e consolidação dos BRICs no sistema internacional. Assim qualquer análise desta *nova ordem mundial* dependerá da leitura que se faça das características da estrutura de poder internacional e da perceção do rumo seguido pelos EUA após a guerra fria.

A alteração do poder e dos interesses dos atores internacionais é desse modo relevante para explicar a mudança no seio de uma ordem internacional. Esta mudança resulta, em última instância da alteração na distribuição do poder e dos interesses das potências dominantes na nova ordem.

1.4.Ordem ou Desordem Mundial

Com o fim de um conflito, existe a esperança, ainda que ténue, de viver num espaço pacífico, onde se impõe a direito internacional e a paz. Com o fim da Guerra Fria, acendeu-se o debate em torno das perspetivas e das expectativas quanto a uma nova ordem mundial. A ordem talvez não seja um conceito novo mas visto de forma diferente, apesar de haver ainda pouca clareza acerca da ordem.

O que se sabia até então era que havia uma nova ordem mundial, no sentido que o mundo bipolar estabelecido após a Segunda Guerra Mundial se tinha desmoronado. Mas que essa nova ordem mundial era no interior do sistema anárquico de estados, e que não era necessariamente justa.

⁸ Vide a este respeito a Estratégia Europeia de Segurança “Uma Europa segura num mundo melhor” <https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf>

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

Por outro lado, julgava-se que uma nova ordem mundial representava uma fuga aos problemas do sistema anárquico de estados.

O fim da Guerra Fria certamente alterou o sistema internacional, mas os desejos de que a década de 1990 viria a ser o despontar de uma nova ordem mundial formam minados pelas diferentes interpretações da ordem mundial.

Com efeito, e segundo um quadro realista, as guerras nascem do esforço dos estados para maximizarem o poder e segurança, por outro lado, para os liberais e construtivistas os conflitos e a sua prevenção são determinados, não só pelo equilíbrio do poder, mas pela estrutura interna dos estados.

Para outros, a ordem tem conotações mais obscuras, como por exemplo grupos liderados por Pat Robertson ou Jean-Marie Le Pen, a nova ordem mundial é uma conspiração das elites financeiras e políticas para dominarem o mundo.

Estas distintas concepções de ordem demonstram que nova ordem mundial é difícil conceptualização.

Também não deixa de ser verossímil, que num curto período de tempo atingiram-se resultados que à partida se julgariam de difícil solução, nomeadamente a reunificação da Alemanha e esta ser democrática e profundamente interligada com os seus vizinhos europeus através das instituições da União Europeia, do alargamento da NATO e da União Europeia a Leste, materializando o destaque atribuído aos Estados da Europa central e de Leste, o fim do conflito Irão-Iraque e retirada de forças militares soviéticas do Afeganistão.

Porém, os EUA apresentam, aparentemente, uma vantagem no domínio económico, tecnológico, militar e cultural, tendo um papel preponderante na estabilidade internacional, tipificado também pela interdependência global e pela instantaneidade das comunicações.

Assim, parece verossímil, e porque a ordem atual não se encontra definida, falar de numa ordem unipolar sob liderança EUA no que se refere especialmente ao poder militar.

Segundo Bull há, nas relações internacionais, uma ordem oposta à desordem e com intensidade variável; contudo não é o único nem supremo valor na política internacional (BULL; 2002;89). A ordem pode ser inconstante, mas sustenta a manutenção da organização mundial em forma de sistema internacional; a garantia da soberania externa dos Estados; a transformação da paz em norma afastando a guerra do cotidiano; a limitação da violência dentro dos princípios de monopólio legítimo estatal, diplomacia, *pacta sunt servanda* e a guerra justa (BULL;2002;23-26).Essa desordem é também reforçada pelo surgimento de uma nova ameaça há ordem mundial, o terrorismo.

A ligação entre terrorismo e as armas de destruição maciça veio por em causa a supremacia dos EUA e da ordem mundial modelada. Porque até esse momento os EUA faziam se valer da sua supremacia, já que *“nada tinha que lhe fosse exterior, que a obrigasse a sentir a necessidade de medir cautelosamente os passos que deliberava, como*

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

tinha sido a ação da direção política com quem estivera em competição” (SANTOS; 2006;12).

Os ataques de 11 de setembro de 2001 foram encarados pelos EUA com surpresa, ou seja, a forma como AL-Queda contornou a estratégia defensiva norte-americana. Desde o fim da Guerra Fria, a ordem mundial adotado pelos EUA faziam parte da solução para o mundo, no entanto com o surgimento de uma ameaça transnacional que põem em causa a ordem mundial, a defesa da ordem mundial por parte EUA está hoje prestes a mudar, porque sendo: *“Garantes da liberdade política e da ordem económica durante meio século, surgem cada vez mais como fator de desordem internacional, ocasionando, quando podem, a incerteza e o conflito” (TODD; 2002;11).*

A mudança está a ocorrer. Segundo o realista económico Robert Gilpin a política internacional não se alterou, significativamente, ao longo de dois milénios e que provavelmente Tucídides não encontraria dificuldade em compreender o nosso mundo atual, se fosse colocado no Médio Oriente, mas que fosse colocado na Europa Ocidental teria maior dificuldade em compreender, por exemplo as relações entre a França e a Alemanha.

Globalmente, houve uma evolução tecnológica no desenvolvimento do armamento nuclear, uma revolução dos meios de informação que aproximou o mundo, um enorme crescimento da interdependência económica e uma crescente consciencialização relativamente a certos valores e direitos humanos.

Podemos estar a assistir, portanto, a uma transição ou “redistribuição” do poder no sistema internacional, através de uma ordem de cariz diferente das anteriores, isto é, uma ordem “pós-americana”.

A ordem será proporcionada, tanto pela ideia do equilíbrio de poder entre estados defendida pelos realistas, como pela ideia de instituições internacionais evolutivas dos liberais. Não nos podemos esquecer que, essa ordem não irá ser sempre justa, já que a justiça e a ordem estão muitas vezes em oposição uma à outra, mesmo em questões de autodeterminação.

1.5 O conceito de ator das Relações Internacionais

A ordem mundial atual é, de diversas formas, diferente daquela conhecida no período da Guerra Fria, isto é, o mundo atual está a passar por profundas transformações, a qual se mantém ainda em aberto. Para podermos compreender esse novo ordenamento, é necessário identificar os atores internacionais.

No entanto, não podemos negligenciar que as questões levantadas pela tentativa de conceptualização de ator das relações Internacionais encerram em si mesmas uma das maiores problemáticas metodológicas - o nível de análise.

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

É necessário estabelecer um padrão de quais são os objetos observáveis (unidade de análise) assim como as fontes de explicação para os fenômenos analisados.

Podemos definir os atores de acordo três quadros diferentes, segundo dicionário das Relações Internacionais como atores das Relações Internacionais:

Todas as entidades, isto é, Estados, autoridades, organizações, grupos ou pessoas que tomam parte ativa nas relações transfronteiriças, desempenhado um papel destacado na vida internacional. São os agentes ou protagonistas com capacidade para decidir as relações de força no sistema internacional, isto é, agentes com poder para intervir e decidir as Relações Internacionais aos seus mais variados níveis, de forma a poderem atingir os seus objetivos. (DE SOUSA;2008;5)

Para José Adelino Maltez, o ator internacional é concebido como *“os indivíduos ou os grupos que participam numa ação internacional e que têm objetivos ou interesses comuns no tocante à realização dessa ação.”* (MALTEZ;2002;160)

Já para Vítor Marques dos Santos, esse ator:

É uma entidade contextualmente definida pelo seu grau de autonomia em relação ao ambiente relacional, bem como pelo seu grau de complexidade organizacional interna, traduzida na produção de consensos e convergências decisórias em relação às suas ações exogenamente dirigidas. Esta entidade gera, desenvolve e potencia, de forma consistente, determinada, coerente e sustentada, as capacidades necessárias à satisfação dos seus interesses e projeta-as externamente no sentido de produzir alterações ambientais, quer diretamente através da função homeostática adaptativa do comportamento dos outros atores, quer indiretamente através da indução de alterações transformacionais nas relações ator/estrutura e, através destas, de alterações na própria estrutura, quer ainda, e em última análise, influenciando o processo homeostático de mudança Sistémica. (DOS SANTOS;2007;74)

1.6. Os atores das Relações Internacionais

Tendo os atores das Relações Internacionais grande relevância para a compreensão da nova ordem mundial, será pertinente definir quais são aqueles que, no sentido mais abrangente que a teoria das Relações internacionais permite, podem ser classificados como atores das Relações Internacionais.

Existem quadro tipos de atores de Relações Internacionais, a saber:

a) **Estados**, que são considerados como sendo atores principais, tendo unidades políticas centralizadas surgidas a partir da Paz de Vestefália em 1648, contrapondo-se às instâncias fragmentadas e não seculares da Idade Média. Os princípios básicos do Estado Moderno são: um território, uma população (um povo) e um governo (poder político soberano).

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

Juridicamente, o Estado distingue-se de outros atores, pelo fato de gozar de um atributo único designado como soberania. Ainda que os Estados sejam iguais de direito, não o são de fato. Existem diferenças entre as suas histórias (processos de construção e idade como Estados Vestefalianos), constituições domésticas (regimes, formas de governos e dinâmicas dos atores da sociedade civil) e a seus recursos de poder. À medida que o poder é um elemento essencial da política (seja ela doméstica ou internacional), a posse destes recursos por um determinado Estado restringe sua capacidade de atuação e projeção no sistema e sua vulnerabilidade.

b) As **organizações internacionais**, que são consideradas atores derivados são estruturas de cooperação intraestatal, isto é uma associação de Estados soberanos com interesses comuns, através de organismos autónomos.

Sendo formada por Estados, as organizações internacionais têm uma relação complexa e paradoxal com seus membros fundadores. À medida que os Estados se comprometem com as organizações internacionais, concordam em abrir mão parte de sua soberania e a respeitar a Carta/Tratado que constituem estas instituições. Com isso, as organizações internacionais ganham autonomia para discutir e propor políticas, fortalecendo seu papel como fórum de negociação e tomada de decisões.

À soberania dos Estados não é sobreposta pelo poder das organizações internacionais o que por vezes, origina, desrespeito relativamente as suas decisões e prescrições. Não são inéditas as oportunidades nas quais os países alegam questões de segurança e interesse nacional para ultrapassar o âmbito multilateral e agir individualmente.

Por fim, as organizações internacionais diferenciam-se da conferência diplomática pelo seu caráter permanente, como também pela existência de órgãos próprios, como poderes específicos.

c) As **organizações não-governamentais** (ONG) podem ser consideradas como agrupamentos, associações ou movimentos com um caráter dourador, com vista à prossecução de objetivos não lucrativos. Podem ser caracterizadas por serem democráticas, pluralistas que permitem um papel internacional à iniciativa privada e pela sua diversidade quanto à sua dimensão, implantação, estrutura e objetivos.

As ONG procuram influenciar o comportamento Estatal, tirando partido da opinião pública, ou seja, estando o seu desenvolvimento ligado à uma maior tomada de consciência, relativamente à importância, pelos governos.

d) Os movimentos de libertação nacional que são considerados organizações que lutam para libertar a população de uma ocupação considerada ilegítima, grupos terroristas, desde um pequeno grupo de indivíduos (Al-Qaeda) ou mesmo um indivíduo isolado até aos poderosos serviços especiais de um Estado e os meios de comunicação e informação que desempenham um papel fundamental, no que diz respeito a uma realidade incontestável. Apesar da análise dos meios de comunicação e informação não tem, efetivamente, sentido real, senão num país democrático, em que a legitimada provem da vontade popular.

2. Análise teórica

2.1. Teoria liberal

Nas Relações Internacionais o liberalismo é considerado a corrente teórica mais otimista em relação à natureza humana. São considerados geralmente pela escola realista, como sendo idealistas, os liberais vem o Estado como um ator mínimo.

Os liberais defendem que, dentro das Relações Internacionais podem coexistir a paz e cooperação, facilitando o crescimento e a expansão das trocas comerciais e dos direitos humanos.

Com uma visível relação entre o liberalismo e a teoria do individualismo, fundamenta que o homem, enquanto proprietário deve-se encontrar plenamente livre.

Os liberais enfatizam as Relações Internacionais como um espaço onde atuam vários atores, como os Estados, as organizações internacionais, as multinacionais e as ONGs, pelo qual os liberais são dominados como sendo pluralistas. Eles acreditam que as relações internacionais podem ser um lugar sem conflitos assumir um aspeto mais otimista e sem guerras, motivado fundamentalmente pelo livre comércio.

Existem estudos que defendem que há estrutura institucional liberal (governo representativo, separação de poderes legislativo e executivo) vai ao encontro de um Estado mais pacífico no sistema internacional; já outras análises enlaçam o respeito pelos princípios liberais (liberdades civis, Estado de Direito) ou a opção pelo livre comércio como sendo uma política favorável à paz.

No entanto, mesmo sendo distintas na sua abordagem, a ideia que se tira destas ideias é que o sistema internacional será mais pacífico quanto mais Estados liberais houver.

Importante para teoria liberal e para esta dissertação, tendo em conta as consequências da democracia liberal para a paz, é o ideal da paz perpétua de Immanuel Kant que foi adequado e interpretado por diversas exposições contemporâneas acerca da paz internacional. Kant defende o liberalismo político a nível estatal, isto é, a constituição de uma federação de repúblicas com governos representativos.

Para Kant, a essência das relações internacionais reside na relação entre seres humanos e não no conflito entre estados. Ou seja, para Kant, os indivíduos são os atores principais das relações internacionais, os restantes atores, como os estados, e outras organizações são consideradas como sendo instituições temporárias que direcionam as interações internacionais. Uma sociedade mundial só pode ser constituída através de valores e normas ligadas aos indivíduos, que desta forma iram limitar a ação dos Estados.

Para Kant os Estados dentro da ordem internacional deviam-se basear numa federação de Estados livres como nos demonstra no seu segundo artigo para a paz perpétua: *“The Right of Nations shall be based on a Federation of Free States”* (KANT,1991:102).

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

Neste artigo também podemos verificar que existe uma certa semelhança entre Indivíduos e Estados, na qual Estado moderno é considerado como entidade autônoma e de que lhe é conferido o *status* de indivíduo, sendo possuidor de liberdades e de uma natureza bélica inerentes às dos indivíduos no estado de natureza:

People who have grouped themselves into nation states may be judged in the same way as individual men living in a state of nature, independent of external laws; for they are a standing offence to one another by the very fact they are neighbours. Each nation, for the sake of its own security, can and ought to demand of the others that they should enter along with it into a constitution, similar to the civil one, within which the rights of each could be secured. (KANT, 1991:102)

Ou seja, segundo Kant, os Estados deviam-se submeter a uma autoridade soberana universal, mas no entanto não podemos ignorar o que Kant diz logo a seguir: *“the idea of an international state is contradictory, since every state involves a relationship between a superior (the legislator) and an inferior (the people obeying the laws), whereas a number of nations forming one state would constitute a single legislation”* (KANT, 1991:102).

No final do século XIX, a estabilidade do sistema internacional baseava-se na formação de alianças e na diplomacia secreta, ou seja, no equilíbrio de poderes. Neste período, o sistema anárquico e caráter bélico dos Estados soberanos era considerado instável, portanto, as impetrações da paz perpétua eram favoráveis à uma limitação da soberania estatal como possível solução para a insegurança à que todos os Estados estavam submetidos (EASLEY, 2004:37).

Easley entre 1950 e o início de 1980 defende que a paz duradora só poderia ser conquistada através da transferência da soberania Estatal. Neste período, isto é período de Guerra Fria, defendia-se as ideias “confederação”, “federação livre”, “associação”, ou “aliança de Estados na paz perpétua”. Algumas das interpretações de Kant ainda continuam a ser incluídas sob referências relativamente ao caráter voluntário dessas entidades, frouxamente ligadas e em último caso, solúvel (EASLEY, 2004:60).

Para Kant, o Estado não é considerada como sendo uma fração de propriedade (*patrimonium*), mas antes mais uma sociedade de homens com o direito de governar o seu próprio Estado como Kant nos enuncia: *“no independently existing state, whether it be large or small, may be acquired by another state by inheritance, exchange, purchase, or gift”*. (KANT 1991:94)

Kant reforça esta ideia defendendo que todo Estado soberano deve deter a sua independência e a sua autonomia afirmado: *“No state shall forcibly interfere in the constitution and government of another state”* (KANT,1991: 96). No entanto, Kant também acrescenta que em caso de existir uma revolta interna, uma assistência por parte de uma Estado externo não seria considerado como sendo uma intervenção na constituição de outro Estado, desde que o conflito interno esteja decidido, senão a afirma Kant uma

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

intervenção por parte de outro Estado pode ser considerada como uma ofensa que colocaria a insegurança de todos os Estados: *“so long as this internal conflict is not yet decided, the interference of external powers would be a violation of the rights of an independent people which is merely struggling with its internal ills”* (KANT, 1991:96).

Aliás Kant era um grande defensor da não intervenção, Kant defendia que que a natureza humana para conflito o levaria optar pela paz perpétua naturalmente: *“Perpetual peace is guaranteed by no less an authority than the great artist Nature herself (natura daedala rerum)”* (KANT, 1991:108)

Esta ideia também foi arduamente defendida durante a Guerra Fria, em que as duas superpotência defendiam o princípio da não intervenção e o respeito pela soberania. Aliás estes conceitos são fundamentais na criação da Organização das Nações Unidas, como nos demonstra Carl Joachim Friedrich numa das muitas interpretações da “Paz Perpétua”: *“there can be little question that the Charter of the United Nations in many respects fulfills those conditions which Immanuel Kant had formulated as essential to the establishment of a worldwide organization”*. (FRIEDRICH; 1948;33).

Com o fim da Guerra Fria, o mundo mudou impondo-se uma nova ordem mundial e com isso também as interpretações relativamente a “Paz Perpétua”.

Verifica-se uma mudança de relevo na maioria das interpretações escritas para a relevância que Kant da ao consenso dos cidadãos na segunda metade da década de 90. É essencial e predominante a leitura que se faz do Estado central, pois, acredita-se que o meio para alcançar a paz é através de uma república liberal e independente, dentro de governo internacional que não reduza a soberania dos Estados (EASLEY, 2004:135).

Não podemos esquecer uma das teses mais fortes e duradoras dentro das Relações Internacionais é a tese da paz democrática, visto que tem sido constantemente verificada e posta em prática, tendo como fundamentos principais a cooperação relativamente ao papel inibidor dos média diante no diz respeito a declaração da guerra. Não podemos afirmar com certezas absolutas que um conflito armado entre dois Estados democráticos seja impossível, mas é evidente que é menos propensa existir um conflito entre dois Estados democráticos. Por isso, acredita-se que quão maior for o número de Estados democráticos maiores são as possibilidades de existir a paz mundial.

Kant também foi inspirador do liberalismo económico, e J. Schumpeter reforçou a ideia promoção do livre comércio favorece a paz.

Por outro lado, também é importante para teoria liberal e para esta investigação o pensamento de Grócio, ele compreendeu os Estados ao cumprirem que e fortalecerem o direito internacional poderiam garantir a paz entre os Estados.

Já no século XVII, Grócio tinha compreendido que apesar épocas mais obscuras nas relações internacionais os Estados respeitavam normas e regras o que levou a acreditar que o direito internacional alicerçava o “direito natural. Ninguém se imponha as normas em nenhum momento histórico, pois estas iam surgindo naturalmente através das relações entre indivíduos por via dos Estados e movimentos sociais através da necessidade ajustar a

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

racionalidade humana como a normalização das relações internacionais com o desejo de criar um mundo mais seguro e menos caótico.

A legitimidade do direito internacional recai no costume de criar tratados, isto é, respeitar as normas e punir quem as interfere e é este conjunto de costumes e tratados do direito internacional que normatiza as relações internacionais.

A ideia de Grócio da existência de uma sociedade internacional é diferente da sociedade mundial proposta por Kant, em que um grupo de Estados partilha entre si o interesse comum de manter uma sociedade onde existe um conjunto de valores, princípios e normas, como nos refere Bull: *“a prescrição grociana para a conduta internacional e que na sua interação todos os estados estão limitados pelas regras e instituições da sociedade que formam.”* (BULL;2002;35)

A importância do direito internacional é fundamental, pois determina quando o conflito armado é considerado justo, bem como quais armamentos são autorizados durante um conflito. Podemos encontrar o ideal de Grócio na Carta das Nações Unidas: *“e proibido o uso da força entre estados, salvo em casos de legítima defesa e da autorização do Conselho de Segurança”*.

2.2. Teoria neoliberal

Dentro da teoria neoliberal, destacam-se Keohane e Nye que elaboraram o seu pensamento institucionalista após várias críticas por parte dos realistas. Para esta investigação a formação de entidades supranacionais, como o trabalho exposto por Buchanan e Keohane relativamente ao uso da força é o melhor caminho para o fim de conflitos internacionais. Sendo assim, para estes autores o sistema internacional anárquico pode sofrer uma regulação através das instituições e das normas.

“We live in an era of interdependence” (KEOHANE e NYE; 1989; 3). Vivemos numa era da interdependência, esta é a ideia principal do pensamento teórico de Keohane e Nye, e é através da mesma que se propõem discutir a mudança da política mundial. As principais características da mudança da política mundial, segundo Keohane e Nye era que a análise que se faz do poder se tinha tornado mais elusivo, ideia que era defendida tanto por académicos, analistas e *policy makers*, ou seja, o mundo tinha-se alterado, para se tornar mais interdependente. Para demonstrar quão profundas eram as mudanças, tanto da política mundial como da ordem internacional, Keohane e Nye identificam duas perspetivas divergentes relativamente às mudanças. Segundo Keohane e Nye a perspetiva da “escola moderna”, tinha como ideal um sistema internacional em que o fim do Estado territorial desencadearia um mundo sem fronteiras físicas, dando o Estado espaço a outros atores não territoriais, como são o exemplo as organizações internacionais, movimentos sociais ou mesmo corporações multinacionais. No entanto, e divergente da escola moderna, a perspetiva da escola tradicional, que defendiam a continuidade do poder do

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

Estado, relativamente a outros autores no sistema internacional (KEOHANE e NYE; 1989;3-4).

Para Keohane e Nye o poder do Estado não se reflete unicamente pelo seu poder militar, pois mesmo que um Estado fosse superior a outro em termos militares, esse aspeto poderia tornar ineficaz no alcance tangível dos objetivos. Desta forma a conceção tradicional de poder sofre uma metamorfose proposta de Keohane e Nye e definem o poder em termos de controlo como *outcomes*, sendo estes o potencial de influência relativamente o resultado das negociações. Nas palavras dos autores: “*Power can be thought of as the ability of an actor to get others to do something they otherwise would not do (and at an acceptable cost to the other actor). Power can also be conceived in terms of control over outcomes.*” (KEOHANE e NYE; 1989;11)

Não podemos esquecer que a própria ordem internacional ainda se encontra sob ameaça do uso do poder militar por parte dos Estados, ou seja, as capacidades militares tem a capacidade de destruir a ordem que foi estabelecida pelas organizações internacionais. Ainda perdura a tensão entre o modelo realista, anárquico, com o Estado no centro do panorama das Relações Internacionais e o modelo neoliberal da interdependência complexa e desta forma os conflitos irão continuar a menos que os Estados aderissem a um novo modelo de governança global. Com base na perspectiva de Keohane e Nye poderiam existir duas possíveis soluções para a acabar como a tensão e com o conflito.

A primeira delas seria a *expansão da interdependência*. Enquanto não se alcançasse todos os atores da ordem internacional, os ideias realistas continuariam a ser uma ameaça a ordem internacional e o conflito continuará. “(...) we should remember that trends toward conditions of complex interdependence are not irreversible” (KEOHANE e NYE; 1989; 161).

No entanto, podemos verificar que este objetivo ainda não foi conseguido, já que ainda existem Estados que são considerados uma ameaça a ordem internacional e apesar das organizações internacionais terem feito um enorme avanço na política mundial. Para Keohane, o uso da força deve ser limitado, assim, os autores defendem a criação de um atores supranacionais capazes de limitar o uso da força, tendo as instituições internacionais um papel preponderante em restringir o uso da força na política mundial:

To analyze world politics in the 1990s is to discuss international institutions: the rules that govern elements of world politics and the organizations that help implement those rules. (...) Even an unchallenged superpower as the United States would be unable to achieve its goals through bilateral exercise of influence: the cost of such massive “arm-twisting” would be too great. (KEOHANE; 1998; 82-83)

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

Com efeito, para Keohane, a manutenção da ordem internacional passa pelo progresso das instituições internacionais, destacando-se o papel de relevo de todas as organizações, e não apenas da Organização das Nações Unidas:

(...) even the most powerful states were relying increasingly on international institutions - not so much the UN as other organizations and regimes that set rules and standards to govern specific sets of activities. From the late 1960s onward, the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons was the chief vehicle for efforts to prevent the dangerous spread of nuclear weapons. NATO was not only the most successful multilateral alliance in history but also the most highly institutionalized, with a secretary-general, a permanent staff, and elaborate rules governing relations among members. From its founding in 1947 through the Uruguay Round that concluded in 1993, the General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) presided over a series of trade rounds that have reduced import tariffs among industrialized countries up to 90 percent, boosting international trade. After a shaky start in the 1940s, the IMF had - by the 1960s - become the centerpiece of efforts by the major capitalist democracies to regulate their monetary affairs. When that function atrophied with the onset of flexible exchange rates in the 1970s, it became their leading agent for financing and promoting economic development in Africa, Asia and Latin America. The sheer number of intergovernmental organizations also rose dramatically - from about 30 in 1910 to 70 in 1940 to more than 1,000 by 1981. (KEOHANE; 1998; 84)

Mas, podemos facilmente verificar que as organizações e instituições mencionadas são assimétricas na sua constituição. Especialmente nas Nações Unidas podemos verificar no que diz respeito à limitação do uso da força no sistema internacional, a possibilidade de uso legítimo da força à autodefesa e a casos definidos pelo Conselho de Segurança como ameaças à paz, rupturas da paz ou atos de agressão (Carta das Nações Unidas, artigos 39 e 51).

No entanto, um modelo em que só se pode usar a força após a aprovação por parte dos membros permanentes do Conselho de Segurança poder-se-ia tornar mais num problema do que numa solução (BUCHANAN e KEOHANE; 2004;18). Uma possível solução para este problema é nos apresentado no artigo *The Preventive Use of Force: A Cosmopolitan Institutional Proposal* em que Buchanan e Keohane propõem a criação de um modelo para o uso preventivo da força, determinado como: “*the initiation of military action in anticipation of harmful actions that are neither presently occurring nor imminent*” (BUCHANAN e KEOHANE, 2004;1). Ou seja, o modelo proposto por Buchanan e Keohane visa a criação de um modelo institucional que tem como objetivo a proteger Estados vulneráveis contra intervenções não justificadas.

Desta forma os autores apresentam quatro posições relativamente ao uso da força. Relativamente a primeira, *just war blanket prohibition*, para os autores o uso preventivo da força é totalmente interdito. Contudo, consideram essa posição perigosa, na medida em que os Estados de fato têm capacidade e, às vezes, vontade e disposição para usar a força. A segunda posição é relativamente ao *interesse nacional*, conforme as ideias da teoria realista, segundo a qual não haveria qualquer restrição ao uso da força, uma vez

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

que ela é um instrumento em proveito dos interesses nacionais. Já no que refere a terceira o *direito expandido de autodefesa*, que amplia o direito à autodefesa de forma a abarcar o uso preventivo da força. Os autores também rejeitam posição, já que consideram que um Estado que considera um possível ataque futuro sem que haja nenhum indício desse mesmo ataque pode levar em abusos do uso da força, ou seja, poderia abrir caminho para que qualquer país fundamentar ações militares, mesmo ilegítimas.

Por fim, a última posição apresentada pelos autores é a do *legal status quo*, que está relacionada com o sistema internacional atual, ou seja, o uso da força só é permitida com o consentimento do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Apesar de considerarem esta posição melhor das quatro, afirmam que ela necessitaria de um maior compromisso com a proteção aos direitos humanos, enquadrados dentro dos valores liberais.

Apesar de nos apresentarem quatro propostas relativamente ao uso da força, os autores apresentam-nos a sua própria proposta para uso da força, já que para os autores todos eles tem falhas, deste modo apresentam-nos a sua proposta que denominaram de *institucional cosmopolita* que tinha como diferença das quatro propostas apresentadas - a criação de um *regime* de prestação de contas (*accountability regime*) para decidir relativamente o uso da força, concretizado nas instituições. Este modelo funcionaria de modo *ex ante* como *ex post*. Ou seja, era *ex ante* porque os Estados antes de poderem fazer o uso da força, tinham que demonstrar que esgotado todos os meios pacíficos e diplomáticos sem sucesso e que o uso da força apresentar-se-ia como realmente necessário. Por outro lado, era *ex post*, para verificar se o uso da força tinha subjacente axiomas da doutrina da guerra justa. Se ficar provado que o uso da força foi necessário, os Estados que usaram a força militar fizeram o que denomina de “serviço público para o mundo”, e os eventuais gastos para a reconstrução do “Estado alvejado” ficariam a cargo daqueles que se abstiveram de responder à ameaça. Se não ficar provado que uso da força era necessário, os Estados que fizeram parte de uma ação contra outro Estado, deveriam sofrer sanções e proporcionar a reconstrução pós-conflito. (BUCHANAN e KEOHANE; 2004;13-14).

Para que este modelo funcionasse as instituições do regime deveriam respeitar três princípios; efetividade, respeito mútuo e inclusividade. No entanto, podemos verificar que poderia existir conflito interno entre inclusividade e efetividade, que só poderia ser resolvido através de uma seleção de agentes que detêm maior confiabilidade moral (*comparative moral reliability*). (BUCHANAN e KEOHANE; 2004;10)

Por fim os autores também nos apresentam três possíveis opções relativamente acordos institucionais adequados para o modelo proposto (BUCHANAN e KEOHANE; 2004;16-20). A primeira opção assenta no Conselho de Segurança, chamado *accountability without the veto*, criando mecanismos de *accountability* para que a decisão para o uso da força seja possível mesmo com o veto dos membros permanentes. No entanto, podemos

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

verificar que num curto espaço de tempo dificilmente poderiam ocorrer as reformas institucionais necessárias.

A segunda opção seria idêntica à primeira, com a única diferença do direito de veto permanecia, esta opção denomina-se de *accountability despite de veto*. No entanto, argumentam os autores, o veto é, um instrumento moralmente arbitrário (BUCHANAN e KEOHANE; 2004;18), que pode paralisar o Conselho de Segurança e pode ceder a não prestação de contas.

Por fim, na terceira opção, os autores defendem a criação de uma coligação democrática responsável pelas decisões a respeito do uso da força. A escolha de quais as democracias que devem ser responsáveis pelas decisões faz-se através da sua suposta maior confiabilidade moral acima descrita:

The third and most defensible institutional alternative is to implement the Security Council-based accountability mechanisms described in model 2 but supplement them with a supporting role for a coalition of reasonably democratic states. (...) From a principled standpoint, creating a democratic coalition is attractive because it would reinforce the role of states that meet our standard for comparative moral reliability. (BUCHANAN e KEOHANE; 2004;18-19)

Para os autores, já que este modelo não requerer da ação formal da ONU teria uma maior probabilidade de ser implementado. Defendem também que através deste modelo seria formada uma coligação de Estados cuja soberania e valor democrático fossem incontestáveis e que esta estrutura só seria colocada em prática sempre que fosse possível encontrar um consenso dentro do Conselho de Segurança, ou seja, forma complementar, mas pertenceria à coligação a decisão final.

In international law, recognition of new states is awarded by existing states, acting individually or through institutions such as the United Nations. Those entities that are indisputably sovereign states have the authority to determine which other entities will be treated as sovereign. Likewise, the initial core of the democratic coalition would be self-designated states whose credentials as stable democracies are unassailable. They would then develop membership criteria that would determine which other states would be eligible. (BUCHANAN e KEOHANE;2004;19)

Podemos então, verificar que as ideias quer propostas por Keohane e Nye quer Keohane e Buchanan são essenciais para esta investigação no que respita a uma ordem mundial sem conflitos. Por um lado Keohane e Nye demostram que na nova ordem mundial, as instituições supranacionais são o melhor caminho para o fim dos conflitos. Por outro lado, a interdependência dentro do sistema internacional abriria espaço a outros atores não, como as organizações internacionais, movimentos sociais ou mesmo corporações multinacionais.

Conclui-se, que a proposta apresentada por Buchanan e Keohane relativamente ao uso da força apresenta um modelo para restringir o uso da força e dessa forma o conflito,

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

sendo este o melhor caminho para a paz, para isso eles apresentam-nos um conceito essencial a *accountability*. Buchanan e Keohane também nos dão opções viáveis para solucionar o bloqueio dentro do Conselho de Segurança, no que refere ao veto, através da formação de coligações (*sistemas de alianças*).

2.3. Funcionalismo

Consideramos relevante uma análise da teoria funcionalista dentro pensamento liberal, dado que a mesma coloca o conhecimento produzido pelos liberais em patamar de igualdade como o conhecimento realista. No Funcionalismo, há uma tentativa de criar conhecimento científico através de observações empíricas e análises científicas na tentativa de criar um conhecimento que fizesse com que os atores privilegiassem os elementos de cooperação num ambiente de anarquia no sistema internacional. Com funcionalistas surgiu a ideia de *spill-over effect*, através da qual os Estados, com a progressiva aquisição de vantagens por meio da cooperação internacional iriam tomando uma consciência da escolha mais racional, e preferissem a paz à guerra. Mesmo as Instituições Internacionais de desenvolvimento técnico eram consideradas pelos funcionalistas como sendo importantes para moldar um mundo mais pacífico.

Para os autores do Funcionalismo (como David Mitrany, 1943), as Organizações Internacionais poderiam com o tempo superpor-se ao sistema internacional anárquico. Não nos podemos esquecer que Mitrany escreve o seu livro “*Working in a Peace System*” durante a II Guerra Mundial e o seu programa tem como objetivo criar um mundo melhor, e sobretudo um mundo sem conflitos.

Então para os funcionalistas, como Mitrany a cooperação através das instituições internacionais é o meio para resolver problemas que são comuns ou estão relacionados com a interação dos Estados, limitado progressivamente os problemas que só eram resolvidas pela força.

Visto que os Estados eram cada vez mais ambiciosos e tinham menor capacidade para satisfazer as necessidades dos seus cidadãos e mais impotentes de na manutenção da paz e da segurança, os Estados passaram a ser considerados obsoletos e nefastos.

Segundo Herz e Hoffmann, o Funcionalismo é dotado de características normativas uma vez que defende mudanças nas Relações Internacionais através da criação de organizações internacionais, de caráter funcional com o poder de se impor a política externa dos Estados e, por fim, evitar as guerras. Esta ideia segue o princípio de que as mudanças progressivas nas relações internacionais são possíveis segundo a ideia de que “*a forma segue a função*”. Segundo o funcionalismo o bem-estar dos indivíduos estaria melhor assegurado através da cooperação funcional do que com competição intraestatal, o que levaria a que os indivíduos se inclinassem naturalmente para as organizações internacionais de caráter funcional.

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

Porém o pensamento de David Mitrany é criticado por Haas, isto deve-se grande parte à posição de Haas, que contrariamente de Mitrany se encontrava na vanguarda do behaviorismo e do acompanhamento da integração europeia. Para Haas o processo de spill-over, e os contextos funcionais são independentes e portanto, um processo de aprendizagem e de imitação de um contexto para o outro só acontece se há outros fatores, nomeadamente a existência de uma dinâmica política que vai ativar um processo aprofundado da cooperação. (HAAS:1964;48)

Já pensamento funcionalista relativamente aos estudos de integração política tiveram grande relevo para a os estudos sobre integração Europeia. Podemos afirmar que Karl Deutsch foi um dos grandes impulsionadores e académicos sobre os estudos da integração. Segundo Deutsch a integração acontece quando: *“um grupo populacional obtém, num dado território, um sentimento de comunidade, a par de instituições e práticas suficientemente enraizadas e generalizadas para assegurar, a longo prazo, expetativas de transformação pacífica entre a população.”* (DEUTSCH;1968:5)

Deste modo, a integração pode ser vista como sendo um pensamento para resolver os problemas do século XX, como foi o caso da criação da União Europeia como nos argumenta Deutsch:

Os muitos benefícios produzidos pela integração são bem conhecidos e têm sido amplamente divulgados. A integração económica em um mercado único, por exemplo, proporciona os benefícios decorrentes de um maior grau de especialização, com uma divisão de trabalho mais ampla, frequentemente propiciando melhor fruição das vantagens comparativas para cada região ou grupo populacional. Quanto à integração política, facilita a movimentação de maior volume de dinheiro e a mobilização de mais mão-de-obra, para empreendimentos de maior vulto. (DEUTSCH;1978;288)

Desta forma a União Europeia é o melhor exemplo para a resolução de resolução de problemas sem termos que usar a força, visto que este tipo de circunstância pode não ser permanente, mas tem que ser necessariamente e deve ser duradouro, pois só assim permite o desenvolvimento das expetativas de transformação. E é por se basear nas expetativas de transformação pacificas que a ideia de integração não pode ser considerada como sendo estática, indicando antes o caminho para uma evolução progressiva do processo de integração, isto dependendo da evolução das expetativas.

Deutsch afirma, no entanto, que um dos problemas das instituições internacionais para a segurança é que esse pode estar a garantir a hegemonia dos Estados como mais influência e poder. O exemplo é a Liga das Nações, que tinha no início ideais de segurança coletiva para o sistema internacional, diferente da política de alianças, que acabaram por eclodir na Primeira Guerra Mundial, e a Liga das Nações falhou em garantir a segurança coletiva quando esta passou a ser sinónimo de política de alianças.

Na ONU, é diferente, visto que existe aquilo que se denomina de princípio de igualdade de soberania de todos os membros e o “princípio de unanimidade” no Conselho

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

de Segurança que aos seus membros o direito de veto. Mas, o autor relembra-nos o papel das potências ocidentais na instituição internacional, marcadamente intergovernamental:

As potências ocidentais têm-se mostrado favoráveis à intervenção das Nações Unidas em países e situações em que isso tenha parecido enfraquecer a influência comunista ou deter sua expansão, como nos episódios do norte do Irão (1946), da Grécia (1946-1948), da Coreia (1947-1953), da Hungria (1956), do Líbano (1958) e do Congo Léopoldville (1960-1963). Mas, quando a maioria da Assembleia Geral instou as Nações Unidas a adotarem providências contra as políticas colonialistas de um aliado ocidental, como Portugal, ou contra a agitação racial provocada por regimes intimamente ligados ao sistema financeiro e econômico do Ocidente, como os da Rodésia ou da África do Sul (nos anos 60 e em meados da década de 70), as potências ocidentais se mostraram muito mais relutantes. (DEUTSCH; 1978;247)

Podemos retirar várias ideias do pensamento funcionalista, apesar do seu pensamento não incidir com o final da Guerra Fria. O funcionalismo tornou-se numa importante abordagem teórica devido a vários pressupostos:

Primeiro, a ideia de *spill-over effect*, através da qual os Estados, com a progressiva aquisição de vantagens por meio da cooperação internacional iriam tomando uma consciência da escolha mais racional, preferissem a paz à guerra, isto através de organizações internacionais.

Segundo, é que a integração defendida por Deutsch é o melhor exemplo para a resolução de problemas sem a utilização da força, visto que este tipo de circunstância pode não ser permanente, mas tem que ser necessariamente prolongado para uma efetiva gestão das expectativas de transformação.

Sendo assim, podemos considerar que estas ideias são importantes, não só para esta investigação, mas sobretudo para o ideário normativo de um mundo melhor.

2.4. Construtivismo

Por fim iremos abordar o pensamento da escola construtivista, visto que tem tido uma enorme influência na explicação das relações internacionais atuais.

Deste modo, consideramos importante o pensamento da escola construtivista para a elaboração dos novos modelos de governança. Tendo em conta o modelo de Alexander Wendt (1992), visto que faz uma análise construtivista do final da Guerra Fria, tendo em conta eventos marcantes da interação entre os Estados Unidos e União Soviética. Central do pensamento de Wendt é a crítica que estabelece à análise neorealista, visivelmente materialista, definida pela estrutura do sistema internacional através da distribuição de capacidades materiais entre unidades funcionalmente iguais operando sob anarquia.

Para Wendt a distribuição do poder, é resultado da distribuição de interesses, constituídos por ideias. O Poder e interesse têm resultados nas ideias que os constituem, já que as ideias vão para além dos efeitos causais consistindo a própria base material.

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

Quando Neorealistas oferecem a polaridade como explicação para a guerra, pergunte quais são as condições discursivas que constituem os pólos como inimigos ou amigos. Quando Liberais oferecem a interdependência econômica como explicação para a paz, investigue as condições discursivas que constituem estados com identidades que se importam com livre comércio e crescimento econômico. (Wendt, 1999:135).

Para esta investigação a cultura apresenta-se como um elemento essencial, visto que materializa o potencial da mudança, pelo fato que não realiza mas ao contrário *constrói e reforça* a ligação entre os Estados. Os agentes e estruturas são feitos da mesma maneira que são feitas os atores, já que são considerados processos, constantemente *produzidos e reproduzidos* na prática.

O realismo tem uma posição em que é implícita como a vida internacional deveria ser, isto é, tem uma posição normativa excluindo perguntas de fato, visto que se o auto interesse não é suportado logo a partida não sobrevive existindo possibilidade de mudança estrutural. Já a autoajuda é considerado como sendo um organismo, ou seja, um dos vários tipos de estrutura de identidade e interesses que podem existir sob a anarquia (as diferentes culturas).

Segundo Wendt, são:

(...) dois pilares fundamentais do construtivismo: (1) que as estruturas de associação humana são determinadas primariamente por ideias compartilhadas ao invés de forças materiais, e que (2) as identidades e os interesses de atores com objetivos são construídos por estas ideias compartilhadas ao invés de dadas pela natureza. O primeiro pilar representa uma abordagem 'idealista' da vida social, e em sua ênfase no compartilhamento de ideias; e também 'social' de um modo que a visão materialista, com sua ênfase em biologia, tecnologia ou ambiente, não é. O segundo pilar é 'holista' ou 'estruturalista' por sua ênfase nos efeitos importantes das estruturas sociais, em oposição à visão 'individualista' de que as estruturas sociais são redutíveis aos indivíduos. O construtivismo pode portanto ser visto como um tipo de 'idealismo estrutural'. (WENDT; 1999:1).

Koslowski acrescenta, relativamente as ideias de Wendt, elementos importantes para o debate sobre o final da Guerra Fria:

Escolhendo uma estratégia construtivista, nós argumentamos que em toda política, doméstica e internacional, atores reproduzem ou alteram sistemas através de suas ações. Qualquer sistema internacional dado não existe por causa de suas estruturas imutáveis; ao invés disso, suas estruturas são dependentes das práticas dos atores para sua reprodução. Uma mudança fundamental do sistema internacional [o final da Guerra Fria] ocorre quando atores, através de suas práticas, mudam as regras e normas que constituem a interação internacional. (KOSLOWSKI et al., 1995:128).

Para o construtivismo é difícil avaliar o sistema internacional, uma vez que o auto interesse e coerção aparentam tomar conta da política internacional e capacidade em contrabalançar o poder e o interesse por parte do direito internacional e instituições

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

mostram-se aparentemente limitadas. Porém podemos verificar que os Estados são considerados muito mais autônomos em relação à sociedade à qual pertencem do que os indivíduos, surgindo inclusive debates em relação à constituição uma "sociedade anárquica", como defende Bull (1982). Podemos também encontrar estas inquietações em Krasner:

A robustez das normas é particularmente problemática no sistema internacional porque não há nenhuma estrutura de autoridade que possa julgar e decidir conflitos; normas têm estado em conflito, por exemplo direitos humanos ou estabilidade internacional versus autonomia e não-intervenção; o poder dos estados pode ser altamente assimétrico; e tomadores de decisão são socializados primariamente em sua cultura doméstica e não na cultura internacional. (KRASNER;2000:131).

Não nos podemos esquecer que as distribuições de ideias são estruturas sociais, e que algumas destas ideias são partilhadas, outras não. As ideias que são partilhadas formam uma estrutura denominada de cultura. Dentro de um sistema anárquico, a cultura pode assumir três papéis diferentes: Hobbesiana, Lockean e Kantiana, isto é, podem assumir os papéis de inimigo, rival ou amigo. No entanto, tanto os papéis e a estrutura são formados pelas representações do *Self* e *Other* dos atores estatais e obtêm uma lógica autônoma no nível macro.

Porém, ao definirmos o sistema internacional através de uma distribuição de ideias, abre-se o caminho para a mudança, já que as estruturas e agentes são tanto uma como o outro, resultados da ação dos atores, e o comportamento dos atores é o efeito da sua identidade.

Já que é possível alterar a dinâmica da interação entre os Estados, como também é possível alterar a identidade através de uma ação reflexiva, então é possível transformar a lógica da anarquia. Se os agentes e estruturas são considerados como sendo processos logo, a partida também é possível dizer que a "*anarquia é o que os estados fazem dela*" (WENDT, 1999:313). Katzenstein (1996) também vai complementar o modelo de Wendt. Katzenstein problematiza sobre questões relativamente às quais são os interesses do Estado e das explicações como a predominância da segurança nacional de um Estado. É aparentemente difícil relacionar os acontecimentos do final da Guerra Fria e a queda da União Soviética a mudanças das capacidades, embora o neorealismo insista nessa ideia, isto é, que a mudança nas capacidades é o principal fator na política internacional.

Porém, e apesar da queda em termos económicos possa ter servido de catalizador para a queda da URSS, subsistem algumas dúvidas sobre a noção por parte dos líderes soviéticos em relação a necessitarem de reformas ou mesmo de mudança, e de que forma ou quando esta ocorreria.

A escola construtivista assume que os agentes são formados no processo de interação, quer isto dizer que, são as propriedades dos agentes e não os seus comportamentos que são envolvidos. Desta forma Katzenstein propõe reavaliar duas características presentes: gerar o ambiente em que Estados atuam e como os efeitos

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

integrantes do ambiente mais compacto (cultura) pode ter sobre a identidade de Estados, ajustando seus interesses. Ou seja, os Estados têm a aptidão para construir mais do que só ameaças, na medida em fazem o "*planeamento de personagem*" (WENDT, 1992:157), ou seja, através de um processo de autorreflexão crítica e de escolhas que podem mudar o seu comportamento. Este processo não é possível ocorrer sempre, já que seria impossível manter a ordem social, desta forma a inclinação é para procurar a segurança ontológica procurando uma relativa estabilidade de identidades.

Para isso acontecer dever-se-ia procurar uma razão para se refletir em relação a si mesmo deve haver uma razão para refletir sobre si mesmo, isto é, uma razão que pode trazer novas situações sociais e que não podem ser conservadas com sendo antigas auto concepções. Em segundo lugar, as recompensas tem de ser maiores do que os custos previstos da mudança de papéis e as sanções impostas por outros.

Quando estas condições estão presentes, atores podem engajar em autorreflexão e práticas especificamente desenhadas para transformar suas identidades e interesses e assim 'mudar o jogo' no qual estão inseridos. Tal teoria estratégica e práticas 'críticas' não recebeu a atenção que merece de estudantes da política mundial (outro legado dos interesses dados talvez), particularmente considerando que um dos mais importantes fenômenos da política mundial contemporânea, a política do 'Novo Pensamento' de Mikhail Gorbatchev, é precisamente isto. (WENDT, 1992: 158).

Não nos podemos esquecer que a quebra de consenso do relacionamento relativamente à identidade ocorreu no interior da URSS, devendo-se essa quebra a três motivos centrais: a incapacidade de lidar com as mudanças económico-tecnológico-militar que estavam a acontecer a Ocidente. A decadência da legitimidade interna e a garantia do Ocidente não iriam atacar a União Soviética, ou seja, a falta de motivo para existência da URSS. Gorbatchev e a sua nova doutrina rejeitaram à partida que um conflito tanto entre os estados socialistas e capitalistas seria possível e as práticas agressivas no passado sustentaram o conflito.

Ou seja, é necessário a alteração da própria identidade, já que ela é sustentada na interação, é necessário mudar as identidades e interesses dos outros que ajudavam a sustentar estes sistemas de interação. Por fim, a reciprocidade, as iniciativas do *ego* são bem-sucedidas e o *alter* também altera as suas práticas, compensando as iniciativas de *ego*, o que estimula novas práticas idênticas. Com o tempo, estas práticas vão criar um reconhecimento positivo entre a segurança do *self* e a segurança do *other*, produzindo uma nova base intersubjetiva para a interação, fortificando novas identidades e interesses.

Esta ideia pode parecer contraditória com a hipótese mais estrutural do construtivismo, já que para o construtivismo os reformadores são eles mesmos, produtos da socialização nas estruturas de identidade e interesses.

No pensamento da URSS, os soviéticos sobreviveriam a um conflito nuclear, o que foi contra argumentado por Gorbatchev, afirmando que face a um conflito de tal

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

magnitude ninguém sobreviveria e que os problemas mundiais só poderiam ser resolvidos através da cooperação (LAFEBER;1993).

Alguns dos princípios do Novo Pensamento de Gorbachev são descritos por Kubálková:

3. A renúncia da guerra (e portanto de uma 'ameaça soviética');
4. O conceito de paz como o mais alto valor da humanidade (...)
5. A segurança de todos os estados como global e indivisível
6. A obtenção da segurança não por meios militares mas sim políticos; não com base em uma 'balança de poder' mas em uma 'balança de interesses' sem um sistema de segurança abrangente;
7. A redução do nível de confrontação militar (...) (KUBÁLKOVÁ; 2001:129).

Se considerarmos, o quinto princípio e o sexto princípio, podemos verificar que existe no pensamento dos novos pensadores ideias da transição para uma cultura da anarquia descritas em Kant. Podemos nos colocar a questão como estes novos pensadores chegaram a estes princípios? Para tal era necessário reconhecer que as práticas que formavam a interação competitiva entre as superpotências, já realizadas sob a forma de uma "realidade" estrutural. Sendo assim a abordagem soviética:

Enfatizava a necessidade de distinguir entre estados, dependendo de sua identidade. Era isto que determinava seus interesses e portanto seu comportamento (...) o efeito da teoria do imperialismo de Lenine era de que as relações entre estados eram 'ideologizadas': estados estariam desempenhando papéis designados a eles por suas respectivas ideologias e eram, assim, protagonistas da luta de classes em suas relações com outros países. (KUBÁLKOVÁ; 2001:126).

No entanto a posição dos EUA, é nos descritos por Gusterson:

O discurso dominante nos estudos (...) legitimava amplamente o status quo, demonstrando uma aversão a-histórica e conservadora a discussões de mudanças políticas fundamentais. Isto se manifestava na (...) a hipótese de que a relação entre Estados Unidos e União Soviética era de uma rivalidade intransponível que poderia no melhor dos casos ser gerenciada; e na insistência (...) de que a esfera internacional era de alguma forma anárquica e que havia limites ao escopo de acordos e cooperação que poderiam ser negociados. (GUSTERSON;1999:321,322).

Podemos verificar que tanto de um lado, como de outro, agem conforme uma lógica de anarquia, balançando o poder, apesar de as origens serem distintas.

Jack Snyder demonstrou que Brehznev também tinha uma teoria de détente de correlação de forças. Em uma curiosa analogia com a teoria ocidental que explica a mudança no comportamento Soviético pela paz-pela-força, a teoria de correlação de forças de Brehznev argumentava que 'o Ocidente só aceitaria um relaxamento da tensão quando um aumento na força soviética assim o demandasse. (KOSLOWSKI e KRATOCHWIL; 1995:144).

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

Mesmo em plena Guerra Fria, e verificando-se posturas agressivas por parte da URSS e dos EUA podemos encontrar nuances da cultura lockeana, apesar de se consideram mutuamente rivais reconhecem a soberania um do outro. Estados rivais esperam que a sua soberania seja reconhecida mesmo sendo rivais e querendo sobrepor-se ao seu rival, desta forma a soberania não é apenas uma propriedade de estados individuais, mas antes mais, uma instituição partilhada, que permite aos atores façam interferências sobre as intenções de *status quo* de outros.

Podemos encontrar a lógica da anarquia Lockeana em Wendt, especialmente duas: a guerra é ao mesmo tempo aceite e limitada, desde que não se elimine os Estados; e ois estados balançam o poder, existe reconhecimento mútuo da soberania; e é exatamente porque a balança do poder não é fundamental para a sobrevivência dos Estados que estes podem se tornar a base para a ordem (WENDT; 1999:283). Desta forma a anarquia exposta por Waltz é neste sentido Lockeana e não Hobbesiana.

A sua analogia com os mercados, que pressupõe instituições que evitam que atores eliminem uns aos outros, sua ênfase no balanço, sua observação de que estados modernos tem uma baixa taxa de morte, e sua hipótese de que estados buscam segurança e não poder são todas coisas associadas com uma cultura Lockeana relativamente autocontida, não uma guerra de todos contra todos. Em um sentido, isto não é surpreendente, já que a principal preocupação de Waltz, o sistema Vestefaliano, é uma cultura Lockeana. Infelizmente, Waltz não lida com a possibilidade de que esta cultura tenha uma lógica diferente do que a Hobbesiana com o qual o Realismo é frequentemente associado (...) (WENDT 1999:285).

Porém, existem elementos de uma cultura realista mais agressiva, ou seja, de uma cultura Hobbesiana, do lado dos Estados Unidos Gaddis aponta este elemento nos Estados Unidos:

Qualquer um que ouvisse seu discurso do 'império do mal' ou que considerasse as implicações da 'guerra nas estrelas' poderia muito bem concluir que Reagan via a relação Soviética-Americana como uma confrontação fundamental entre virtude e vício que não permitia nem negociação nem conciliação em qualquer forma; seu tom parecia mais apropriado a uma cruzada medieval [note as similaridades com o discurso pós 11 de setembro] do que a um renascimento da contenção. Certamente havia aqueles na administração que tinham esta visão, e sua influência, por algum tempo, era considerável. Mas enxergar as políticas do Presidente apenas em termos de sua retórica, agora é claro, teria sido errado. (GADDIS; 1992, 122-123).

Podemos encontrar vários momentos durante o conflito em que os EUA e a URSS, fazem um esforço para colocar no outro no papel de inimigo, isso deve-se em grande medida a que os complexos militares-industriais teriam um interesse comum em suportar a Guerra Fria devido aos seus benefícios que produziam para cada um, benefícios que se tornavam maiores na medida em que o 'Outro' era visto como uma ameaça existencial. Ao aumentar a ameaça e agir de forma agressiva cada um projetava e estimulava o outro a tomar a identidade de inimigo para que o *self* pudesse manter a sua. O outro argumento

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

era que os discursos do perigo produziam a solidariedade de grupo, ou seja, existindo um inimigo comum permitiram que estados unissem a sua própria identidade e mesmo a distinção entre o que é interno e externo, assim constituindo e mantendo a própria estrutura do Estado como um grupo distinto.

3. O Fim da Guerra Fria e a Nova ordem Mundial

3.1. Antecedentes: o mundo bipolar

Para podermos compreender o fim da Guerra Fria e conseqüentemente o surgimento de uma nova ordem mundial é importante avaliar os seus antecedentes.

A expressão “Guerra Fria deve-se principalmente ao Banqueiro Bernard Baruch, conselheiro do Presidente Roosevelt. Já Raymond Aron classifica este período como sendo de “guerra improvável, paz impossível”. A guerra era improvável porque as duas superpotências não iriam entrar em guerra real devido a dissuasão nuclear que as impedia. Mas a paz era impossível porque os dois blocos eram completamente antagônicos, isto é, os seus objetivos eram completamente distintos, como Brzezinski o classifica:

O relacionamento soviético-americano é um conflito histórico clássico entre duas grandes potências. Mas é mais do que um conflito meramente nacional. Ele é também uma luta entre dois sistemas imperiais. E envolve - pela primeira vez na história - um confronto entre duas nações, por nada menos do que o domínio global. (BRZEZINSKI, 1987; 16)

Ou seja, a URSS desejava implementar o seu sistema político e ideológico à escala global, já o bloco ocidental liderado pelo Estados Unidos queria o fim do comunismo ou por extinção ou por conversão.

No sistema clássico de Relações Internacionais não era possível, dadas as rivalidades no meio de sistema internacional comum voltar a uma paz verdadeira. Portanto, as relações entre os dois blocos, prefigurava um jogo de soma nula, na teoria dos jogos.

Antes do final da 2.^a guerra Mundial (1945), em 1943, na conferência de Moscovo, Cordell Hull⁹ e Molotov¹⁰ trocaram impressões relativamente ao destino da Alemanha, e

⁹ Cordell Hull foi um político e diplomata dos Estados Unidos. Entre 1903 e 1907 Hull serviu como juiz local, para ser escolhido nesse mesmo ano representante do Tennessee na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, trabalhando durante 11 legislaturas entre 1907-1921 e 1923-1931. Em 1920, Hull fora nomeado Presidente do Comité Democrático Nacional, lutando para conseguir impostos mais baixos e denunciando as leis de imposto sobre os rendimentos de 1913 e 1916 bem como a do direito de herança de 1916. Foi eleito senador pelo Tennessee em 1930 e em 1933 o presidente Roosevelt escolhe-o para Secretário de Estado.

Durante o seu mandato, Roosevelt não costumava considerar as decisões de Hull, deixando-o como mediador, e segundo muitos historiadores, deixando Hull desenvolver um papel altamente popular. Atribui-se a Hull, a influência tanto sobre o presidente de Cuba Federico Laredo Brú como sobre Roosevelt na negação de ambos os governos para dar refúgio ao navio San Luis que em 1939 tentou chegar à América e Caribe carregado com mais de 900 judeus que procuravam escapar da Alemanha Nazi e tiveram que regressar, tendo a maioria perecido depois nos campos de concentração de Europa central.

Foi agraciado com o Nobel da Paz em 1945, por ser um dos fundadores das Nações Unidas. O presidente Franklin D. Roosevelt chamou-o mesmo de "Pai das Nações Unidas".

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

decidiu-se pela criação da EAC, Comissão Consultiva Europeia (*European Advisory Commission*), cujo objetivo era propor aos governos aliados os termos da capitulação alemã e os princípios da política aliada no território ocupado. A EAC reuniu-se oficialmente a 14 de janeiro de 1944, sendo a União Soviética representada por Fedor T. Gusev¹¹; os EUA representados John G. Winant¹² e por fim, o Reino Unido representado por William Strang¹³. Decidiu-se o novo mapa político da Europa, e um acordo sobre as zonas de ocupação. A União Soviética recebeu 40% do território, 36% da população e 33% dos recursos económicos (Meclemburgo, a Pomerânia, a Alta Saxónia, os territórios situados mais a leste e a Turíngia), já os Americanos ocuparam a zona sul enquanto os Britânicos ocupariam o noroeste da Alemanha, no qual estava incluído a rica zona industrial do Ruhr, já Berlim constituiria uma ilha a parte, também devida por três zonas de ocupação. Ou seja, o que se verificou foi a divisão em áreas de influência: uma liderada pela URSS, de cariz socialista, e outra, liderada pelos EUA, de cariz capitalista.

Existe muita divergência sobre as reais causas que conduziram ao desencadear da Guerra Fria. Para uns, os Estados Unidos desejavam alargar a sua área de influência, negando os direitos que a URSS tinha alcançado durante a 2ª Guerra Mundial. Para a URSS, a própria natureza ideológica do sistema comunista, com uma natureza expansionista, inserida num imperialismo russo estabelecido historicamente, viria a debilitar a aliança dos vencedores da 2ª Guerra Mundial.

Na realidade, nem Truman, nem Estaline desejavam desencadear um conflito armado, o primeiro porque enquanto o território americano não fosse ameaçado a opinião pública não aceitaria envolver-se num conflito armado, já o segundo sabia que era militarmente mais fraco que o seu oponente, no entanto com medo de uma possível ameaça e justificando pelos programas militares do outro, os arsenais nucleares e militares foram desenvolvidos.

Já em 1945, Churchill, preocupado com o aumento da influência e controlo por parte da URSS na Europa Central e Oriental, denominou de “*cortina de ferro*”¹⁴, a influência da URSS a uma zona a que ocidentais deixarem de ter acesso.

¹⁰ Viatcheslav Mikhailovitch Molotov foi um diplomata e político da União Soviética de destaque entre os anos 20 e 50 do século XX.

Sendo um dos principais colaboradores de Estalin, foi Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS no período 1939-1949 e 1953-1956. Em 1957, foi afastado da direção do Partido por Nikita Khrushchov, em virtude da sua oposição à “desestalinização” e nomeado embaixador na Mongólia, cargo que exerceu entre 1957 e 1960 tendo logo após sido indicado para chefiar a representação da URSS na Organização Internacional de Energia Atómica sediada em Viena, tendo permanecido neste cargo até 1962 ao ser excluído do Partido Comunista. Foi readmitido no Partido em 1984.

¹¹ Fedor Tarasovich Gusev foi um diplomata e político da União Soviética.

¹² John Gilbert Winant foi um político americano do Partido Republicano depois de uma breve carreira como professor em Concord, New Hampshire.

¹³ William Strang foi um diplomata britânico que serviu como um conselheiro do Governo britânico a partir de 1930 até a década de 1950 e, como Sub-Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros entre 1949-1953.

¹⁴ Cortina de Ferro é uma expressão célebre utilizada para designar o domínio da extinta União Soviética sobre os países do leste da Europa. Tal nome surgiu de um discurso do primeiro-ministro britânico Winston Churchill, proferido a 5 de março de 1946 no Westminster College, na cidade de Fulton, Missouri, nos Estados Unidos.

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

Na URSS, de 1949 a 1948, todos que se opunham ao regime e a ideologia comunista eram eliminados, denominada política “*do salame*”¹⁵. O melhor exemplo desta política foi o “*golpe de Praga*”¹⁶

Pode-se considerar que a ordem bipolar tem início após vários episódios que criaram uma relação tensa entre os Estados Unidos e URSS. São exemplo disso os casos do Azerbaijão ou da Grécia, o início da guerra da Indochina em 1946, o fracasso da conferência de Moscovo a 10 de março de 1947, passando pelo plano Marshall¹⁷ e o Kominform¹⁸ até ao fracasso conferência de Londres de 25 de novembro-dezembro de 1947.

A liderança do mundo livre foi assumida pelos americanos, definida por política denominada como política de *containment* (contenção) que segundo o seu inventor George Kennan, representava *uma contenção a longo prazo, paciente mas firme e vigilante, das tendências expansionistas da Rússia, para opor aos Russos uma contra força inalterável em toda a parte em que eles mostraram sinais da sua vontade em se intrometer nos interesses de mundo pacífico e estável.*” (KENNAN;1997)

O mundo dividia-se visivelmente em dois blocos hostis, assistindo-se a uma bipolarização do mundo, com a exceção dos países participantes nas conferências dos não-alinhados, Bandung em 1945, Belgrado em 1961, Argel em 1973 e Chipre em 1992. Daqui resulta uma nova situação da chamada coexistência pacífica porque:

(...) os países da Europa Ocidental, não os do resto do mundo, vêm atravessando um período de paz internacional que se considera único na História, pois nos últimos 47 anos não se verificou qualquer conflito militar entre eles, nem sequer qualquer realinhamento forçado de fronteiras. (SACCHETI; 1992;64)

Podemos definir o sistema bipolar como:

O bipolarismo é um modelo de referência em cada conflito concreto, entre dois países, dois espaços ou dois blocos, mas nem significa que seja uma tendência global da comunidade internacional que abriga uma pluralidade de conflitos, nem significa o começo do fim das ideologias. (MOREIRA;1997;47)

¹⁵ Designação para a política de repressão da União Soviética.

¹⁶ Designação para evento em que o Partido Comunista da Checoslováquia, com o apoio soviético, assumiu o controlo incontestável sobre o governo da Checoslováquia, inaugurando mais de quatro décadas de ditadura sob seu comando.

¹⁷ O Plano Marshall, um aprofundamento da Doutrina Truman, conhecido oficialmente como Programa de Recuperação Europeia, foi o principal plano dos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial.

¹⁸ Denominação atribuída por José Estaline, em 1943, ao organismo que substituiu o Komintern (Terceira Internacional, 1919-1943). O Kominform tinha como função ser o centro de controlo internacional do movimento comunista. Foi extinto em 1956, em parte devido à rutura entre a União Soviética e a China.

3.2. O Fim da Guerra Fria: o jogo EUA-URSS

Nunca existiu conflito armado entre os EUA e a URSS propriamente dito, o conflito entre Washington e Moscovo não passava da *gesticulação política ou verbal* e a observância de conflitos armados ocorria nos países aliados das superpotências.

Tanto a URSS como os EUA consideravam a Eurásia como o prémio do conflito, visto que era considerado como sendo a maior massa terrestre do mundo, tanto no diz respeito à população mundial como aos recursos como nos descreve Brzezinski:

Assim como a União Soviética, os Estados Unidos tiveram de enfrentar os imperativos geopolíticos. Aquele que controlasse a Eurásia dominaria o globo. Se a União Soviética capturasse as periferias desta massa continental - a Europa Ocidental, o Extremo Oriente e o Sul Asiático - ela não ganharia apenas enormes recursos humanos económicos e militares, como também o acesso a passagens geoestratégicas para hemisfério ocidental - os oceanos Atlântico e Pacífico. (BRZEZINSKI; 1987; 31-32)

Ou seja, para a URSS o objetivo principal era expulsar os EUA da Eurásia, especialmente após ter efetuado em 1940 o acordo com Hitler. Em termos estratégicos foram determinadas três frentes principais no teatro euroasiático: a frente do Extremo Ocidente, a frente do Extremo Oriente, o Sudoeste: *“Embora global no seu alcance, o confronto soviético-americano tem uma prioridade essencial: a Eurásia. Esta massa continental é o foco estratégico do confronto e seu prémio geopolítico.”* (BRZEZINSKI; 1987;39)

A primeira frente mostra-se importante, devido ser a mais industrializada como também quem controlar esta frente controla as principais saídas para o Oceano Atlântico: *“A primeira frente estratégica surgiu devido à ameaça gêmea à Grécia e Turquia e a Berlim. Em ambos os casos, os soviéticos tentaram alterar o status quo pós-1945, com consequências potenciais de longo alcance.”* (BRZEZINSKI;1987:52)

Em termos estratégicos a frente do Extremo Oriente era vista como terreno de disputa entre soviéticos e americanos, tendo em conta a decisão dos americanos de travar o avanço da URSS sobre a Coreia, mas também dado a sua importância para as saídas para o Oceano Pacífico. No diz respeito à frente, isto é, o Sudoeste, provocaria um grande desequilíbrio das forças se fosse dominada pela URSS, visto que incitaria uma vantagem para a URSS, relativamente às outras frentes.

No entanto, as duas superpotências, também adaptaram e consideravam o controlo de certos atores estatais, Estados que são denominados segundo Brzezinski como Estados-pino:

Um Estado-pino é aquele que é, ao mesmo tempo, intrinsecamente importante e que, em certo sentido, “é de quem pegar primeiro”. A importância dos Estados-pino pode derivar da sua posição geopolítica, da sua influência política e/ou económica que detém na região, ou da sua localização geoestratégica que o torne significativo do ponto de vista militar. (BRZEZINSKI;1987;62)

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

Na frente do Extremo Ocidente podemos identificar como sendo Estados-pino a Polónia e a Alemanha, para a União Soviética estes Estados-pino tinham grande importância pelo fato que poderiam levar ao enfraquecimento da sua influência nesta frente, como descreve Brzezinski:

A dominação soviética da Polónia é fundamental para o controlo de Moscovo sobre a Europa Oriental, e a subordinação ou a sedução da Alemanha Ocidental modificaria o equilíbrio a favor da Rússia (...) o afastamento da União Soviética da Alemanha Ocidental assegura a continuação da independência da Europa Ocidental, ao passo que a diminuição do controlo de Moscovo sobre a Polónia seria equivalente ao eventual enfraquecimento do seu domínio sobre a Europa Oriental. (BRZEZINSKI;1987;62)

No entanto, os Estados Unidos também viam a frente do Extremo Ocidente como sendo uma frente vital para a sua geopolítica, considerando sendo necessário diminuir a diferença entre as duas superpotências. Desta forma os Estados Unidos promover o desenvolvimento da Europa Ocidental, através do planos como o plano Marshall, para que essa fosse menos dependente dos Estados Unidos, embora mantença uma aliança estratégica os Estados dessa frente: *Acelerar a emergência de uma Europa Ocidental mais autossuficiente e, eventualmente, uma Europa recuperada da sua divisão pós-guerra (...) a ponta extrema ocidental do continente euro-asiático permanece ainda um protetorado militar americano.* (BRZEZINSKI;1987;213-214)

Desta forma, os Estados Unidos defendiam uma maior cooperação com os seus aliados Europeus, especialmente os Franceses e Alemães Ocidentais, fazendo uma pressão para que estes contribuíssem para a sua própria defesa e conseqüentemente para uma maior e melhor defesa comum:

É improvável que, num futuro previsível, venha a surgir uma Europa mais autoconfiante devido à iniciativa dos próprios europeus. Os franceses e alemães teriam colaborar na defesa, talvez até mesmo substituírem o supremo comandante americano da OTAN por um europeu (de preferência francês). E os europeus teriam de aplicar mais verbas na sua defesa comum. (BRZEZINSKI;1897;222)

No entanto, os EUA também adotaram uma estratégia económica através da criação de acordos económicos com o Mercado Comum Europeu que seriam favoráveis à Alemanha do Leste. Desta forma também seriam vistos como sendo atrativos a outros países comunistas, não esquecendo a utilização de uma estratégia psicológica, com o objetivo de quebrar laços ideológicos e influenciar a opinião pública da Alemanha Oriental: *“(...) por meios radiofónicos e outros, como sejam os por videocassetes, impressão miniaturizada e processadores de texto”* (BRZEZINSKI;1987;284)

Já no que diz respeito à frente do Extremo Oriente, são considerados para a União Soviética como Estados-pino as Filipinas e a Coreia do Sul, já que para URSS o principal

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

receio era a criação de um triângulo sob ocupação dos EUA, do Japão e da China, já que estes poderiam exercer pressão sobre a área da Sibéria:

A dominação soviética da Coreia do Sul e das Filipinas fecharia o cerco a China, ameaçando diretamente a segurança do Japão através da Coreia, e ameaçaria a vital rota marítima entre as Filipinas e o Japão (...) O acesso à Coreia do Sul e às Filipinas capacita os Estados Unidos a manterem a sua presença político-militar na extremidade oriental do continente euro-asiático, protegendo o Japão e assegurando um amplo acesso à China. (BRZEZINSKI;1987;62)

No entanto, os Estados Unidos defendiam a criação de “*um triângulo geopolítico informal*” (BRZEZINSKI;1987;282) com uma linha estratégica principalmente económica e política:

A Coreia do Sul e o Japão estão, claramente, no âmbito dos interesses vitais da América, obrigada pelo tratado a responder a um ataque que eles sofrem. A presença militar americana nas Filipinas também expressa um claro mandato, reforçado pela importância geopolítica das próprias ilhas. (BREZEZINSKI;1987;228)

Também é importante referir a estratégia adotada pelos Estados Unidos para a China, principalmente nas regiões de Xinjinang e Manchúria, nas quais também optou-se por um plano económico.

E por fim, podemos considerar na frente do Sudoeste como Estados-pino o Irão e a área Afeganistão-Paquistão, a União Soviética considera que se tivesse sucesso nesta frente teria mais força nas outras frentes, para tal, a URSS utilizou uma estratégia militar, diplomática e psicológica no interior dos Estados, para além conseguir controlar o Golfo Pérsico:

A dominação soviética do Irão ou a do Afeganistão e Paquistão, daria a Moscovo o controlo do acesso ao Golfo Pérsico ou a sua presença no Oceano Índico, de onde o poder soviético poderia ser lançado a áreas vulneráveis, a Sudoeste ou a Sudeste (...) O afastamento da União Soviética do Irão, ou do Afeganistão e Paquistão, impediria que Moscovo viesse alcançar os seus objetivos estratégicos, de há muito desejados, “ao Sul Batum e Baku”, selando protectoramente o Golfo Pérsico e o Médio Oriente contra a vizinha presença político-militar dos soviéticos. (BRZEZINSKI;1987;62)

Para os Estados Unidos esta frente estratégica é considerada como sendo a mais frágil: “*A prioridade geopolítica mais urgente e difícil para os Estados Unidos está no sudoeste da União Soviética, onde os Estados-pino são o Irão, ou o conjunto do Afeganistão-Paquistão.*” (BRZEZINSKI;1987;237). Desta forma a estratégia optada pelos EUA, passava por dar um maior apoio ao Paquistão, de forma a impedir à expansão da URSS naquela área: “*Para reforçar a resistência do Paquistão ao domínio e a pressão soviética, os Estados Unidos terão de prover uma substancial ajuda militar e económica* (BRZEZINSKI;1887;240), já relativamente ao Irão e ao Afeganistão os EUA consideraram

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

que, melhorando as relações irano-americanas seria contributo importante para vencer os soviéticos na frente do Sudoeste: “ *Uma maior dificuldade, embora não menos importante, está na tarefa de criar um certo grau de cooperação irano-americana.*” (BRZEZINSKI;1987;240), no entanto não menos importante os EUA continuaram a potenciar a resistência afegã: “(...) *os Estados Unidos têm de continuar a suprir a resistência afegã de dinheiro, armas e munições. Tem de se elevar o nível de equipamento fornecido aos mujahideen, incluindo armas mais avançadas, tais como mísseis antiaéreos guiados pelo calor.*” (BRZEZINSKI;1987;242).

Ou seja, a União Soviética procurava nestas três frentes estratégicas evitar que se concretizassem cenários que lhes podiam ser prejudiciais: na frente do Extremo Ocidente, tentava evitar a todo custo que os EUA, através da sua aliada Alemanha Ocidental pudesse seduzir a Alemanha Oriental e esta atraída por melhores acordos económicos pudesse deixar a área de influência de Moscovo; no Extremo Oriente a criação de um triângulo estratégico entre os EUA, Japão e China deixava a URSS bastante preocupada, tendo em conta o vazio que existe na Sibéria soviética; por fim, a frente do Sudoeste, considerada como sendo a mais frágil para os EUA, os Soviéticos consideravam-na como sendo vital para ter sucesso nas duas frentes anteriormente mencionadas.

Porque o conflito da Guerra Fria foi um jogo entre duas superpotências seria relevante comparar as duas superpotências para melhor compreensão da derrota da URSS. Comparando os Estados Unidos e a União Soviética podemos facilmente verificar que só em termos militares a União Soviética era equivalente aos Estados Unidos, já nos restantes aspetos não podia ser considerado *um par* dos Estados Unidos: “*O poder militar é a única base para o status da União Soviética como potência global. Em todos os demais aspetos, faltam-lhe os atributos para esse nível verdadeiramente competitivo dos Estados Unidos.*” (BRZEZINSKI;1987;134)

Ligados a estes fatores a derrocada final para a URSS, foram as mudanças introduzidas por Mikail Gorbachev, que através das políticas conhecidas como Perestroika e Glasnost (reconstrução) e (abertura) ou (transparência), respetivamente, não tiveram o êxito, apesar da abertura política e a reestruturação económica do país e a queda acelerada do mundo de Berlim em 1989. Acrescentado ao fracasso das políticas de Gorbachev vivia-se dentro da União Soviética, uma profunda crise ideológica e económica, de tal forma que até em 1991 o PCUS¹⁹ fica privado de toda a sua atividade depois do atentado falhado. Por consequência estes fracassos tiveram um efeito dominó que levou à queda do comunismo soviético e ao desmembramento da União Soviética.

Mundo bipolar como era então até aí conhecido colapsou o que levou a uma vitória dos Estados Unidos na Guerra do Golfo num mundo unipolar, tornando-se os Estados Unidos a única potência mundial, em todos os níveis.

¹⁹ O órgão de governo do PCUS era o Congresso do Partido que, em princípio, se reunia de modo anual. Suas reuniões se fizeram menos frequentes, em particular com Estaline. Os Congressos do Partido elegiam o Comitê Central que, por sua vez, elegia o Politburo

3.3. O mundo após a Guerra Fria

O fim da Guerra Fria trouxe muitas expectativas em torno da organização mundial. O primeiro a classificar a ordem mundial após o mundo bipolar como sendo uma nova ordem mundial foi o presidente dos Estados Unidos George H.W. Bush, que ajudou a definir o que veio a chamar como a era do otimismo.

No entanto, o presidente Bush ter exclamado “uma nova ordem mundial” não foi uma reação ao fim da Guerra Fria, visto que, quando utilizou esta frase pela primeira vez Gorbatchev ainda se encontrava no poder e a União Soviética ainda não se tinha desmoronado, foi sobretudo uma reação provocada pela invasão do Kuwait por parte do Iraque.

A ideia do presidente Bush era que as principais potências mundiais poder-se-iam aliar, conjuntamente, contra atos de agressões internacionais, também foi esta a ideia defendida no discurso do Estado da União após o início da primeira Guerra do Golfo em que disse ao Congresso:

O que está em jogo é mais do que um pequeno país; são grandes ideias, uma nova ordem mundial, onde diversas nações se reúnem numa causa comum para atingir as aspirações universais da humanidade - paz e segurança, liberdade e o Estado de Direito. (BUSH;1991)

De modo geral, a ideia de Bush era muito limitada como nos descreve Freedman: “O conceito de Bush desta nova ordem implicava essencialmente a velha ordem pós-Segunda Guerra Mundial a funcionar como devia porque agora os Estados Unidos e a União Soviética podiam trabalhar em conjunto” (FREEDMAN; 2008;230)

Verificamos como a retomada do diálogo entre os Estados Unidos e a União Soviética, no que se refere por exemplo aos acordos de 1987, de 1989 ou 1991, relativamente ao desarmamento nuclear de alcance intermédio, a proibição das armas químicas e a primeira cimeira pós Guerra Fria onde foi assinado o Tratado START, respetivamente.

Em termos económicos os Estados Unidos encontram-se no centro da economia global, já no que refere ao seu poder militar, os EUA tem o maior orçamento para a defesa mundial: “*This unique military capability is supported by an economy that is still the world’s largest and that has retained its relative share of the global GNP at a level of approximately 25-30 percent for much of this century.*” (BRZEZINSKI;1993;88)

E por fim, em termos tecnológicos os Estados Unidos estão na origem das revoluções tecnológicas como por exemplo a Internet ou o Computador.

A transformação que ocorre, especialmente nos Estados Unidos, já criada uma sociedade cada dia mais diversa da sua predecessora industrial. A sociedade pós-industrial está-se tornando uma sociedade “tecnocrónica”:

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

sociedade moldada, cultural, psicológica, social e economicamente, pelo impacto da tecnologia e da eletrônica - em especial na área dos computadores e das comunicações. (BRZEZINSKI; 1971;24)

Este poder, levou com que os Estados Unidos fossem considerados o único grande poder global: “ *It is the combination of all four that makes America the only comprehensive global superpower*” (BRZEZINSKI;1997;24) e tivessem o poder de criar uma nova narrativa para o mundo ligado, através da “globalização”.

A Hegemonia norte-americana parecia despoletar um mundo mais pacífico, com as maiores potências mundiais a aderirem a um modelo de políticas e economias semelhantes às dos EUA, no que diz respeito à democracia e aos mercados livres.

O primeiro que captou o espírito e a ideia desta nova era foi Fukuyama, anunciando sucesso da democracia liberal do estilo ocidental: “*O triunfo do Ocidente, da ‘ideia’ ocidental, é evidente, em primeiro lugar, no total esgotamento de sistemáticas alternativas viáveis ao liberalismo ocidental*” (FUKUYAMA, 1989;3).

Aliás, as administrações de Bill Clinton e George W. Bush adotaram, em parte, a tese de Fukuyama, no que diz respeito à promoção da democracia para a sua política externa, e ambos acreditavam, ao tomar esta opção, terem chegado “ao fim da história”.

Neste período, também em outras partes do mundo a globalização começava a manifestar-se: a União Europeia ou poderes emergentes da Ásia viam a globalização como algo benéfico. A China, a Índia ou grande parte do Sudeste asiático estavam com um crescimento económico acentuado. Na Europa com o fim da Guerra Fria, tinham finalmente a oportunidade de poder escolher a democracia, o mercado livre, que teve como consequência que a União Europeia duplicasse, tornando-se a maior economia mundial. Mas nem todos estavam satisfeitos com seu novo lugar na ordem emergente, a transição babelica da Rússia para uma economia de mercado deixou o país pior do que estava no comunismo, deixando o processo económico e político desacreditados.

Este foi um período de grandes mudanças na ordem internacional, o mundo estava alterar-se, que originou efeitos que sem essas alterações dificilmente se poderiam concretizar. Em 21 de novembro de 1990 é assinada a Carta para uma nova Europa, em 1991 a declaração de Roma sobre a Paz e a Cooperação, também em 1991 temos o fim do Pacto de Varsóvia e o conceito Estratégico da Aliança da NATO.

Em 1995, temos a institucionalização da OSCE e o suplemento à Agenda para a Paz da ONU e por fim em 1999 é assinado o conceito Estratégico da NATO.

Os Estados Unidos gozaram da era do otimismo até ao mais violento ataque à globalização e a nova ordem mundial, os ataques às torres do World Trade Center e ao Pentágono, a 11 de setembro tinham abalado com os seus alicerces, respondendo os EUA de imediato com as invasões ao Iraque e Afeganistão, no entanto a crise financeira de 2008 fez mergulhar os EUA numa das suas recessões mais profundas, demonstrando que o próprio modelo que o Estados Unidos tinham arquitetado, tinha falhado no próprio território norte-americano

4. A Nova Ordem Mundial

4.1. Fatores originários da Nova Ordem Mundial

O fim do confronto entre EUA-URSS e conseqüentemente a queda do muro de Berlim e o desmembramento da União Soviética acabaram com o sistema bipolar até então estabelecido nas Relações internacionais. Está portanto ainda em aberto a redefinição da nova ordem mundial.

Os EUA optaram por uma política externa otimista, baseada na convicção do triunfo do sistema ocidental e no estabelecimento da democracia e do livre comércio, de tal forma, que Al Gore, o vice-presidente de Bill Clinton em 1994, numa sessão de debates na Casa Branca, resumiu de forma eloquente o novo pensamento:

A nossa civilização está-se a tornar uma civilização global (...) Há uma consciência universal que a democracia é a forma de organização política escolhida pela humanidade e que o mercado livre é forma de organização económica escolhida pela humanidade. (TALBOTT; 2008;327)

No entanto, a “consciência universal” não estava só reservada aos EUA. Nos anos noventa garantir a democracia nos países da extinta união soviética tornou-se, também, uma missão definidora da União Europeia.

Contudo, para os Estados Unidos, a tese do “fim da história” respondia a uma questão mas colocava outra. Será necessário de um impulso prévio, ou a história iria com o a democracia terminar através de uma lógica endógena? De forma mais concreta, deviam os EUA esperar o triunfo da democracia em termos globais? Ou deveriam seguir uma política de incentivo à promoção da democracia?

Uma das respostas era que, os americanos deviam desfrutar um repouso merecido depois da Guerra Fria, no entanto, Newt Gingrich, defendia uma política externa expansiva. Mas explicava que o espírito otimista que se vivia nos EUA, na verdade promovia a introspeção, e mais tarde até descreveu o mercado dos anos noventa como sendo “*um bocadinho como O Grande Gatsby, um período de bem-estar com ameaças relativamente modestas durante o qual a mais poderosa nação do mundo teve quase uma supremacia hegemónica*” (CHOLLET e GOLDGEIER; 2008;88).

Por outro lado, também havia quem defendesse, que os EUA deviam ter uma papel mais ativo na promoção da democracia. Anthony Lake queria incorporar o “alargamento da democracia” na política externa da administração Clinton. O próprio Bill Clinton defendeu essa ideia em 1993 num discurso nas nações Unidas: “*Numa nova era de perigo e de oportunidade*”, afirmou “*a nossa intenção principal é a de expandir e fortalecer a comunidade mundial de democracias baseadas no mercado livre*” (CHOLLET e GOLDGEIGER; 2008;69).

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

Mais tarde o grupo de republicanos ativistas da política externa, tal como os neoconservadores sob a liderança de George W. Bush, faziam pressão para a implementação de políticas semelhantes. Durante a presidência de Clinton o debate era importante, mas não urgente.

Esta narrativa presente em vários setores políticos norte-americanos, aliada ao poder bélico levou a que os EUA tivessem sucesso na Guerra do Golfo de 1991. Relativamente à expansão tecnológica levado a cabo pelos Estados Unidos, já após a Guerra Fria, levou ao surgimento de um conjunto multinacionais de sucesso no ramo tecnológico como são o exemplo a Microsoft, Apple, Oracle Intel, etc.

As indústrias beneficiavam com as inovações tecnológicas, no entanto não eram as únicas a beneficiar com o avanço tecnológico, havia outra indústria marcante dos Estados Unidos a ser favorecida pela nova tecnologia: a alta finança. A dependência por parte de Wall Street ia aumentando com a evolução do computador, de tal forma que em 2008 os derivados de crédito detonaram com efeitos arrasadores, já que eram considerados como sendo um produto desta nova era de confiança. Esta evolução no sistema financeiro através do computador levou que Gilian Tett argumentasse: “ *O poder do computador e das matemáticas de alto nível estavam a conduzir os negócios muito para lá dos seus limites tradicionais, e este pequeno grupo de mentes brilhantes estava a construir o mapa dos novos limites da ciberfinança.*” (TETT;2009;7)

Este poder, levou com os Estados Unidos fossem considerados o único grande poder global: “ *It is the combination of all four that makes America the only comprehensive global superpower*” (BRZEZINSKI;1997;24) e tivessem o poder de criar uma nova narrativa para o mundo ligada impreterivelmente à “globalização” de tal forma, que Wright acreditava que a globalização induzida pela tecnologia levava inevitavelmente a uma maior cooperação entre nações e que as autocracias eram incompatíveis com a era da informação. Deste modo, o autor defendeu que:

Mesmo a China, uma nação autoritária (e que já foi totalitária), percebeu no fim dos anos noventa que precisava da Internet (...) O país ficou mais permeável à informação do exterior do que qualquer outra altura da revolução comunista. Consequentemente o regime podia inverter essa tendência - mas o preço seria um futuro sombrio do ponto de vista económico. (WRIGHT; 2000;202)

Tratava-se então, de um mundo mais pacífico, com as maiores potências mundiais a aderirem a um modelo de políticas e economias semelhantes às dos EUA, no que diz respeito à democracia e aos mercados livres.

4.2. Futuras configurações do poder

Desde do final da Guerra Fria que se iniciou a discussão sobre a nova organização mundial e a distribuição do poder no sistema internacional. Os Estados Unidos se por um

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

lado se pareciam impor no sistema internacional como poder unipolar, por outro a emergência das organizações regionais antecipavam um sistema de distribuição de poder multipolar. Os EUA são considerados como sendo a maior potência mundial em termos económicos, tecnológicos e militares, como também dominantes na maior parte das organizações internacionais (ONU, OMC, G8, NATO, FMI, NAFTA, entre outros).

A partida num sistema unipolar a ordem internacional é moldada pela potência dominante que acaba por adquirir uma posição de hegemonia, permitindo a máxima liberdade de ação porém quando a potência unipolar exerce o seu poder dentro de instituições internacionais trata-se de um poder multilateral.

É claro que existem inúmeras circunstâncias que obstruem os EUA, apesar de serem a única superpotência, de alcançarem essa unipolaridade. Desde logo, a nível interno, as instituições não estão preparadas para orientar um império mundial, nem os cidadãos estão dispostos a mais sacrifícios financeiros

Existem várias alternativas, como a multipolaridade que é uma analogia histórica ao século XIX, e que é altamente traiçoeira. Segundo o modelo da multipolaridade a ordem era baseada no equilíbrio de forças entre cinco potências sensivelmente iguais, enquanto as potências após a Guerra Fria estão longe de serem equiparáveis. A Rússia com o desmembramento da URSS, decaiu mais rapidamente do que se previa em 1990, apesar de ainda deter um imenso arsenal nuclear. Pelo contrário, a China desenvolveu-se mais rapidamente do que inicialmente previsto, apresentando mesmo um período de crescimento acima do 10%.

Esta realidade levou a postular que mundo se encontra ordenado por uma hegemonia unipolar, sob a dominação dos Estados Unidos da América. Vislumbra-se que a própria *Pax Americana* tenha sido marcada pela Guerra do Golfo, na qual o mundo consentiria a hegemonia americana.

No que se refere ao poder económico este encontra-se tripartido pelos EUA, Europa e Japão, porém o enorme crescimento económico por parte da China, pode tornar o poder económico quadripartido.

Ainda há quem defende que o mundo se irá ordenar em zonas económicas; América do Norte, Ásia e Europa. No entanto, existem aqui atores não-governamentais, como por exemplo as multinacionais ou grupos étnicos irão limitar as atividades das zonas económicas.

Segundo estas previsões, o Estado continuará a ser o ator principal no seio das Relações Internacionais, no entanto acredita-se que nas próximas décadas, o futuro da política global será cada vez mais dominada por civilizações globais. Podemos verificar este acontecimento com o aumento de conflitos no seio de grandes civilizações, em vez de *entre elas*, com particularidade para os conflitos entre grupos no Médio Oriente ou África.

Estes conflitos despontam na medida em que se tenta parar o caos existente no seio dos seus Estados falhados, através de nacionalismo radicais ou étnicos ou através do fundamentalismo religioso.

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

Mas:

Independentemente da indefinição das polaridades depois de 1989 poderá propor-se uma concepção multipolar do mundo segundo três níveis, de acordo com a hierarquia das potências. O primeiro nível é preenchido pela superpotência, os EUA. Num segundo nível, estão as potências que ultrapassam claramente o âmbito regional, na projeção de poder ou na proteção dos seus interesses, embora o façam apenas em áreas limitadas. Estão neste nível o Japão e a Europa e certamente como segundos, a Rússia e China. Num terceiro nível, estão as potências regionais emergentes. (SACCHETI,2000,24)

A gradual interdependência dos Estados que se fez sentir após a Guerra Fria, isto é, a necessidade de cooperação entre Estados, relacionada com a difusão e ao enorme desejo paz, justiça social, harmonia e bem-estar na ordem internacional fez crescer condições únicas para o progresso do multilateralismo.

Durante anos noventa este sistema confrontou com relativo sucesso os principais desafios com os quais se foi confrontando, conseguindo criar, ao mesmo tempo, mecanismos de defesa para sobreviver.

Contudo, com ataques terroristas de 11 de setembro, o compromisso dos Estados Unidos com o multilateralismo veio sofrer um recuo, adotado uma posição menos liberal e mais realista, dando supremacia à questão da segurança interna.

Se hoje em dia podemos considerar os EUA uma superpotência, em termos militares, isto não quer dizer que o mundo se encontre organizado de forma unipolar ignorando outras potências mundiais, como é o caso da Rússia, China, Índia ou mesmo a União Europeia, porque apesar de os Estados Unidos deterem o poder para se imporem em qualquer parte do mundo, necessitam para sucesso da resolução das mais importantes questões internacionais, da cooperação de pelo menos algumas das potências regionais. A Rússia apesar de ter sido a grande derrotada da Guerra Fria, mantém-se como sendo uma das grandes potências mundiais. A Rússia passou por grandes dificuldades durante os anos noventa, mas atualmente caminha o ressurgimento na ordem mundial, apesar do longo caminho a percorrer. Em grande parte isto deve-se às características da condição geopolítica russa, como nos demonstra Brzezinski:

A Decalogue on Russia's Geopolitical Condition”

1. Russia's economy is about one-tenth the size of America's and its industrial plant is about three times older than the OECD average.
2. About 70 million Russians live in urban areas with levels of pollution 5 times higher than U.S. maximums, and about 75 percent of Russia's consumed water is contaminated.
3. Only about 40 percent of all recent births in Russia have resulted in fully healthy babies.
4. Russia's population has dropped from 151 million in 1990 to 146 million in 1999.
5. Russia's immediate neighbor to the east, China, has a total population of 1.2 billion; to the west, the EU has 375 million; and to the south live approximately 300 million Muslims.

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

6. China's economy is already four times larger than Russia's while foreign investment in China during the last decade has been thirty times higher than in Russia. The EU's economy is ten times larger than Russia's.
7. Unlike post-communist Central Europe, the current Russian political elite is an alliance of the KG-military leadership with former apparatchiki and criminalized oligarchs; all the current top Russian leaders could be serving in the Soviet government if the Soviet Union still existed.
8. The present Russian government has made it clear that its central goal is the restoration of Russia's power and not democratic reform.
9. Russia desires an accommodation with the West in order to gain a free hand in dealing with the new states in the former Soviet space.
10. Defiance of demography and geography could embroil Russia in conflicts menacing to its future as a major territorial state. (BRZEZINSKI;2001;63)

Já no caso da China o seu crescimento económico está a transformá-la numa potência a ter em conta na esfera internacional, de tal forma que já começou a influenciar a distribuição geopolítica do poder na Ásia com ambições crescentes. A China atualmente já pode ser considerada como sendo uma potência regional, mas ainda não se encontra em condições de competir como os EUA pela primazia global, como também não sabe ao certo qual é a posição chinesa relativamente a superpotência americana, adotando uma posição de dualidade, por um lado uma cooperação funcional em áreas de interesse específico, por outro lado tem uma opinião negativa, da forma como os EUA tem desempenhado o seu papel mundial. Apesar destas idiossincrasias os dirigentes chineses têm a noção que é importante para o futuro da China manter boas relações com os Estados Unidos.

Por fim, é importante referir a União Europeia, já é considerado como sendo um dos atores mais importantes para estabilidade e progresso económico global dentro do sistema internacional. A União Europeia tem crescido na última década nível económico colocando questões como se irá caracterizar no futuro:

A Decalogue Regarding European Developments and Prospects

1. *For most Europeans, "Europe" is not an object of personal affection. It is more a convenience than a conviction.*
2. *On the global scene, the EU will not be like America but more like a Switzerland write large.*
3. *Most Europeans do not partake of anti-Americanism as the impulse for unity.*
4. *Integration is essentially a bureaucratic process and not the same as unification.*
5. *The EU's expansion inevitably collides with deepening integration.*
6. *The EU needs to expand for demographic and economic reasons.*
7. *A federated inner core of foreign-policymaking states within a larger EU of 21 or more states is not politically workable.*
8. *Slow expansion plus bureaucratic integration is likely to produce a Europe united economically but only confederated politically.*
9. *The EU is unlikely to acquire an autonomous military capability.*
10. *The EU will thus be a novel type of polity, with its global influence primarily economic and financial. (BZEZINSKI;2001;38)*

Podemos então afirmar que estamos perante a presença não mais de um sistema unipolar (uma superpotência) ou multipolar (várias potências de capacidade semelhante) mas sim de um sistema novo e diferente - *o uni multipolar*. Na medida em que o futuro e a

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

credibilidade desses processos vão depender da capacidade de cada um redefinir o papel o que está disposto a assumir na atual hierarquia de poder internacional.

4.4. Ordem Económica Mundial

Ao falarmos de mundialização da economia, temos de evocar a dominação de um sistema económico, o capitalismo sobre o espaço mundial. Com o desmoronar do bloco soviético, desapareceu um dos obstáculos à expansão do capitalismo e onde os regimes comunistas subsistem (China por exemplo) deve-se em parte à aplicação da política de abertura à economia de mercado e ao afluxo de capitais que suscitou.

Porém, a revolução da informação contemporânea é inerentemente global. Este novo mundo altamente tecnológico sobrepõe-se e depende do mundo tradicional, no qual o poder se baseia em instituições com base geográfica. A Internet tem crescido de forma estrondosa, tendo o número de utilizadores ultrapassado os mil milhões em 2005. Além disso, a globalização está longe de ser universal. Três quartos da população mundial não possuem um telefone, nem tão pouco um modem ou um computador. Serão necessárias regras para regerem o ciberespaço - não apenas protegendo os utilizadores legítimos dos criminosos, mas assegurando a privacidade e os direitos de propriedade intelectual.

Em relação ao que se denomina de revolução da informação, a qual se refere aos rápidos avanços tecnológicos nos computadores, comunicações e software que, por seu turno, conduziram a decréscimos drásticos no custo de processamento e transmissão de informação. O poder computacional tem duplicado a cada 18 meses. O trânsito na Internet tem vindo a duplicar ano após ano. As comunicações em banda larga estão a expandir-se rapidamente e os custos de comunicação continuam a cair. Em 1980, as chamadas telefónicas em fio de cobre podiam transportar uma página de informação por segundo; atualmente, uma linha estreita de fibra ótica pode transmitir 90000 volumes por segundo. Apesar de muitas indústrias e empresas estarem a ser submetidas a rápidas mudanças estruturais desde a década de 1980, a transformação económica está longe de estar completa.

A revolução da informação não é a única tendência a desafiar o sistema de Vestefália. A globalização e a marketização estão relacionadas mas têm raízes independentes. Na sua mais recente encarnação, a globalização remonta à estratégia americana após a Segunda Guerra Mundial e o desejo de criar uma economia internacional aberta, de modo a prevenir outra depressão, a reavivar as economias da Europa Ocidental e do Japão e a conter o comunismo. O enquadramento internacional e as pressões políticas para a abertura dos mercados foram produto da diplomacia americana, mas foram fortalecidos por avanços na tecnologia dos transportes e das telecomunicações, que tornaram cada vez mais dispendioso para os estados voltarem as costas às forças de mercado globais.

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

A marketização também está relacionada com a revolução da informação, mas tem raízes independentes nas coligações políticas nacionais variáveis, na inflação que se seguiu às crises petrolíferas da década de 1970 e na falência das economias planeadas. A britânica Susan Strange defendeu que o equilíbrio entre os estados e os mercados se alterou após a década de 1970, fazendo do Estado apenas uma fonte de autoridade entre várias e deixando “uma fresta aberta de não-autoridade ou de não-governança” (Strange, 1996). Strange argumentou que o poder se difundiu dos governos para os mercados em tais funções cruciais como a manutenção do valor da moeda, a escolha do modelo económico, os impostos, a construção de infraestrutura, a política contraciclo e a proteção contra o crime. A nível macro, a incapacidade da economia planeada soviética em responder adequadamente à revolução da informação conduziu ao colapso do poder soviético e ao fim da bipolaridade. A um nível micro, a informação é essencial para a eficácia dos mercados e o crescimento e a difusão de informação diminuiu os custos das transações e tornou todos os tipos de contratos muito mais fáceis.

Com o terminar da Guerra Fria, alguns observadores defenderam que questões económicas se iriam tornar mais centralizadas na política mundial. A sensibilidade da Globalização relativamente a acontecimentos em partes distantes do globo tem aumentado à medida que os custos nas comunicações e nos transportes têm baixado e diminuído os efeitos da distância. A relevância dos mercados tem igualmente aumentado, como resultado das novas tecnologias de informação e de transporte, assim como de uma alteração das atitudes acerca do papel dos governos e dos estados. Sensivelmente metade de toda a produção industrial atual é produzida por empresas multinacionais, cujas decisões relativas à localização da sua produção têm um efeito poderoso sobre as economias e as políticas nacionais.

Para alguns académicos (FIORI, Luís; MEDEIROS, Carlos & SERRANO;2008), (BRZEZINSKI;1997) afirmam que haverá uma nova competição entre estados, na qual segundo estes, a “geoeconomia” substitui a geopolítica, com as sanções económicas e os embargos a tornarem-se instrumentos fundamentais de política.

É importante conservar estas mudanças em perspetiva. A segurança pode ser tomada por certa em tempos de paz, mas todos os mercados operam no interior de um enquadramento político. Os mercados globais dependem de uma estrutura internacional de poder. A segurança é como o oxigénio, é fácil tomá-la por certo até começarmos a perdê-la depois não conseguimos pensar noutra coisa. As sanções económicas têm sido instrumentos populares porque evitam o uso da força, mas a sua eficácia varia.

Sendo assim, já que dentro de um sistema de interdependência nenhum Estado, isoladamente, consegue solucionar os problemas sozinhos, deve optar pela cooperação entre os Estados e essa interdependência na ordem económica mundial é exercida de forma declarada, através do FMI e do Banco Mundial. A esse propósito refere o Prof. Raposo Medeiros: “A *interdependência económica não é posta somente, através da rede*

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

interactiva das nações e dos territórios, mas de igual modo se projecta na economia mundial”. (MEDEIROS;2000;14)

Não nos podemos negligenciar que a globalização é procedimento decisivo para ordem económica mundial, facilitando a circulação à volta do globo, de tal forma que os promotores da globalização acreditavam que os argumentos morais estavam do seu lado. De fato, a integração dos mercados globais estavam ajudar a reduzir os índices de pobreza mundial e a sustentar a expansão económica do mundo desenvolvido. Mesmo Bill Clinton e Tony Blair acreditavam que a globalização estava ao serviço de fins morais, em particular para Clinton a globalização era uma força ao serviço para se alcançar uma maior paz e prosperidade a nível mundial.

A onda do mercado livre que fez-se sentir tanto os EUA como na Europa, fez como que países como a China e a Índia apostassem medidas em direção ao crescimento económico, a livre incentiva, o investimento estrangeiro e um crescimento impulsionado pela exportação eram vistas na China como sendo a força decisiva para a estabilidade chinesa. Na Índia a onda do mercado livre e consequentemente o crescimento económico ajudou a resolver em parte o velho problema Indiano: a persistente pobreza, como destaca o reformista indiano Palaniappan Chidambaram: *“O crescimento é o melhor antídoto contra a pobreza”* (CHIDAMBARAM; 2006;66)

Podemos verificar que os mercados livres tinham conquistado a liberdade de ação, não só porque tivessem vencido uma competição divina, mas antes mais porque estavam ajudar a reduzir a pobreza em alguns países mais pobres.

Defendia-se a ideia de mercados livres e homens livres ligadas a liberdade económica e liberdade política, porém Hayek (1984) e Friedman(2014) estavam também preocupados com a liberdade humana. Os povos foram substituídos pelos mercados, os cidadãos por consumidores, as nações por empresas (transnacionais), as cidades por amontoados.

Mas para Michel Chossudovsky,(2003) a ideologia do “mercado livre” defende uma forma nova e feroz de intervencionismo do Estado, ajustada na interferência intencional das forças de mercado, eliminando os direitos dos cidadãos e dando poderes amplificados ao poder financeiro instituído. A Nova Ordem Mundial baseia-se segundo este autor no falso consenso de Washington e Wall Street, que irá impor o mercado livre.

5. Estado e a Democracia liberal

5.1. O Papel do Estado na Nova Ordem Mundial

O Estado é classicamente formado por três elementos: território, povo e soberania. Este último elemento constitui o elemento chave, entre os três, pois é através deste elemento que determina a ocupação do território e se garante a identidade de um povo como nação soberana.

O território é normalmente classificado como a extensão física necessária para o Estado localizar-se, seja esta terrestre, marítima ou aérea. Não existe Estado sem território. O território delimita a ação soberana do Estado, o qual a impenetrabilidade demonstra que o Estado tem o monopólio relativamente ao determinado espaço. O povo é o conjunto de cidadãos do Estado. São todos aqueles que integram o Estado por meio da vinculação jurídica permanente, adquiriam a condição de cidadão.

E, por fim a soberania que é una, indivisível, inalienável e imprescritível. Ela é una, porque num Estado não é possível a existência de duas soberanias. É indivisível, porque é inadmissível a existência de várias partes separadas da mesma soberania, ou seja, aplica-se a universalidade dos fatos ocorridos no Estado. É inalienável, porque aquele que detém, desaparece, quando fica sem a mesma, ou seja, o povo, a nação ou o Estado. Por fim é imprescritível, porque o poder do Estado seria superior, se tivesse um certo prazo de duração. Todo poder soberano tem aspiração de existir constantemente e só desaparece, quando é forçado por uma vontade superior.

Com o final da Guerra Fria e a vitória da democracia liberal como modelo predominante da ordem mundial, é importante abordarmos o papel e a posição do Estado nesta nova ordem mundial, visto que o Estado é considerado o ator principal das Relações Internacionais. A vitória da democracia liberal sobre o socialismo fez com que tivesse repensar o papel do Estado, já que a democracia liberal está ligada ao processo de globalização e a ideia dos mercados globais. Deste modo segundo Fukuyama:

“ Numa democracia liberal o Estado é, por definição fraco: a preservação de uma esfera de direitos individuais significa uma delimitação nítida do poder do estado” (FUKUYAMA;1992;42) Quer isto dizer que, a intervenção e a participação do Estado na economia e na área social está limitada aos interesses e ao tipo de governo que representam.

Atualmente vivemos num paradoxo, a crise financeira a partir de 2008 colocou em causa o funcionamento dos mercados de tal forma que os cidadãos nunca tiveram tão pouca confiança no Estado, falando-se até numa crise do Estado.

Para a teoria neoliberal, não são os mercados que estão em crise, nem o modelo liberal que está em crise mas antes o modelo vestefaliano de Estado. Para tal, defendem uma estratégia em que se tem reformar o Estado ou diminuir a sua atuação para superar a

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

crise. Segundo os neoliberais, os mercados deverão superar as falhas do Estado, para que o Estado se torne mais eficiente e produtivo como nos enuncia Moares:

O funcionamento da ordem de mercado é visto como um paradigma, um modelo de funcionamento para outras instituições sociais. Assim a pretensão destes analistas [neoliberais] é descobrir quais as regras constitucionais que, no plano das decisões coletivas (não-mercado), mais se aproximam da perfeição exibida por essa ordem (a do mercado). É o que chamam de economia constitucional, uma nova teoria do contrato social, que proporcione uma reconstrução da ordem social e política. (MORAES; 2001; 49).

Para o pensamento neoliberal, há uma tensão entre a liberdade individual e a democracia. Porém tem-se verificado nos países do ocidente um crescente desencanto com as ideias democráticas. O liberalismo que promoveu a democracia enfrenta sucessivas crises de legitimidade, de tal forma que aparece cada vez menos triunfante nos países em que surgiu.

Ao falar de crise do Estado não afirmamos a ideia que o Estado esvaziou todas as suas possibilidades e esteja a beira do colapso, bem pelo contrário, não é o Estado que se encontra em crise, nem muito menos o poder político, mas é antes mais uma crise do Estado como regime democrático.

Na base do ideal liberal político pretende-se que a sociedade fosse forte enquanto o Estado fraco como nos diz Fukuyama, tendo o aparelho governamental a competência única e exclusiva de criar e vigiar o enquadramento jurídico da ação livre dos cidadãos. Porém, em vez de criar um Estado mínimo, as democracias liberais excederam à defesa de uma sociedade mínima, passando a gradual fraqueza da sociedade, obrigou o Estado a ser forte dando lugar a uma rede burocrática.

A crise do Estado que hoje faz-se sentir, manifesta-se principalmente no seu domínio fiscal, visto que a sua incapacidade em satisfazer as exigências dos cidadãos, no que se refere ao crescimento em sociedades onde verificamos um aumento gradual do envelhecimento da população, fazendo com que o Estado entre em sobrecarga. Deste modo o Estado entra em insolvência, trazendo consigo uma redução dos serviços prestados à sociedade, pondo em causa os mecanismos de proteção social, de tal forma que os objetivos sociais ficam dependentes dos interesses económicos. Se atualmente as sociedades e os Estados europeus se debatem com crises de regulação é porque basicamente não dispõem dos recursos necessários.

A ideia que os mercados livres após a Guerra Fria criam um mundo mais equilibrado mostrou-se como sendo uma falácia, visto que o mundo necessita de um Estado forte, pois o Estado tem como papel de incentivar o desenvolvimento. Ou seja, só é possível criar um mundo desenvolvido e com crescimento através de um Estado forte. Neste sentido Boschi e Gaitán afirmam que apenas: *“O Estado, ancorado em um projeto desenvolvimentista em função dos interesses particulares nacionais e regionais, poderia se*

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

constituir como regulador das assimetrias do mercado e garantir as condições de inclusão social.” (BOSCHI e GAITÁN; 2008:305).

Na mesma linha de pensamento (DINIZ;2010:44) afirma que as abordagens contemporâneas dão especial importância ao papel do Estado enquanto: *“regulador, indutor e sobretudo coordenador”* da economia. Ou seja, o grande desafio das democracias do século XXI é restaurar o Estado e renovar a primazia da política sobre a economia (MARTIN e SCHUMANN;1999:22).

É necessário que o Estado tenha um papel mais ativo, para que possa executar as suas funções, como de garantidor dos direitos sociais e de promotor da competitividade dentro do seu território. Para tal, o Estado tem que assumir que tem capacidade para proporcionar ao país as condições favoráveis para se inserir no jogo do poder internacional, de modo que é necessário: *“Reverter uma posição subordinada, controlar o capital especulativo, reduzir situações de extrema vulnerabilidade externa ou rejeitar a predominância da lógica das empresas transnacionais na estruturação das atividades económicas de um país.* (DINIZ;2003:05).

Porém a reforma do Estado não se aplica assim tao simplesmente, existem algumas condicionantes a sua reformulação. Segundo Diniz, tanto a dimensão política, tanto a dimensão institucional do Estado são consideradas como essencial para se poder fazer a reforma do Estado, para Diniz a perspectiva liberal das últimas duas décadas passavam por um corte: *“de gastos, redução do tamanho e das funções do Estado, ou ainda o ajuste das contas públicas”.* (DINIZ; 2010:11). No entanto argumenta que atualmente é necessário: *“revalorizar a capacidade de ação estatal como um pré-requisito do êxito dos governos na administração de situações de crise e transição”.* (DINIZ; 2010:11). Ou seja, o crescimento económico não se vai auto produzir é necessário uma certa vontade política. Sendo assim, é necessário por parte dos governantes para que haja uma reconstrução do Estado que se responsabilizem em relação as situações que são hostis e procurem elevar o nível de bem-estar da sociedade (DINIZ; 2010:11).

Como já foi enunciado os mercados livres demonstraram que não são infalíveis sendo cada vez mais requisitado a atuação do Estado para colmatar as falhas do mercado. Ou seja, existe a necessidade de um Estado *“responsável perante a sociedade civil, capaz de ouvir os interesses do mercado e atuar dentro do contexto de uma democracia deliberativa.”* (DINIZ; 2003:06).

Na mesma linha de pensamento, Stiglitz afirma que o Estado deve ter uma atuação baseada na equidade democracia e sustentabilidade, criticado a visão puramente económica baseada no desenvolvimento do bruto interno bruto (PNB), visto que é uma ideia ultrapassada. (STIGLITZ citado por Leopoldi et al 2010:18).

Perante destas ponderações, Palier interroga-se:

Como responder as novas necessidades sociais? Aos meios financeiros? As políticas sociais poderão contribuir para o crescimento económico? Diante

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

deste quadro, frente aos novos desafios que obrigam a repensar os objetivos e estratégias de intervenção das políticas sociais. (PALIER; 2009:31).

Segundo Soulet, acreditar-se que o Estado social: *“se adapte às situações particulares, que personalize seus meios para chegar mais perto dos problemas concretos das pessoas em dificuldades e que lhes permita encontrar o seu rumo na sociedade”*. (SOULET;2006:88).

Sendo assim, o Estado deve-se transformar de uma Estado-providência, para um Estado de serviço, isto é, em vez de pagar prestações a uma população-alvo o Estado deve: *“distribuir a cada um os meios específicos necessários para enfrentar as incertezas de sua existência e encontrar o seu lugar no seio da sociedade”*. (SOULET; 2006:88).

Palier concorda com esta linha de pensamento quando afirma:

As políticas sociais não podem continuar a funcionar como dispositivos de indenização, mas devem comportar consigo uma estratégia coletiva de investimento social, ou seja, passar de um Estado-providência assistencial para um Estado-providência investidor. (PALIER; 2009:27)

Ou seja, podemos verificar que durante o século XX e a primeira década do século XXI é marcada pela rejeição do modelo atual no que se refere ao papel do Estado, e a uma clara aspiração no que se refere a mudanças. A reforma e reconstrução do Estado é um processo urgente, é necessário passar de políticas sociais reparatórias e compensatórias para estratégias preventivas fundadas sobre uma lógica de investimento social. Então, é neste sentido que se deve pensar o processo de reconstrução do Estado, um Estado ativo, capaz de encarar os problemas e de se comprometer em equacioná-los.

Desta forma, espera-se do Estado, um Estado ativo, regulador, indutor e sobretudo coordenador da economia, para que não seja engolido pelo sistema e pela ordem vigente e consiga garantir, tanto o bem-estar como a paz. Contudo, para cumprir estes desafios, o Estado precisa recuperar sua autonomia. É preciso reconstruir as bases de um Estado forte, regulador, interventor. É preciso de uma atuação forte do Estado numa ordem mundial cada vez mais globalizada, em questões essenciais tanto internas (garantia das liberdades fundamentais e bem-estar social e económico) como externas (garantia e manutenção dos direitos humanos e da paz).

Por outro lado, também é necessário resolver a equação do paradigma Estado forte ligada ao ideal da democracia liberal, visto que segundo a democracia liberal o Estado deverá ser mínimo, e podemos verificar que o Estado tem ter um papel mais preponderante e forte para resolver os problemas com os quais se confronta atualmente.

5.2. As consequências da globalização para atuação do Estado

A globalização vem sendo identificada com o fim das economias nacionais e com a integração cada vez maior dos mercados, dos meios de comunicação (SANDRONI; 2003:265). A ligação da globalização a economia constitui, talvez a mais poderosa, ligação entre os processos de mundialização. Podemos verificar isso através do planeamento e

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

controlo que expandem-se de um foco de interesse estreito para um foco de interesse global, no qual o mundo serve como doador de fonte de trabalho, matérias-primas e de mercados.

Para alguns autores, a globalização não é um fenómeno atual, mas é verdade que a globalização expressa um novo momento da expansão do modelo capitalista, caracterizada pelas trocas e pelos fluxos de informação, de capital e de comunicação que ocorrem em tempo real e numa escala global, graças a uma revolução tecnológica proporcionada pelo desenvolvimento da informática. Segundo Manuel Castells:

A globalização económica completa só poderia acontecer com base nas novas tecnologias da comunicação e da informação. Os sistemas avançados de computação permitiam que novos e potentes modelos matemáticos administrassem produtos financeiros complexos e realizassem transações em alta velocidade. Sistemas avançadíssimos de telecomunicações ligavam em tempo real os centros financeiro de todo mundo. (CASTELLS; 2005:178)

Para além disso, a globalização não se limita apenas aos aspetos económicos, com estes surgiram e ligados ao processo de globalização, novos conflitos, relacionados a problemas ecológicos, terrorismo, narcotráfico, xenofobia, racismo, monopólios e crimes virtuais. É neste ambiente que surgem novos atores no cenário internacional (organizações não-governamentais, multinacionais, organizações regionais, novas elites, etc.)

Já na década de 1970, a influência das multinacionais sobre as decisões políticas nacionais emergiam como um problema para o Estado. Com os polos de decisão localizados em países de economias centralizadas, as multinacionais tendem a diminuir os controlos jurídicos do Estado. A globalização veio apenas acentuar esse problema já antes verificado.

José Eduardo Faria observa:

Na medida em que “jurisdição” da democracia representativa se circunscreve exclusivamente aos limites territoriais do Estado-nação (...) a desterritorialização das decisões de matéria de investimentos e localização de unidades produtivas advinda com a globalização produz um drástico encurtamento no seu campo de ação. Ao mesmo tempo, o gradativo esvaziamento da autonomia decisória das instituições político-legislativas nacionais e subseqüentemente deslocamento das decisões fundamentais para o âmbito de um sistema económico transnacional acarretam uma forte diminuição no leque de opções e alternativas do eleitorado. (FARIA;1999:219-20)

Ou seja, a grande discussão atual, é a perda da soberania causada pelo fenómeno da globalização numa ordem mundial onde o Estado tem vindo a perder a sua influência e a soberania que tanto o caracteriza. A apreensão desta nova manifestação do conceito, na figuração do contexto da globalização, é a soberania pós-moderna segundo a A.Negri e M. Hardt. Segundo esta determinação de organização, esta põe o peso de decisão dos Estados, na soberania externa, põe em desequilíbrio a autodeterminação soberana dos Estados nacionais, isto é, eles perdem o poder de tomar decisões internas.

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

Ou seja, a perda de soberania e de poder por parte do Estado pode desencadear entropias na difusão da democracia liberal. Por outro lado, não nos podemos esquecer que com fim da Guerra Fria verificou-se que o capitalismo liberal tinha triunfado. Fukuyama, a este propósito defende que já não existe rival do capitalismo liberal, sustentando que o liberalismo económico seria o cume da evolução económica da sociedade contemporânea. Pois esta vem seguida de democracia e de igualdade de oportunidade, apesar a democracia ser apenas possível nos países desenvolvidos, economicamente com um processo de industrialização já consolidado, já que os países pobres estariam vulneráveis aos totalitarismos ou dependentes dos países desenvolvidos.

As experiências históricas atuais sobre o liberalismo e, da alteração desse conceito para o neoliberalismo, demonstram um sistema centrado na expansão do capitalismo, no individualismo e na diminuição estatal, ou seja, apoiando o estado mínimo, baseado numa conceção de mercado autorregulado, de acordo com a qual o bem-estar coletivo que resulta, naturalmente, da ampliação das liberdades individuais. Assim, os resultados das práticas de um mercado autorregulado originam um sistema insubsistente para sua própria manutenção, porque revela não ser capaz de promover o bem comum tao essencial para as democracias liberais e para paz. Pelo contrário, a promoção da livre concorrência e da liberdade contratual (princípios basilares do liberalismo) resultou historicamente na acumulação de capital e num contexto de ampla desigualdade social. Alias, o mercado é incapaz de se autorregular, uma vez que depende da intervenção estatal para contornar suas crises recorrentes.

Nesse sentido, o intervencionismo estatal parece imprescindível para assegurar o exercício dos direitos sociais e, por conseguinte, garantir a satisfação do bem comum e paz, já é defendido pelos liberais, que quando as pessoas estão bem tendem a ser menos tensas e motivadas para conflito, mediante a atuação regulatória do mercado, delimitada no interesse público - não forçosamente em oposição, mas complementarmente (e de forma vinculativa) aos interesses privados, e no direito, como sistema de vínculos e limites à economia.

As implicações decorrentes neste contexto tendem para interesses privados e de ganhos individuais, com sobreposição da economia sobre os interesses da coletividade e à promoção do bem-estar social e a promoção da paz, com predominância no direito - são muitas.

5.3. O Estado e a democracia liberal

A teoria da paz democrática está ligada à ideia de que Estados democráticos não fazem guerra entre si, diferente é a teoria sobre a paz liberal que faz uma menção à relação pacífica entre Estados liberais economicamente interdependentes. Normalmente as democracias liberais são sustentadas a partir dos seus valores liberais, como por exemplo, à liberdade de expressão, livre comércio e eleições livres e independentes, desta forma, é comum encontrarmos interligação dos conceitos de democracia e liberalismo.

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

Desde a década de 1990, que surgiram algumas investigações (Ikenberry, 2006) relativamente a paz democrática, apesar de a paz liberal e paz democrática não se encontrarem na mesma proposição estas estão profundamente relacionadas. Relativamente a paz liberal, esta têm como objetivo e aborda questões em relação ao desenvolvimento económico e defende que a interdependência económica pode ser inibidora de conflitos armados, ilustrado pela abordagem do liberalismo estrutural de Ikenberry, da Figura 1

Estruturalismo Liberal

Características	Papel
Coligação de Segurança	Atenua a dinâmica da anarquia
Hegemonias liberais recíprocas	Reforça a legitimidade através do acesso e partilha de tomada de decisão
Grandes potências semi - parciais e soberanas	Mecanismo para incorporar estados problemáticos
Abertura económica	Explorar as vantagens comparativas e criar interdependência
Identidade cívica	Modera conflitos e facilita a integração

Figura 1: Liberalismo Estrutural. Adaptado de: Ikenberry 2006, p. 90

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

Para Ikenberry o liberalismo estrutural consegue explicar de uma forma mais adequada as características únicas da ordem ocidental, quem nem o liberalismo, nem o realismo isoladamente, conseguem dilucidar. Com efeito, as abordagens liberais não conferem a suficiente atenção à prevalência de práticas securitárias combinadas, ou mesmo integradas sobre o *Balancing* tradicional. A característica distintiva sistémica-estrutural do Ocidente, reside na aceitação da natureza da hegemonia recíproca dos EUA. Contrastando, o liberalismo estrutural consegue capturar as principais dinâmicas da ordem política ocidental e dos seus relacionamentos, nomeadamente a possibilidade de existência de hegemonia e multilateralismo (Ikenberry, 2006: 89).

Também, em 1996 Thomas Friedman um colunista do New York Times exclamou a ideia que descreve a paz liberal quando afirmou que: *"Countries that both have McDonald's restaurants don't fight each other"* (FRIEDMAN;1996). Porém na prática, a narrativa sobre a paz democrática é muito menos contestada do que a ideia de paz liberal, isto deve-se fundamentalmente aos dois grandes conflitos mundiais, visto são consideradas como sendo consequências do insucesso da paz liberal, já que o comércio existente entre as potências da época não constituiu uma barreira nem à 1ª Guerra Mundial nem à Guerra Mundial. Outro argumento que fragiliza a teoria da paz liberal como é descrita por Friedman é que atualmente podemos encontrar McDonald's em Estados que de liberais têm pouco.

Ou seja, a teoria da paz liberal é uma teoria que está fortemente ligada às trocas comerciais, aos mercados internacionais, defendendo que quando maior forem as trocas comerciais entre Estados menos inclinados estariam a entrar em guerra um com o outro.

Desde a década de 1980, o debate em volta da paz democrática tornou-se um dos mais importantes para a política internacional, tanto para académicos como para governantes, visto que representa um fenómeno social com uma proporção intrigante, de tal forma que leva politólogos a afirmarem que Estados considerados democráticos e liberais não entraram em conflito entre si.

No entanto, numa democracia liberal, o estado é por definição fraco, como nos suscita Fukuyama: *"Numa democracia liberal o Estado é por definição fraco: a preservação de uma esfera de direitos individuais significa uma delimitação nítida do poder do estado"*. (FUKUYAMA, 1992:42)

Fukuyama defende que num sistema internacional que é constituído por democracias liberais existe menor possibilidade para a guerra, uma vez que existe o reconhecimento mútuo da legitimidade entre nações e um maior crescimento económico e democrático. Pois quando as pessoas estão bem, quando lhes é conferido a oportunidade de discutir os seus procedimentos abertamente, as paixões podem ser vencidas e as animosidades tendem a ser menos tensas. Além disso, os liberais respondem aos receios dos realistas, que estes prestam insuficiente atenção a uma parte importante do liberalismo: os valores democráticos. Aliás, a teoria da paz democrática é definida como *"the closest thing we have to an empirical law in the study of international relations"*

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

(LEVY, 1989:88) e é referida inúmeras vezes ao longo das duas últimas décadas, desafiando o realismo como escola dominante dos estudos de segurança (OWEN, 1994:87).

Já Owen define que um Estado que opta pela democracia liberal em que têm como ideologia o liberalismo e as decisões dentro desse Estado sejam decididas pelos cidadãos desse Estado em relação a Guerra, isto é, a existência da presença liberal visível que se traduz em de expressão e eleições competitivas regulares para os seus governos possuem o poder de declarar uma guerra e que desta forma, liberalismo e democracia se fundem em um mesmo discurso da 'paz liberal'. Owen argumenta que: *“liberal ideology and institutions work in tandem to bring about democratic peace”*. (OWEN; 1994:89).

Podemos colocar várias questões relativamente a existência da relação entre a democracia interna e a propensão de um estado para guerra? A resposta não tem sido unânime.

Porém para os liberais clássicos, como Kant demonstraram que, numa democracia o povo pode votar contra a guerra. Mas o fato de um país ser democrático, não implica que o seu povo vote a favor da guerra.

Inicialmente as interpretações e os estudos empíricos em relação à paz democrática não faziam qualquer referência à Paz Perpétua de Kant, ou seja, não existia qualquer antecedente intelectual relativamente ao debate sobre o fenómeno da paz liberal até 1983, quando Michael Doyle publica um artigo sobre o assunto. Alias, os estudos de Doyle foram os primeiros de inúmeros de estudos em relação sobre paz liberal que consideraram a Paz Perpétua como *source of insight, policy and hope* (DOYLE; 2006:202).

Os intérpretes de Kant chamaram os três “Artigos Definitivos” da Paz Perpétua como sendo o *“tripé da paz”* (MEIERHENRICH; 2007:633). Nesta interpretação, a paz seria constituída pela democracia (constituição republicana), interdependência económica (“direito cosmopolita” e “comunidade universal”), e pelas organizações internacionais (“federação pacífica”). Segundo Russet e O’Neal.

Kant began his theorizing with attention to democracy. It is in many ways the linchpin of his analysis. He was confident that democracies would be more peaceful than autocracies for a simple reason: in a democracy, those who would bear the costs of a war are the ones who decide whether it shall be fought. (RUSSET e O’NEAL; 2001:273)

Com o colapso da União Soviética e o conseqüente fim da Guerra Fria, a crença kantiana na realização da paz perpétua por meio da promoção da democracia, através da interdependência económica e das organizações internacionais tornou-se o modelo idealde governança para a ordem internacional, no que diz respeito a tomada de decisões na política externa das democracias avançadas industrializadas e organizações internacionais.

Para Doyle, Kant pode ser inserido num grupo de pensadores que acreditam que a política doméstica é determinada pela política internacional, explicando que os aspetos centrais de uma constituição republicana: *“representation and separation of powers”* são os meios pelos quais o Estado se organiza bem e se prepara contra as ameaças externas

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

(pela unidade) e contra ambições individuais internas (pela autoridade e administração não-despótica), como também confirma, Mises:

O objetivo da política interna do liberalismo é o mesmo da política externa: a paz. Visa à cooperação pacífica tanto entre as nações quanto dentro de cada nação. O ponto de partida do pensamento liberal é o reconhecimento do valor e da importância da cooperação humana. (MISES; 2010:125).

Normalmente, as teorias da paz democrática estão divididas em *teoria estrutural* e *teoria normativa* da paz democrática. A teoria estrutural atribui à paz democrática os constrangimentos institucionais inerentes às democracias. Os chefes de Estado em democracias devem ter a aprovação para a guerra dos membros do ministério ou legisladores, e em última instância, do eleitorado. A teoria normativa localiza a causa da paz democrática nas ideias ou normas em que se baseiam as democracias. Por exemplo, os Estados democráticos julgariam como injusto ou imprudente lutar uns com os outros (OWEN; 1994:90).

Importante para a compreensão da teoria da paz democrática, é a definição de paz, que geralmente é definida como um estado de ausência de perturbações ou agitação. Derivada do latim Pax, pode refere-se à ausência de violência ou conflito, podemos verificar isto através dos pilares da paz, ilustrados na **Figura 2**:



Figura. 2 Pilares da paz

Fonte: Vision of Humanity, Pilares da Paz, disponível em: http://www.visionofhumanity.org/pdf/gpi/2013_Global_Peace_Index_Report.pdf, [Consultado a: 19-04-2015].

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

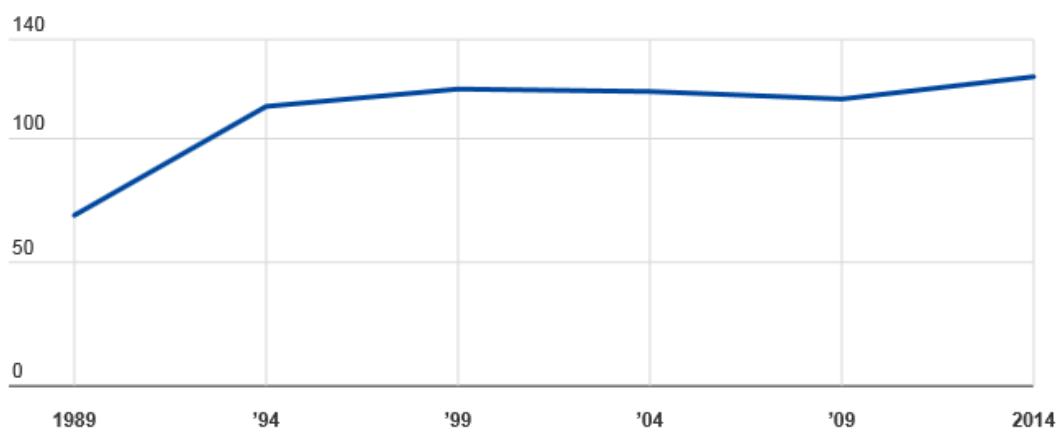
Como podemos verificar os pilares da paz são bastante similares aos pilares ligados à democracia, sendo assim, parece-nos pouco provável, existir paz sem existir democracia.

No plano pessoal, paz indica um estado de espírito isento de raiva, desconfiança e de um modo geral todos os sentimentos negativos. Assim, ela é desejada por cada pessoa, não só para si próprio bem como para os outros, O fenómeno é, sem dúvida, um objetivo de vida do ser humano em todo o mundo.

5.4. O Estado, a difusão da democracia liberal e a paz mundial

No decorrer do último século, o mundo foi marcado por um movimento muito singular: a ascensão da democracia. No início do século XX nem um único país cumpria os requisitos do que hoje podemos designar por democracia, ou seja, um governo constituído através de eleições, com a participação de todos os cidadãos que podem votar. Hoje, temos 119 países ditos democráticos, representando 62% de todos países do mundo, apesar do número de democracias não ter aumentado tanto como seria expectável desde 1990, como podemos ver através da **Figura 3**.

Number of electoral democracies has not changed dramatically since early 1990s



Source: Freedom House
Get the Data Embed



Figura 3: Gráfico relativamente ao aumento do número de democracias, disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world-2015/2015-freedom-trends#.VThBzss5DIU>, [Consultado a: 19-04-2015].

O modelo democrático tornou-se então o modelo de referência na forma de governo no mundo. Os fascismos e os comunismos revelaram-se um fracasso, e até mesmo

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

a teocracia islâmica só fascina um número muito limitado de países. A democracia é atualmente o único modelo que é considerado ter uma fonte de legitimidade política.

Podemos também dizer, que vivemos numa época da democracia num sentido mais vasto, isto é, num sentido etimológico, que vem da época dos gregos, a “democracia” e que quer dizer o governo do “povo” ou do “maior número”. Estamos a verificar uma mudança do poder de cima para baixo. Este processo denomina-se “democratização”, um processo no qual as hierarquias quebram, os sistemas fechados abrem-se e a pressão por parte das massas são atualmente o principal motor de mudança social. A democracia modificou-se de uma forma de governo para um estilo de vida.

Na economia também desencadeou um processo de democratização. Até meados do último século, houve um crescimento económico que trouxe por sua vez uma grande riqueza a milhões de pessoas na sociedade industrial, alterando o consumo, o investimento e a poupança em fenómenos das massas.

Por fim a cultura também tem-se vindo a democratizar, o que outrora era considerado como “alta cultura” descentralizou-se a todas as sociedades, o qual o mercado hoje é dominado pela música pop, pelos blockbusters (filmes de sucesso) ou pelos programas de televisão com grande share. Estas três formas de cultura, constituem atualmente o centro da cultura da idade moderna, ou seja, são as referências culturais que são comum a toda a sociedade. A revolução democrática alterou mesmo a nossa definição de cultura. O critério de reconhecimento hoje, não é os que gostam, mas sim quantos gostam, ou seja, a quantidade no consumo da cultura.

Um Estado para ser democrático terá de ser obrigatoriamente livre, ou não? Atendendo às mudanças que se fazem sentir no mundo islâmico, nós reconhecemos a necessidade de serem livres e laicos, sendo maioritariamente autoritários. No mundo vários governos são eleitos, ou reeleitos de forma democrática, mas que ignoram, constantemente, os limites das suas constituições respetivamente ao seu poder e retiram aos seus cidadãos de direitos fundamentais. Podemos verificar isso, no Gana, Venezuela e Zimbabwe, regimes designados por democracias iliberais.

Apesar disto tudo a liberdade no mundo aumentou como podemos verificar na

Figura 4:

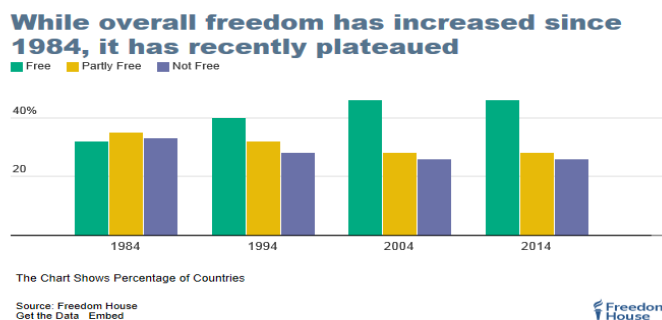


Figura. 4 Aumento da liberdade no mundo, disponível em:

<https://freedomhouse.org/report/freedom-world-2015/2015-freedom-trends#.VThBzss5DIU>, [Consultado a: 19-04-2015].

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

A corrente democrática está fortemente relacionada com o livre comércio. Para os liberais, o livre comércio apresentasse como uma forma de derrubar a autarcia e ultrapassar tendências expansionistas que originam a guerra. Ou seja, o comércio facultava aos Estados uma forma de alterar a sua posição no sistema internacional, através do crescimento económico em vez da conquista militar.

A segunda forma de liberalismo é social. Afirmando que os contactos pessoa-a-pessoa, ao difundirem a compreensão mútua, diminuem o conflito. Esses contactos transnacionais dão-se a diversos níveis, abrangendo estudantes, homens de negócios e turistas. Estes contactos fazem com que os outros pareçam menos estranhos, reduzindo a probabilidade de conflito. Porém a ideia que os contactos sociais geram compressão e impedem a guerra, é demasiada simplista, mas podem ajudar a compreensão.

Por outro lado, o neoliberalismo realça a importância das instituições. As instituições internacionais têm a sua respetiva importância porque criam um enquadramento no qual as expectativas são geridas. Elas levam a que os povos acreditem no fim dos conflitos. Prolongam a sombra sobre o futuro e reduzem a intensidade do dilema relativamente a segurança. Ou seja, as instituições reduzem as consequências da anarquia, que os realistas tomam como certas.

No Ocidente temos ditas democracias liberais, o qual caracteriza-se a e por um sistema político onde existem eleições livres e justas, no qual existe a separação de poderes, a proteção dos direitos e das liberdades fundamentais, como por exemplo a liberdade de expressão, de reunião, de religião e de propriedade. Ora, Estados de Direito. Alias, para Fukuyama o direito de participar no poder político é essencial para as democracias liberais: *“o direito de participar no poder político pode ser considerado como outro direito liberal, na verdade, o mais importante, e é por isto que o liberalismo tem sido historicamente associado à democracia”*. (Fukuyama, 1992:70).

Para o Ocidente também é importante ter uma democracia de qualidade, pois só através de uma democracia de qualidade, pode-se usufruir em plenitude da democracia, e como podemos verificar na **Figura 5** os países que têm maior qualidade democrática, também são normalmente considerados os mais pacíficos, cumpre também sublinhar referir que os países que têm maior qualidade democrática são quase todos países ocidentais, nomeadamente norte-americanos e europeus.

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

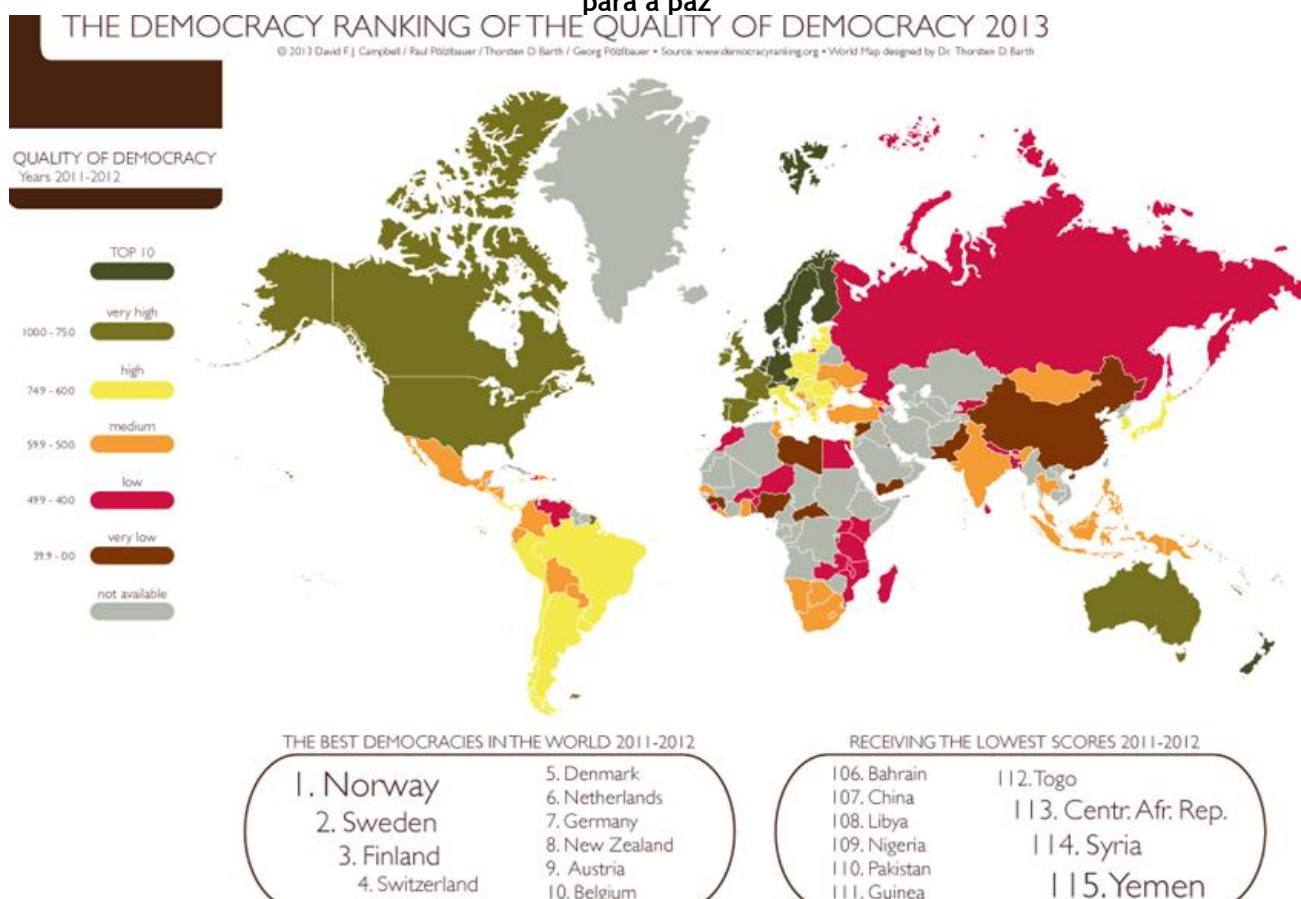


Figura.5 Qualidade da Democracia

Fonte: Global Democracy Ranking, Disponível em:

[http://democracyranking.org/wordpress/?page_id=831#prettyPhoto\[rank\]/0/](http://democracyranking.org/wordpress/?page_id=831#prettyPhoto[rank]/0/), [Consultado a: 19-04-2015].

A própria globalização levou o mundo a adotar uma economia liberal. Esta transformação ocorreu de forma pacífica ou por imposição dos países ricos, que necessitam dos países pobres liberais, democráticos e globalizados para sustentar as suas economias e o seu nível de desenvolvimento. Mas este conjunto de liberdades, o que poderá denominar por “liberalismo constitucional”, não tem um paralelismo com a democracia e a liberdade, na verdade, nem sempre andaram de mãos dadas, mesmo na Europa ou nos Estados Unidos.

Segundo Fukuyama: “a democracia liberal continuaria como a única aspiração política corrente que constitui o ponto de união entre regiões e cultura diversas de todo mundo.” (FUKUYAMA; 1992:12). Ou seja, não haveriam antecedentes para os níveis de desenvolvimento harmoniosos, tanto para os países desenvolvidos como para os países em desenvolvimento. Pois os países em desenvolvimento receberiam uma série de investimentos sociais, com o objetivo de proporcionar uma igualdade de oportunidades a todos os cidadãos.

Conclusão

Não podemos afirmar, naturalmente, que existe uma *nova ordem mundial*, mas podemos considerar que vivemos numa ordem em constante mudança. Com o final da Guerra Fria o mundo entrou numa era do otimismo (1989-2008), e de aparente unipolaridade, materializado pela hegemonia americana ao nível do poder económico, militar ou tecnológico.

Concluimos que a superioridade norte-americana, visível na Guerra do Golfo em 1991, consolidada, aliás, desde o final da Guerra Fria até aos ataques de 11 de setembro de 2001, centraram-se nos domínios económico, militar e tecnológico, sublinhado pelos elevados orçamentos para a Defesa e para a I&D, e estando na origem das revoluções tecnológicas como por exemplo a Internet ou o Computador. Esta Unipolaridade parecia traduzir um mundo mais pacífico, com as restantes potências mundiais a aderirem a um modelo de políticas e economias semelhantes às norte-americanas, no que diz respeito à democracia e aos mercados livres.

A globalização contribui, iniludivelmente, para o debate sobre a Nova Ordem Mundial, alicerçada na co-construção de modelos económicos e sustentada pela ética normativa do direito internacional. De fato, a integração dos mercados mundiais ajudou a reduzir os índices de pobreza mundial e a sustentar a expansão económica do mundo desenvolvido. Mesmo Bill Clinton e Tony Blair acreditavam que a globalização estava ao serviço de fins morais, em particular para Clinton a globalização era uma força ao serviço para se alcançar uma maior paz e prosperidade a nível mundial.

Os ataques de 11 de setembro de 2001, às torres do World Trade Center podem possivelmente ser considerados como sendo o mais violento ataque à globalização e a *nova ordem mundial*, abalando com os seus pilares, respondendo os EUA de imediato através a sua natural tendência de resolver os conflitos pela via militar na qualidade de superpotência, provou que no mundo atual não ser suficiente e, nalguns casos, ser o tratamento errado. Podemos concluir que uma dos instrumentos possíveis de resolver os conflitos é através das sanções económicas, já que evitam o uso da força, mas a sua eficácia vária.

O crescimento das economias de mercado verificou-se quer nos EUA, quer na Europa do Leste, que tinham finalmente a oportunidade de poder escolher a democracia. O mercado livre, teve também como consequência que a União Europeia duplicasse o seu poder económico, tornando-se uma das maiores economias mundiais, por outro lado, também podemos considerar que esta vaga de liberalização conduziu a que países como a China e a Índia apostassem em medidas de crescimento económico, de livre iniciativa, de investimento estrangeiro e um crescimento impulsionado pela exportação eram vistas na China como sendo a força decisiva para a sua estabilidade. Na Índia o crescimento económico ajudou a reduzir em parte, o problema da pobreza.

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

Mas nem todos estavam satisfeitos com seu novo lugar na nova ordem, a transição da Rússia para uma economia de mercado deixou hipoteticamente o país pior do que estava no comunismo, deixando o processo económico e político desacreditados.

Apesar de ter sido a grande derrotada da Guerra Fria, a Rússia mantém-se como sendo uma das grandes potências mundiais, a Rússia passou por grandes dificuldades durante os anos noventa, mas atualmente caminha, paulatinamente, para o ressurgimento de uma Rússia dominante na ordem mundial, a criação da União-Euroasiática e as políticas para a ex-união soviética são um sinal disso²⁰, apesar de ainda subsistir a dúvida: O que é a Rússia, e onde é/está a Rússia? (BRZEZINSKI, 2001).

Contudo, o argumento existente no pressuposto de que existe um sistema internacional unipolar, que inclusivamente saiu reforçado após o 11 de Setembro, não se verifica. Parece-nos pouco verossímil analisar a o sistema internacional em termos obrigatoriamente de multilateralismo ou unilateralismo. As duas estratégias, aparentemente paradoxais, não se excluem mutuamente; pelo contrário, podem perfeitamente coexistir. Neste sentido, o modo mais correto de análise é multilateralismo e unilateralismo, segundo a fórmula ‘multilateralismo quando é possível e unilateralismo quando é necessário’, nas palavras de João Marques de Almeida (2003). Por outro lado, é igualmente incorreto opor realismo a liberalismo. Se a distribuição de poder é um elemento fundamental, como afirmam os realistas, a cultura política, a qual afeta as conceções de legitimidade ilegítimidade, e ordem vitais para qualquer tipo de prática política, é igualmente central, como nos dizem os liberais. Se por um lado, a estrutura unipolar pode provocar tentações unilaterais, a cultura política liberal tende a aceitar compromissos multilaterais. Ou seja, se há na verdade um risco da hegemonia americana ser unilateral, existe igualmente a possibilidade da hegemonia americana continuar a respeitar o multilateralismo.

Atualmente o sistema é *unimultipolar e unimultilateral*, de tal forma que nenhuma potência mundial se encontra em posição de poder delinear a ordem vigente, de modelar o *chessboard* (BRZEZINSKI;1997). Cada estado conserva uma certa liberdade de agir unilateralmente, e uma certa necessidade, obrigação ou interesse em respeitar acordos multilaterais, alicerçando o paradigma da reciprocidade nas democracias liberais.

A cooperação internacional entre Estados nunca foi tão intensa e efetiva como é atualmente e isto verifica-se nos mais variados setores da atividade humana, procurando os Estados através das organizações internacionais, regionais e especializadas, encontrar soluções e interesses comuns, da qual todos sairiam beneficiados.

No quadro internacional atual interdependente, com uma multiplicidade de atores e interesses individuais é necessário sistemas de governança que alterem a perceção dos

²⁰DEYERMON, R. “What are Russia’s real motivations in Ukraine? We need to understand them”. Disponível em: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2014/apr/27/russia-motivations-ukraine-crisis> [Consultado a: 22-04-2015].

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

atores em relação às suas expectativas. Um sistema internacional é efetivo, na medida que regula a conduta dos atores internacionais de modo a adotarem seus interesses e, conseqüentemente transformarem os mesmos mais cooperativos. (YOUNG;2000).

Concluimos, que o mundo enfrenta ameaças transfronteiriças que afetam todos os estados, como é o caso das novas tipologias de conflito ligadas ao crescente fenômeno de terrorismo que ultrapassam à tradicional tipologia de Guerra entre Estados, pondo em causa a segurança, mesmo no Ocidente. A segurança é como o oxigênio, é fácil tomá-la por certo até começarmos a perdê-la e depois não conseguimos pensar noutra coisa.

Outro aspeto com importância crescente é a vertente económica das relações internacionais, cada vez mais transnacionais e menos ligadas aos Estados, a que não será alheio o fenômeno desencadeado pela globalização a todos os níveis, nomeadamente nas chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação, a que se associaram as evoluções operadas nos meios de transporte.

Relativamente às questões que constituíram a nossa problemática, nomeadamente como entendem as Relações Internacionais, o papel do Estado e as consequências da difusão da democracia liberal sobre a paz numa nova ordem mundial, no período entre 1991 e 2015? Estaremos perante uma diluição do papel do Estado? Quais serão as consequências da difusão da democracia liberal sobre a paz numa nova ordem mundial? Concluimos que as hipóteses colocadas *ab initio* são demasiado rígidas para conseguirem isoladamente, explicar a complexidade das dinâmicas da ordem internacional vigente. Assim, concluimos que o Estado, mantendo-se como ator relevante nas relações internacionais, desempenha um papel fundamental na difusão da democracia liberal, e conseqüentemente da preservação da paz mundial. Contudo, e devido aos avanços do processo da Globalização, o papel do Estado na ordem mundial ficou reduzido. A reconciliação da soberania do Estado com as lógicas de governança globais representa um dos principais desafios dos próximos anos no sistema internacional.

A Globalização vem sendo designada como o Crepúsculo da Soberania (Wriston,1992). Apesar de Fukuyama (2012, 699) considerar exagerada esta imagem, parece iniludível que a tecnologia e a mobilidade crescente tornaram muito mais difícil aos Estados aplicar leis no seu próprio território, proteger a sua população, cobrar impostos, regular comportamentos ou fazer muitas outras coisas associadas À ordem política tradicional.

O fracasso da democracia em consolidar-se em algumas regiões do mundo pode dever-se menos ao poder de atração da ideia propriamente dita do que à ausência das condições matérias e sociais que tornam possível a emergência da responsabilização governamental. Com efeito, uma democracia liberal de sucesso exige tanto um Estado que seja forte, unificado e capaz de aplicar as leis no seu próprio território, como uma

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

sociedade que seja forte coesa e capaz de impor ao Estado a responsabilização de prestar contas.

Aliás, para Michel Chossudovsky (2003), a ideologia do “mercado livre” defende uma forma nova e feroz de intervencionismo do Estado, ajustada na interferência intencional das forças de mercado, eliminando os direitos dos cidadãos e dando poderes amplificados ao poder financeiro instituído. A Nova Ordem Mundial baseia-se segundo este autor no falso consenso de Washington e Wall Street, que irá impor o mercado livre.

Numa visão mais recente, foi apresentada a insolvência do Estado, o que aportava uma redução dos serviços prestados à sociedade, colocando em causa os mecanismos de proteção social, de tal forma que os objetivos sociais ficam dependentes dos interesses económicos. Se atualmente as sociedades e os estados europeus se confrontam com crises de regulação é porque provavelmente não dispõem dos recursos necessários²¹.

A ideia que os mercados livres após a Guerra Fria criam um mundo mais equilibrado mostrou-se que não era totalmente verdadeira (CHOSSUDOVSKY;2003), visto que o mundo necessita de um Estado forte, pois o Estado tem como papel incentivar o desenvolvimento. Ou seja, podemos concluir que só é possível criar um mundo desenvolvido e com crescimento através de um Estado forte, alicerçado nos valores democráticos.

É necessário uma reforma do Estado, um Estado ativo, regulador, indutor e sobretudo coordenador da economia, para que não seja absorvido pelo sistema e pela ordem vigente e consiga garantir, tanto o bem-estar como a paz. Contudo, para cumprir estes desafios, o Estado precisa recuperar a sua autonomia. É preciso reconstruir as bases de um Estado forte, regulador, interventor. É preciso uma atuação forte do Estado numa ordem mundial cada vez mais globalizada, em questões essenciais tanto internas (garantia das liberdades fundamentais e bem-estar social e económico) como externas (garantia e manutenção dos direitos humanos e da paz). É importante prospectar estas mudanças em curso.

Não poderemos antecipar as mudanças políticas que poderão surgir na ordem mundial, uma vez que a democracia liberal poderá ser, ainda, considerada a forma final de governo da humanidade, pois, não existe atualmente nenhum modelo que julguemos superar este modelo. Contudo é possível concluir que:

“O movimento da história está acelerando cada vez mais, mas avançando cada vez menos”. (FUKUYAMA; 1999)

Portanto, a preservação de soberanias fortes com quadros multilaterais de governança, suscitou-nos a seguinte questão, que poderá ela própria constituir uma das problemáticas para futuras direções na investigação: Para John Ikenberry (2006), um dos grandes defensores da ideia de hegemonia constitucional, uma ordem política só é

²¹ CUNHA, P. *O Euro e a crise das Dívidas soberanas*, disponível em: <https://www.oo.pt/upl/%7B8f3aeb48-2544-4239-baea-f166d8b85a55%7D.pdf>, [Consultado a: 22-04-2015].

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

legítima quando o exercício do poder é limitado. Mas, parece-nos que para o exercício do poder ser limitado, é necessário criar instituições, apoiadas em consensos políticos. Quando isto acontece, o poder transforma-se em autoridade legítima. Mas como criar instituições legítimas com uma dimensão institucional, a qual tem uma natureza multilateral? Será que se pode falar em hegemonia multilateral quando uma potência unipolar exerce a sua hegemonia através de instituições internacionais?

Este projeto pode parecer demasiado utópico. Mas, como disse Sartre, antes de ser concretizada, uma ideia tem uma estranha semelhança com a utopia. Seja como for, o importante é não reduzir o realismo ao que existe, pois, de outro modo, podemos ficar obrigados a justificar o que existe, por mais injusto ou opressivo que seja.” (Boaventura Sousa Santos Santos, 1997:30)

Bibliografia

ANDERSON, Perry. *O Fim da História - De Hegel a Fukuyama*. Ed. Jorge Zahar. 2003.

AGEMIR, Bavaresco. *A Crise do Estado-Nação e a teoria da soberania em Sociedade em Debate*, Pelotas, 7(3):77-109, Dezembro/2001.

ALMEIDA, Polibio F. A. Valente, *Do Poder do Pequeno Estado, Enquadramento geopolítico da hierarquia das potências*, ISCSP, Lisboa, 1990.

BENTO, Vítor, *Os Estados Nacionais e a Economia Global*, Almedina, Coimbra, 2004

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____, Norberto. *Teoria Geral da Política*. 13a. ed. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica*. Brasília: EdUnB, IPRI; São Paulo: IOESP, 2002.

BROWN, Chris. *Neoliberalism and the end of Liberal Democracy*, SD.

_____, Chris. *Understanding international relations*. New York: Palgrave, 2nd ed., 2001.

BRZEZEINSKI, Zbigniew. *Entre Duas Eras - América: Laboratório do Mundo*, Artenova, Lisboa, 1971.

_____, Zbigniew. *EUA- URSS - O Grande Desafio*, Nórdica, Rio de Janeiro, 1987.

_____, Zbigniew. "Toward a Common European Home", in Vários, *Essay-Reviews*, Novembro-Dezembro, 1989.

_____, Zbigniew. *Out of Control - Global Turmoil on the Eve of the 21st Century*, Simon and Schuster, New York, 1993.

_____, Zbigniew. *The Grand Chessboard - American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*, New York, 1997.

_____, Zbigniew. "The American Perspective", in Vários, *The European Security and Defence Identify*, Edições Atena e Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, 2000.

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

_____, Zbigniew. *The Geostrategic Triad - Living with China, Europe, and Russia*, Center for Strategic and International Studies, Washington. 2001.

_____, Zbigniew. *The Choice: Global Domination or Global Leadership*, Basic Books, New York, 2004.

BUCHANAN, Allen & KEOHANE, Robert. *The Preventive Use of Force: a Cosmopolitan Institutional Proposal*. *Ethics and International Affairs*, v.18, 2004.

BULL, Hedley, *A Sociedade Anárquica*. São Paulo: Ed. Universidade de Brasília, 2002.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede*. Trad. Roneide Venancio Majer. 8.ed. ver. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2005. V.1: A era da informação: economia, sociedade e cultura.

_____, Manuel. *O poder da identidade*. v. 2, São Paulo: 1999

“*Dicionário de Ciências Sociais*”, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1982.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A Globalização da Pobreza e a Nova Ordem Mundial*, Editorial Caminho, 2003.

CLARK, Ian. *The Hierarchy of States*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

DEUTSCH, Karl W. et al. *Political Community and the North Atlantic Area: International Organization in the Light of Historical Experience*. New York: Greenwood, 1969a.

_____, Karl W. *Análise das Relações internacionais*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1978.

_____, Karl W., BURRELL, S. A., et al., *Political Community and the North Atlantic Area*, Princeton University Press, 1968.

CHOLLET, Derek e GOLDGEIER, James, *America Between the Wars: from 11/9 to 9/11*. New York, PublicAffairs, 2008.

DIAS, Solange Gonçalves e MINHOTO, Laurindo Dias, (2006) “*Globalização e Estado Nacional*” Ano XII, Nº44, 33-40

_____. *Estado, globalização e desenvolvimento em contexto neoliberal: retomando um antigo debate*. In *Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil*. Org. Por Wagner Pralon Mancuso, Maria Antonieta Parahyba Leopoldi, Wagner Iglecias São Paulo: Editora de Cultura, 2010.

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

DOYLE, Michael W. *Kant and Liberal Internationalism*. In: KANT, Immanuel. *Toward Perpetual Peace and Other Writings on Politics, Peace and History*. New Haven: Yale University Press, 2006.

EASLEY, Eric S. *War over Perpetual Peace: An Exploration into the History of a Foundational International Relations Text*. Gordonsville: Palgrave Macmillan, 2004.

ESPING-ANDERSON, Gosta. *After the Golden Age: The Future of the Welfare State in the New Global Order*. Genebra, UNRISD (United Nations Research Institute for Social Development), 1994. Tradução de Simone Rossi Pugin.

ESPING-ANDERSON, Gosta e PALIER, Bruno. *Três lições sobre o Estado Providência*. Portugal, Campo da Comunicação, 2009.

EVANS, Gareth. *The Responsibility to Protect: Ending Mass Atrocities Crimes Once and For All*. Washington: Brooking Institution Press, 2008.

FARIA, José, Eduardo. *Eficácia jurídica e violência simbólica: o direito como instrumento de transformação social*. São Paulo: Edusp, 1998.

FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos & SERRANO, Franklin. *O mito do colapso do poder americano*. Record: Rio de Janeiro, 2008.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. Coimbra, Actual editora, 2014.

FRIEDRICH, Carl Joachim. *Inevitable Peace*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1948, p.33.

FUKUYAMA, Francis, *O fim da história e o último homem*. Lisboa, Grávida, 1992.

FUKUYAMA, Francis, *As Origens da Ordem política. Dos Tempos Pré-Humanos até à Revolução Francesa*. Dom Quixote, Alfragide, 2012.

GADDIS, J. L. *The United States and the End of the Cold War*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

GOMES, Gonçalo Santa Clara - *O papel dos Estados Unidos Na Nova Ordem Internacional*, in Revista de Relações Internacionais nº 03, Setembro 2004;

GUSTERSON, Hugh. *Missing the End of the Cold War in International Security*. In: J. Weldes, M. Laffey, H. Gusterson, & R. Duval eds., *Cultures of Insecurity: States, Communities and the Production of Danger*. Minneapolis: Univ. of Minnesota Press, p. 203-231, 1999.

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

HAAS, Ernst B. *Beyond the Nation-State: Functionalism and International Organization*, Stanford, Ca., Stanford University Press, 1964 .

HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Livraria O Globo, 1983.

_____. *Fundamentos da liberdade*. Brasília: Ed.UNB, 1984.

IANNI, O. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IKENBERRY, JOHN.G. *Liberal order and imperial ambition*. Cambridge, Polity Press, 2006.

KANT, REISS, H. S. (ed.); NISBET, H. B. (trads.) *Kant: Political Writings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

KEOHANE, Robert & NYE, Joseph. *Transnational Relations and World Politics*. International Organization, v.25, n.3, p.721-748, 1971.

_____. *World Politics and the International Economic System*. In:

BERGSTEN, C. *The Future of the International Economic Order*. Lexington: Lexington Books, 1973.

_____. *Two Cheers for Multilateralism*. Foreign Policy, v. 60, 1985.

_____. *Power and Interdependence Revisited*. International Organization, v.41, n.4, 1988.

_____. *Power and Interdependence*. Nova Iorque: Longman, 1989.

(Primeira edição de 1977)

_____. *Globalization: What's New? What's Not? (And So What?)*. Foreign Policy, n.118, 2000a.

_____. *International Institutions: Can Interdependence Work?* Foreign Policy, n.110, 1998.

KENNAN, George F. e LUKACS, George. *George F. Kennan and the origins of Containment. 1944-1946: The Kennan/Lukacs correspondence*. Columbia: University of Missouri Press, 1997.

_____. *Containment: 40 years later. Containment then and now*. In Foreign Affairs, Spring, 1987.

KOSLOWSKI, Rey e KRATOCHWIL, Friedrich V. *Understanding Change in International Politics: The Soviet's Empire's Demise and the International System*. In: LEBOW, Richard Ned, e RISSE-KAPPEN, Thomas, eds. *International Relations Theory and the End of the Cold War*. New York:

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

Columbia University Press, 1995.

KUPCHAN, Charles, *No one's world. The west, the rising rest, and the coming global turn*. Oxford, Oxford University Press. 2012

KRASNER, Stephen D. Wars, *hoter fires and plane crashes*. In: *Forum on Social Theory of International Politics*. Review of International Studies 26. 2000.

KUBALKOVA, V. ed. *Foreign Policy in a Constructed World*. Armonk, New York: M. E. Sharpe, 2001.

LAFEBER, Walter. *America, Russia and the Cold War*. Nova Iorque: McGraw Hill, 1992.

LEVY, Jack S. *Domestic Politics and War*. In: Robert I. Rotberg and Theodore K. Rabb, *The Origin and Prevention of Major Wars*. New York: Cambridge University Press, 1989.

MALTEZ, José Adelino, “*Curso de Relações Internacionais*”, Principia, Estoril, 2002

MARTIM, Hans-Peter & SCHUMANN, Harald. *A armadilha da globalização. O assalto à democracia e ao bem-estar social*. 6ª Edição, São Paulo: Globo, 1999.

MARTINS, Dora Alexandra Esteves, - *China: uma emergência pacífica?* in *Revista de Relações Internacionais* nº 10, Junho 2006;

MEDEIROS, Eduardo Raposo de - *Economia Internacional*, 6.ª Edição, ISCSP, Lisboa, 2000.

MEIERHENRICH, Jens. *Perpetual War: A Pragmatic Sketch*. *Human Rights Quarterly*, vol. 29, 2007.

MISES, L, *Liberalismo segundo a tradição clássica*, São Paulo, Instituto Ludwig von Mises, 2010.

MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo De onde vem, para onde vai?* São Paulo: Senac editora, 2001.

MOREIRA, Adriano - *Teoria das Relações Internacionais*, 2ª Edição, Livraria Almedina, Coimbra, 1997.

NOUEIRA, J, MESSARI, N, Liberalismo, in Nogueira, J Messari, N, *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. Rio de Janeiro, Campus, 2005.

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

NYE, Joseph S, *Compreender os conflitos internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*, Lisboa, Gradiva, 2011.

ORGANSKI, AFK. *World Politics*. New York: [s.n.], 1958.

OWEN, John M. *How Liberalism Produces Democratic Peace*. *International Security*, vol. 19, n. 2, 1994.

POLIS: Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado, Vol. 4, Lisboa-S.Paulo: Verbo 1983-1987, colunas 835-838.

PINTO, Maria do Céu de Pinho Ferreira - *As Revoluções no Leste e a Nova Ordem Internacional*, in *ESTRATÉGIA*, Vol. V, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Lisboa.

RENGGER, Nicholas. *International Relations, Political Theory and the Problem of Order*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2000.

RUSSETT, Bruce; ONEAL, John. *Triangulating Peace: Democracy, Interdependence, and International Organizations*. New York: W.W. Norton, 2001.

SACCHETI, Vice-Almirante António Emílio - *Estratégia da dissuasão na década de 90*, Separata do Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, nº 19, Lisboa, 1992;

_____, *Segurança e Defesa (1996-2000)*, Comissão Cultural da Marinha - Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2000.

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. 11.ed. São Paulo: Best Seller, 2003.

SANTOS, Santos, Boaventura de Sousa (1997), "Por uma concepção multicultural de direitos humanos", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48, 11-32.

SANTOS, José Loureiro dos - *O Império debaixo de fogo - ofensiva contra a ordem internacional unipolar, Reflexões sobre Estratégia V*, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 2006.

SOULET, M Henri. *A integração como nova expressão da questão social*. In *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma análise transnacional*. Org. Casimiro Marques Balsa, Lindomar Wessler Boneti, Marc-Henry Soulet. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

SLAUGHTER, Anne-Marie. *The new world order*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

_____, Anne-Marie. *The real new world order*. Foreign Affairs 76, n. 5, 1997.

STRANGE, Susan, *The Retreat of the State*, Cambridge, Inglaterra, Cambridge University Press, 1996.

TAMMEN, Ronald L.. *Power Transitions: Strategies for the 21st Century* [S.l.]: Seven Bridges Press, 2000.

TETT, Gilian, *Fool's Gold*. London, Little, Brown, 2009.

TOLBOTT, Strobe, *The Great Experiment: The Story of Ancient Empires, Modern States, and the Quest for a Global Nation*. New York, Simon and Schuster, 2008.

WENDT, A. *Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics*. International Organization. 46, 1992.

_____. *On the Via Media: a response to the critics*. In: *Forum on Social Theory of International Politics*. Review of International Studies 26, 2000.

_____. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WITTKOPF, Eugene R.. *World Politics: Trend and Transformation* New York: St. Martin's Press, 1997.

WRIGHT, Robert, *Nonzero: History, Evolution and Human Cooperation*. London, Abacus, 2000.

YOUNG, Oran. *A eficácia das instituições internacionais: alguns casos difíceis e algumas variáveis críticas* in ROSENAU, James. *Governança sem Governo: ordem e transformação na política mundial*. Editora Unb, 2000.

ZAKARIA, Fareed, *O Futuro da Liberdade*, Lisboa, Gradiva, 2004.

Web grafia

CUNHA, P. *O Euro e a crise das Dívidas soberanas*, disponível em: <https://www.oa.pt/upl/%7B8f3aeb48-2544-4239-baea-f166d8b85a55%7D.pdf>, [Consultado a: 22-04-2015].

DEYERMON, R. "What are Russia's real motivations in Ukraine? We need to understand them". Disponível em: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2014/apr/27/russia-motivations-ukraine-crisis>, [Consultado a: 22-04-2015].

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

DINIZ, Eli. *Reforma do Estado e Governança Democrática: Em direção à democracia sustentada?* Texto original apresentado na Conferência Internacional sobre “Democracia, Gobernanza y Bienestar en las Sociedades Globales” (Instituto Internacional de Gobernabilidad), realizada em Barcelona, entre 27 e 29 de novembro de 2003. Disponível em http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/elidiniz_reforma_do_estado.pdf, [Consultado a: 15-04-2015].

GARNERO, Mário. *A volta da geopolítica como geo-economia*, disponível em: http://www.ensino.eb.br/cee/Olho/olho_geopolitica.htm. [Consultado a: 15-03-2015].

GEORGE W. H. BUSH, *Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union*, 29 de Janeiro de 1991, disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=19253>, [Consultado a: 15-03-2015].

FRIEDMANN, Thomas. *foreign affairs big mac i*. Disponível em: www.nytimes.com/1996/.../foreign-affairs-big-mac-[Consultado a: 15-02-2015].

UMA EUROPA SEGURA NUM MUNDO MELHOR, *Estratégia Europeia em matéria de Segurança*, Bruxelas, 12 de Dezembro de 2003, Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf>, [Consultado a: 19-04-2015].

Força Militar dos Estados Unidos da América: Disponível em: http://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp?country_id=united-states-of-america, [Consultado a: 22-04-2015].

Democracy Ranking 2014 World Map 2014, Disponível em: [http://democracyranking.org/wordpress/?page_id=831#prettyPhoto\[rank\]/0/](http://democracyranking.org/wordpress/?page_id=831#prettyPhoto[rank]/0/)[Consultado a: 19-04-2015].

While overall freedom has increased since 1984, it has recently plateaued, Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world-2015/2015-freedom-trends#.VThBzss5DIU>, [Consultado a: 19-04-2015].

Number of electoral democracies has not changed dramatically since early 1990s, Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world-2015/2015-freedom-trends#.VThBzss5DIU>, [Consultado a: 19-04-2015].

Força Militar dos Estados Unidos da América: Disponível em: http://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp?country_id=united-states-of-america, [Consultado a: 22-04-2015].

A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal para a paz

INTERNATIONAL COMMISSION ON INTERVENTIONS AND STATE SOVEREIGNTY. *The Responsibility to Protect*. Ottawa: IDRC Books, 2001. Disponível em: <http://responsibilitytoprotect.org/ICISS%20Report.pdf>, [Consultado a: 20-04-2015].

Pilares da Paz, Disponível em: http://www.visionofhumanity.org/pdf/gpi/2013_Global_Peace_Index_Report.pdf, [Consultado a: 19-04-2015].

**A Nova Ordem Mundial, o Estado e as consequências da difusão da democracia liberal
para a paz**